

DM

REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO PETROLEIRO E PETROQUÍMICO E A CRIAÇÃO DO PT EM ALGOINHAS/BA (1974-1984).  
ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR.

**REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO PETROLEIRO  
E PETROQUÍMICO E A CRIAÇÃO DO PT  
EM ALGOINHAS/BA (1974-1984).**

**DISSERTAÇÃO DE Mestrado**

**ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR.**

**Mestrado em História**



**Universidade Federal da Bahia**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História



2019

Salvador | 2019



**FFCH UFBA**

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
Salvador – Bahia – Brasil  
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: [poshista@ufba.br](mailto:poshista@ufba.br)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA.  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA.  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL.**

**ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR.**

**REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO PETROLEIRO E PETROQUÍMICO E A  
CRIAÇÃO DO PT EM ALGOINHAS/BA (1974-1984).**

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso.

SALVADOR

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA.  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA.  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL.**

**ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR.**

**REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO PETROLEIRO E PETROQUÍMICO E A  
CRIAÇÃO DO PT EM ALGOINHAS/BA (1974-1984).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso.

SALVADOR

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRUZ JUNIOR., ANTONIO SALES DA  
REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO PETROLEIRO E  
PETROQUÍMICO E A CRIAÇÃO DO PT EM ALGOINHAS/BA (1974-  
1984). / ANTONIO SALES DA CRUZ JUNIOR.. -- Salvador,  
2019.  
164 f. : il

Orientador: Lucileide Costa Cardoso..  
Dissertação (Mestrado - História) -- Universidade  
Federal da Bahia, UFBA, 2019.

1. Ditadura militar;. 2. operários. 3. Petrobrás e  
Partido dos Trabalhadores. I. Cardoso., Lucileide  
Costa. II. Título.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(O) ALUNA(O)	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Antonio Sales da Cruz Junior	216121205	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Reorganização do Movimento Petroleiro e Petroquímico e a criação do PT em Alagoinhas/BA (1974-1984).		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Dra. Lucileide Costa Cardoso (Orientadora- UFBA)		309.051.17549
Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)		48832306587
Dr. José Alves Dias (UESB)		

ATA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Antonio Sales da Cruz Junior, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Lucileide Costa Cardoso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pelel aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca destacou a importância do tema para os estudos sobre os movimentos sociais e partidários na Bahia. Sugere revisão do texto, mediado pela busca de equilíbrio entre teoria, debate historiográfico e análise de fontes. Recomendou também a continuidade da pesquisa visando futuras publicações.

SSA, 28/06/2019: Assinatura do aluno:

SSA, 28/06/2019: Assinatura do orientador:

Ao meu pai, um laboré que chegou ao último nível da função de motorista de carga pesada, grato à “mãe carinhosa” (Petrobrás) por tudo que alcançou na vida. Que, mesmo sem ter sido apresentado a Karl Marx, nos seus momentos de embriaguez, quando o “bom senso” ficava de lado, em sinal de protesto, rasgou os seus diplomas de honra ao mérito e melhor motorista do ano, alegando não precisar de homenagens e, sim, dinheiro no bolso. Aos Aloísios que pagam um alto preço pessoal por querer subverter a lógica capitalista das relações sociais de produção, e são apagados da memória dos que os sucedem à frente desta luta!

## AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos, explicando que os organizei sem hierarquizar a importância dos apoios teórico e moral, pois, ao assumir essa hercúlea tarefa de escrever uma dissertação de mestrado sem a devida liberação de sala de aula, prevista na LDB 9396/96 e no próprio Estatuto do magistério do Estado da Bahia, percebi o quanto ambos foram importantes.

Nesse sentido, agradeço a minha sobrinha Iracélli da Cruz Alves que ao ter se graduado na Uneb, campus II, onde há mais de uma década eu também me licenciou em História, oportunizou aos meus antigos professores Paulo Santos e Clovis Ramaiana tecerem comentários elogiosos a meu respeito, lamentando por eu não ter dado sequência à minha formação acadêmica – minha última passagem pela academia havia sido entre os anos de 2000 e 2001, no curso de Pós-graduação em História Política. A partir desse episódio a sua mãe (minha irmã) e ela própria, que havia emendado o mestrado à graduação, me encorajaram a realizar a seleção de mestrado.

Novamente, agradeço a Iracélli por ter sugerido a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucileide Costa Cardoso, pois tive a felicidade de encontrar nessa orientação os apoios teórico e moral, sem os quais não teria conseguido concluir esse trabalho. Nos momentos de exaustão física e mental, foram os seus incentivos que me fizeram persistir.

Agradeço às valorosas contribuições dos Prof. Dr. José Alves Dias e Raimundo Nonato Pereira Moreira no exame de qualificação, por me indicarem o caminho a ser seguido.

No Programa de Pós-graduação em História social me deparei somente com professores e professoras altamente capacitados e comprometidos, que ajudaram muito na minha formação e no desenvolvimento da pesquisa resultante nesta dissertação. Assim, os meus sinceros agradecimentos a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Novaes Pires, da disciplina História Social; novamente a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucileide Cardoso, pelas aulas na disciplina História, Política, Cultura e Memória; Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Hilda Paraíso Boqueiro, na disciplina História Indígena; Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo que, com o mesmo comprometimento de sempre, encerrou sua carreira acadêmica na UFBA, ministrando aulas na disciplina Metodologia da Pesquisa.

No Programa de Pós-graduação em Ciências sociais tive o prazer de ter sido aluno da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Victória Espineira Gonzalez que, com maestria, incentivou e coordenou calorosos debates na disciplina Tópicos Especiais em Ciência Política, ricos pelo conteúdo teórico e pluralidade de pensamentos.



Dizem que “um raio não cai no mesmo lugar duas vezes”, no meu caso, foram três! Três turmas excepcionais com alunos de mestrado e doutorado comprometidos com os estudos e, principalmente, em não perderem a dimensão de seres **humanos**, sem vaidades, dispostos a contribuir uns com os outros. Foi assim, na turma que ingressei no mestrado, na de Ciências Sociais e na que me agreguei para cumprir os créditos da disciplina Metodologia da Pesquisa. Todos esses colegas foram importantes, mas preciso destacar os nomes de Ede Ricardo Soares, Jonathas Pereira da Silva, Anselmo Machado e Thiago Machado de Lima, devido às elucubrações durante o almoço que trouxeram luz a muitas questões. Aos dois primeiros, agradeço, ainda, por terem tornado prazerosas às quatro horas de viagem de Alagoinhas à Salvador, uma vez por semana, verdadeira extensão das discussões realizadas nas salas de aula. Só parávamos quando ouvíamos no rádio o “boemba! boemba!” – saudades do jornalista Ricardo Eugênio Boechat.

Foram fundamentais os apoios de Ednaldo Mendes Sacramento e Radiovaldo Costa (dirigente do SINDIPETRO e da FUP), companheiros de lutas, que gentilmente se dispuseram a ouvir os meus longos áudios e a ler textos igualmente extensos acerca das dúvidas sobre o movimento dos petroleiros. Como já mencionado por Cyro Garcia, o pesquisador que é militante ou já militou em algum movimento social, tem mais possibilidades de abrir determinadas portas inacessíveis a quem é de fora, nesse sentido, foi fundamental o mútuo respeito entre mim e o Presidente do PT de Alagoinhas/BA, Luciano Sérgio, pois, do contrário, não teria conseguido ter acesso às fotos das páginas do Livro de Atas das reuniões do partido – todos sabem o quanto os dirigentes das organizações resistem a explicitar as suas discussões internas.

Na coleta de fontes, serei eternamente grato à disposição de João Batista de Oliveira (JBO), que nos cedeu uma declaração assinada com os relatos da sua militância nos anos 1970. Também sou grato ao ex-presidente do STIEP (1987-1990), Alberto Sampaio, que mesmo sem termos amizade, por meio do whatsapp, prestou esclarecimentos relevantes.

Toda nossa consideração aos funcionários da Biblioteca Central da Bahia, onde conseguimos ter acesso ao arquivo digital do jornal A Tarde. Estendemos nossas estimas também aos funcionários da Câmara municipal de Alagoinhas, que facilitaram ao máximo o acesso às atas das sessões.

Aos colegas de trabalho e aos alunos sou grato pela compreensão em relação às minhas falhas, sobretudo na reta final para a entrega desse trabalho. Mas não há como deixar de perceber as diferenças entre o final da década de 1970, quando houve a extensão da

política às diversas áreas e, o presente momento, no qual professores têm deixado de lado a sua dimensão política, se limitando apenas a lamentar os direitos negados e/ou subtraídos.

Por fim, à minha família, sobretudo ao núcleo do qual sou co-chefe ao lado da minha esposa, ao invés de agradecê-los, peço desculpas pelas ausências e falta da devida atenção nesse período, mas tenho certeza que todos compreenderam ter sido por uma causa necessária, à melhoria da minha formação e ao resgate da história do movimento dos petroleiros.

Muito obrigado a todos/as!

*“Os historiadores precisam encontrar a síntese”.*

Emília Viotti.

## RESUMO

A dissertação analisa a história do movimento dos petroleiros e petroquímicos da Bahia, entre os anos de 1974-1984, e a sua influência na criação do PT em Alagoinhas/BA. O problema teórico-metodológico enfrentado por nós nesse estudo foi o da totalidade, da qual os eventos analisados são um momento determinado. Contudo, não deixamos de reconhecer as singularidades de cada um deles. Nos anos 1960, ocorreu, na Bahia, a primeira greve petroleira do país. No início, a Petrobrás não praticava um salário nacional, e os operários da RLAN, por não acharem justo receber menos que os seus co-irmãos da refinaria de Cubatão/SP, deflagraram o movimento denominado “equipara ou pára aqui”. Em 1962 conseguiram receber integralmente igual aos paulistas e já participavam das tomadas de decisões administrativas da refinaria de Mataripe. Mas veio o golpe de 1964, as intervenções nos sindicatos e uma gestão militarizada que não dava espaço aos representantes dos trabalhadores. Dez anos depois, com o anúncio da distensão política e a vitória das oposições nas eleições, vieram as mobilizações pela correção monetária do período 1973-1977, devido ao “erro” do governo no cálculo do índice inflacionário de 1973. O equívoco desaguou na reativação da vida sindical no país, com o retorno das grandes greves. Tudo isso – junto às movimentações nas bases petroleiras (principalmente no Rio Grande do Sul e Paulínia/SP, onde correu um abaixo-assinado pela correção monetária) – levou a direção da Petrobrás a voltar a negociar com os sindicatos. Nesse ínterim, as “lideranças autênticas” já sentiam a necessidade de um partido para a classe trabalhadora e, em 1978, apresentaram pela primeira vez essa proposta num Encontro dos petroleiros, realizado em Salvador/BA.

**Palavras-chave:** Ditadura militar; operários, Petrobrás e Partido dos Trabalhadores.

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the history of the movement of oil tankers and petrochemicals from Bahia, between 1974-1984, and its influence on the creation of the PT in Alagoinhas / BA. The theoretical-methodological problem faced by us in this study was that of wholeness, of which the events analyzed are a given moment. However, we do not fail to recognize the singularities of each of them. In the 1960s, the first oil strike in the country took place in Bahia. In the beginning, Petrobrás did not pay a national salary, and RLAN workers, because they did not think it was fair to receive less than their co-brothers from the Cubatão / SP refinery, started the so-called “equate or stop here” movement. In 1962 they were able to receive in full the same as those from São Paulo and already participated in the administrative decisions of the Mataripe refinery. But then came the 1964 coup, union interventions, and militarized management that gave no space to workers' representatives. Ten years later, with the announcement of political distension and the victory of opposition in the elections, came the mobilizations for the monetary correction of the period 1973-1977, due to the government's “mistake” in calculating the inflation rate of 1973. The mistake led to the reactivation of union life in the country, with the return of the great strikes. All this - together with the movements in the oil bases (mainly in Rio Grande do Sul and Paulínia / SP, where a petition for the monetary correction ran) - led the management of Petrobrás to negotiate again with the unions. In the meantime, the “authentic leaders” already felt the need for a working-class party and, in 1978, presented this proposal for the first time at a meeting of the oil tankers, held in Salvador / BA.

**Keywords:** Military dictatorship; workers; Petrobrás and Partido dos Trabalhadores.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5 – Ato Institucional n. 5  
ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ACMA - Ata da Câmara Municipal de Alagoinhas/BA  
ABRASPET – Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobrás e demais Empresas Estatais  
ADMPTA – Ata do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Alagoinhas/BA  
AJM – Alagoinhas Jornal dos Municípios  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
AP – Ação Popular  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
CIP – Conselho Interministerial de Preços  
CHOPE – Cooperativa Habitacional dos Operários dos Petroleiros  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNP – Conselho Nacional do Petróleo  
CNPS – Conselho Nacional de Política Nacional  
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias  
COPEB – Complexo Petroquímico da Bahia  
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CRH / UFBA - Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos  
DRT – Delegacia Regional do Trabalho  
D.O.U – Diário Oficial da União  
FENTECT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Telégrafos e Similares  
FFPA – Faculdade de Formação dos Professores de Alagoinhas  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNP – Federação Nacional dos Petroleiros  
FUP – Federação Única dos Petroleiros  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JUC – Juventude Católica  
Juventude Universitária Católica  
LSN – Lei de Segurança Nacional  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
POLOP – Organização Política Marxista – “Política Operária”  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

RECAP - Refinaria de Capuava  
REMAN – Refinaria Isaac Sabbá  
REPAR- Refinaria Presidente Getúlio Vargas  
RH – Recursos Humanos  
RLAN – Refinaria Landulpho Alves  
REPLAN – Refinaria Planalto.  
RPBA – Região de Produção da Bahia  
SINDIQUÍMICA – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química  
SMTCC – Serviço Municipal dos Trabalhadores Coletivo da Cidade de Salvador/BA  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
SOTAPE – Sociedade de Petroleiros Aposentados  
STIEP - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia  
SINDIPETRO – Sindicato dos Petroleiros da Bahia  
TRT – Tribunal Regional do Trabalho  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
JB – Jornal do Brasil  
DPF/BA - Departamento da Polícia Federal do Estado da Bahia.  
FUP - Federação única dos Petroleiros.  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro.  
UDN - União Democrática Nacional  
UMEC – Serviço Médico de Urgência  
UN-BA – Unidade de Negócios da Bahia.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. UMA DISTENSÃO POLÍTICA PARA EVITAR A INICIATIVA AUTÔNOMA DOS SUBALTERNOS.....</b>	<b>17</b>
2.1. A CONSTRUÇÃO DA DISTENSÃO POLÍTICA DOS GOVERNOS MILITARES NA ÓTICA DA IMPRENSA.....	17
2.2. NO ANO DA DISTENSÃO, TENSÃO NO SINDICALISMO ESTATAL.....	30
2.3. "BRASIL GRANDE" REQUER ENERGIA.....	36
2.4. OS PETROLEIROS POR ELES MESMOS.....	46
2.5. MULHERES PETROLEIRAS E A LUTA CONTRA OS PRECONCEITOS.....	53
<b>3. DAS PRIMEIRAS LUTAS AO “NOVO SINDICALISMO”.....</b>	<b>61</b>
3.1. REORGANIZAÇÃO SINDICAL ENTRE OS “ANOS DE CHUMBO” E A POLÍTICA DE DISTENSÃO.....	65
3.2. SEGUINDO EM FRENTE NA ABERTURA POLÍTICA.....	82
3.3. O NOVO SINDICALISMO E OS PETROLEIROS DA BAHIA.....	100
<b>4. POLÍTICA BAIANA E CRIAÇÃO DO PT EM ALAGOINHAS.....</b>	<b>111</b>
4.1. CENÁRIO POLÍTICO.....	111
4.2. TROCANDO O BONÉ PELO CAPACETE.....	120
4.3. A VOZ DO PT ALAGOINHENSE ERA PETROLEIRA.....	125
4.3.1 UMA VISÃO DA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA.....	130
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....</b>	<b>155</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Pensar na História sem ser numa perspectiva objetivista mecanicista ou subjetivista indeterminada visa não cair em duas armadilhas: a de interpretar as trajetórias dos sujeitos como acessórias de um fenômeno essencial sobre o qual não tem efeito próprio e a do extremo oposto, de negar as determinações históricas gerais, tornando a pesquisa histórica apenas descrições das subjetividades dos agentes. Optamos por enxergar nas pessoas, que formam diferentes parcelas da(s) sociedade(s), as suas potencialidades e os seus limites, as relações de dominação, identificação, colisões, negociações e transgressões, mas considerando que tudo isso perpassa pelas lutas de classes.

Adotar o materialismo histórico como método de análise não significa desconhecer que “nem todas as relações sociais podem ser definidas como relação de classe, nem são todas diretamente redutíveis a estas, no sentido de oposição imediata ou mecânica entre dominantes e dominados” (COELHO, 2012, p. 36). Nesta perspectiva, ao reconstituirmos a trajetória do movimento sindical dos petroleiros e petroquímicos da Bahia, entre 1974 e 1984, buscamos observar como as experiências vividas pelos homens e mulheres, nas relações sociais de produção capitalista, contribuíram para que eles despertassem quanto à necessidade de criar um partido para a classe trabalhadora, pois, embora os conflitos de classes lhes sejam inescapáveis, os sujeitos não os percebem automaticamente, afinal de contas, as idéias dominantes são as da classe dominante (MARX; ENGELS, 2007, p. 47) – mas a práxis propicia aos explorados desfazer a distorção da realidade, tornando evidente o antagonismo entre as classes sociais, levando-os a prover os seus próprios meios para superá-lo. Assim, no século XIX, o proletariado criou os seus sindicatos e partidos.

No Brasil, em 1974, uma parte das lideranças da classe trabalhadora forjava um novo movimento no qual, inicialmente, predominava uma visão social marcada pela visão orgânica complementar das relações entre trabalho, capital e Estado. Denominado por Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de Souza como “modelo de equilíbrio”, por lembrar uma balança onde num dos seus pratos estavam os operários e no outro, os empresários, sendo o equilíbrio, entre ambos, obtido pelo fato de que a superioridade econômica dos proprietários defrontava-se com a superioridade numérica dos trabalhadores, cabendo ao Estado o papel de fiel da balança para evitar distorções. Mas, ao se confrontarem com a política de arrocho salarial do governo, cujo objetivo era garantir a reprodução do capital, essas lideranças sentiram a necessidade dos trabalhadores se inserirem na política, pois o “modelo de equilíbrio” idealizado só seria

possível num “governo dos Trabalhadores”. Assim, a partir de 1978, começaram as discussões em torno da criação de um partido para a classe trabalhadora (SOUZA, 1988).

A inédita apresentação da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) ter ocorrido num evento de uma categoria profissional vista como abastada e retratada pela “imprensa dos patrões” como empregados da empresa nacional que melhor tratava os seus funcionários, é significativo de como a práxis estava levando os trabalhadores a se confrontarem com a superestrutura. Os próprios metalúrgicos do ABCD paulista, que protagonizaram a retomada das grandes greves, também apareciam nas páginas nos jornais como não tendo do que reclamar, enquanto as “lideranças combativas” caracterizaram o movimento como sendo de “resistência aos baixos salários”, “uma luta pela sobrevivência”, pela “vida digna”.

Inegavelmente, a história particular desses movimentos pesou na determinação da história do país, mas nos propusemos, nesse trabalho, a analisar metodologicamente as particularidades do sindicalismo petroleiro e petroquímico e sua influência na criação do PT de Alagoinhas/BA, compreendendo-as como parte da divisão social do trabalho que é internacional, sem separar os sujeitos do contexto histórico-socio-econômico-cultural no qual estavam inseridos. Terem optado por fundar um partido já reflete isso, pois:

A história de um partido não poderá deixar de ser de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; têm amigos, afins, adversários, inimigos. Só do quadro social complexo de todo o conjunto social e estatal (e frequentemente com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor peso na medida em que sua atividade particular pese mais ou menos na determinação da história de um país (GRAMISCI, 2000, p. 87).

E, de fato, a criação do PT foi original por reunir diversos personagens que voltaram a entrar em cena, associando-se a outros estreates, com diversas correntes políticas em disputa pela hegemonia deste projeto. Nesse estudo, nos debruçamos sobre o movimento dos operários das indústrias do petróleo e petroquímica, um dos segmentos sociais participantes da fundação do Partido dos Trabalhadores na Bahia, com o objetivo de identificar como a sua práxis resultou nessa tomada de decisão e qual foi a sua influência na constituição desse partido na cidade de Alagoinhas. Pretendemos, com isso, confrontar uma parte da historiografia que classifica os eventos ocorridos na região economicamente mais

desenvolvida como nacionais, enquanto os das demais regiões do país são vistos como acessórios ou derivados.

Assim, buscamos reconstituir a história social dos sujeitos envolvidos no movimento dos petroleiros e petroquímicos e na criação do PT em Alagoinhas, dialogando com outros domínios da história e até mesmo com outras áreas de conhecimento para compreendermos as suas características, num contexto do surgimento e desenvolvimento de uma nova corrente sindical, denominada pelos primeiros estudiosos de “novo sindicalismo”. Não obstante, Marcelo Badaró Mattos nos advertiu que, como essa categoria se construiu em meio à erupção do fenômeno, os analistas acadêmicos precisam atualizar, ou rejeitar, teses e interpretações tradicionais que não comportavam este fato novo (MATTOS, 1998, p.55).

Marcos Aurélio de Santana concorda com Badaró ao destacar que a categoria “novo sindicalismo” foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Depois reconhece que houve excessos neste debate político-acadêmico de definição identitária, verificável no corte entre o novo e o velho sindicalismo, obscurecendo as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos e resultando num reducionismo nas visões sobre o passado que serviu para a idéia de ruptura total entre o novo e o velho (SANTANA, 1998, p. 19-35).

O “novo sindicalismo” foi estudado por vários autores, a exemplo de Almeida (1975); Prades (1980); Maranhão (1981); Souza (1988); Sader (1988); Giannotti; Neto (1990); Frederico (1991); Santana (1998); Mattos (1998); Chagas (2014); Garcia (2012) e Coelho (2012). Todos reconhecem a existência de múltiplas vertentes. Nós, ao estudarmos o movimento petroleiro e petroquímico baiano, tomamos como referência os quatro grupos principais sugeridos por Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de Souza: a Unidade Sindical (US); os “autênticos”; as “oposições sindicais”, onde atuavam os “radicais”.

Na perspectiva histórica, observamos que a definição das “lideranças combativas” forjou-se ao longo dos eventos sindicais e políticos de 1977 a 1983. Nesse presente trabalho, nos propusemos a analisar como esse processo se delineou na Bahia, mais especificamente no movimento dos petroleiros e petroquímicos, focando na sua influência na criação do PT, em Alagoinhas. Para atender a esse propósito, utilizamos fundamentalmente como fontes: os jornais, dando atenção aos procedimentos metodológicos de análise de periódicos sugeridos por Tânia de Luca; as atas da Câmara municipal de Alagoinhas (ACMA); atas das reuniões do PT/Alagoinhas; declaração escrita de João Batista de Oliveira (JBO); documentação dos órgãos de segurança; documentos sindicais; memória dos trabalhadores da Petrobrás e diversas mensagens trocadas por whatsapp com ex e atuais ativistas, que muito contribuíram

para elucidar questões contidas nas fontes escritas, pois como diz Michael Pollack, não há distinção entre essas e as orais, pois todas carregam a marca da representação, cabendo ao pesquisador analisá-las igualmente de forma rigorosamente crítica, utilizando-se de um método teórico-metodológico.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos assim, descritos: no primeiro capítulo, *Uma distensão política para evitar a iniciativa autônoma dos subalternos*, iniciamos demonstrando o processo midiático de construção de um discurso favorável à distensão política e às intervenções na área econômica, que tinha por objetivo dar legitimidade às medidas adotadas pelo governo do Presidente Ernesto Geisel e desencorajar as oposições de quererem acelerar um processo de redemocratização que foi planejado para ser lento, gradual e seguro, sob o controle dos militares. Este capítulo foi subdividido em cinco tópicos.

No primeiro, *A construção da distensão política dos governos militares na ótica da imprensa*, demonstramos qual foi a saída proposta por alguns dos principais gestores militares para se desvencilhar da encruzilhada histórica que, de um lado, tinha o fim do “milagre econômico”, do outro, frações da classe dominante que não viam mais a ditadura como a forma de dominação política preferencial. À esquerda, os subalternos se reorganizando expandindo a política aos vários setores da sociedade. Só restando aos militares sair pela direita, excluindo qualquer iniciativa autônoma dos subalternos, para recompor sua dominação política “pelo alto” (COELHO, 2010, p.48).

No segundo tópico, *No ano da distensão, tensão no sindicalismo estatal*, discutimos as medidas preventivas adotadas pelo próprio Estado para evitar a ocorrência de greves em setores estatais estratégicos à implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND-II), encaminhado ao Congresso Nacional em 1974. E a reação dos deputados e senadores à Lei 6.128/1974 que garantia o direito de sindicalização apenas às estatais de economia mista.

No terceiro tópico, *O “Brasil grande” requer energia*, o foco foi a relação existente entre os propósitos do PND-II e as estatais, observando as diferentes perspectivas defendidas pelos Ministros da fazenda e do Planejamento; os descontentamentos de frações da burguesia, e o posicionamento dos jornais *Folha de São Paulo* e *A Tarde* acerca da política econômica do governo Geisel e da participação da iniciativa privada na exploração do petróleo no Brasil.

No quarto tópico, *Os petroleiros por eles mesmos*, a cultura petroleira contada por eles e elas próprios, mostrando como ela contribuiu para a Petrobrás superar o desafio de explorar petróleo nos rincões do país, conseguindo, com apenas vinte anos de existência, descobrir o campo de Garoupa na bacia sedimentar de Campos, no Rio de Janeiro – conhecer essa identificação dos petroleiros com a empresa vista pela sociedade como “orgulho nacional” foi

importante, pois nos ajudou a compreender a postura dos operários das indústrias do petróleo e petroquímica durante a sua reorganização ocorrida a partir da distensão política.

Finalmente, no último tópico deste capítulo, *Mulheres petroleiras e a luta contra os preconceitos*, não deixamos de observar como a cultura machista, responsável por suposições de que as mulheres eram o “sexo frágil”, influenciou muito mais do que as condições adversas de trabalho no desinteresse dos gestores na contratação das mulheres. Também demos atenção ao preconceito em desfavor dos nordestinos, e como isso não impediu que os petroleiros se vissem como pertencentes à mesma empresa, construindo nacionalmente suas pautas de reivindicações, sendo a demanda feminina incluída no final dos anos 1970.

No segundo capítulo, *Das primeiras lutas ao “novo sindicalismo”*, Iniciamos abordando o pioneirismo do sindicalismo petroleiro e as suas especificidades por ser estatal e as consequências do golpe de 1964. Em seguida, no seu primeiro tópico, *Reorganização sindical entre os “anos de chumbo” e a política de distensão*, reconstituímos a trajetória dessas organizações petroleiras e petroquímicas ao longo da distensão política, vendo os seus posicionamentos a cada processo eleitoral e campanhas reivindicatórias anuais, com o propósito de observar como se situaram no contexto no qual surgia uma nova corrente sindical.

No segundo tópico, *Seguindo em frente na abertura política*, como o próprio título sugere, continuamos observando as características do movimento dos petroleiros e petroquímicos, agora, frente à política salarial do governo João Batista Figueiredo que, atendendo às exigências do FMI, intensificou o arrocho salarial e propôs corte nos investimentos nas estatais. Além disso, demos atenção à Carta aberta lançada por um dos pioneiros do sindicalismo petroleiro nas eleições sindicais de 1984, porque ela lança luz à questão das lideranças petroleiras terem sido ou não vinculadas ao “novo sindicalismo”.

No terceiro e último tópico deste capítulo, *O novo sindicalismo e os petroleiros da Bahia*, tendo como referência os estudiosos do “novo sindicalismo” e com base nas análises das fontes apresentadas nos tópicos anteriores, discutimos o próprio fenômeno caracterizado como o surgimento de uma nova corrente sindical e a vinculação dos sindicatos dos petroleiros, mais especificamente, os baianos.

No terceiro e último capítulo, *Política baiana e criação do PT em Alagoinhas*, apresentamos, no primeiro tópico, o cenário político baiano após a vitória do MDB nas eleições municipais de 1972 em importantes colégios eleitorais, inclusive Alagoinhas. Obviamente que o nosso enfoque maior foi local, porque objetivávamos conhecer a situação política da cidade quando do surgimento do Partido dos Trabalhadores.

No segundo tópico, *Trocando o boné pelo capacete*, discutimos a influência dos jovens oriundos do movimento estudantil no sindicalismo petroleiro e petroquímico e no jogo político do território que sofria a influência das indústrias do petróleo e petroquímica, na década de 1970, haja vista a empregabilidade do setor, principalmente a partir da implantação do COPEC, em 1978, atraindo um grande contingente de mão de obra, inclusive do sudeste.

No terceiro tópico, *A voz do PT alagoinhense era petroleira*, analisamos o perfil dos grupos políticos que fundaram o partido na cidade, observando a qual segmento da classe trabalhadora pertenciam e como as suas experiências os influenciaram na tomada de decisão de criar um partido para a classe trabalhadora. No subitem deste tópico, *Uma visão da construção partidária*, a partir das atas do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores de Alagoinhas (ADMPT), da Câmara Municipal de Alagoinhas (ACMA) e dos periódicos da capital e do interior, reconstituímos a trajetória do partido na cidade, observando como ele se inseriu no jogo político.

## 2. UMA DISTENSÃO POLÍTICA PARA EVITAR A INICIATIVA AUTÔNOMA DOS SUBALTERNOS

### 2.1. A CONSTRUÇÃO DA DISTENSÃO POLÍTICA DOS GOVERNOS MILITARES NA ÓTICA DA IMPRENSA

Nesse tópico, pretendemos demonstrar o processo de construção de um discurso favorável à distensão política, que teve na grande imprensa nacional um espaço de repercussão dos atos governamentais gestados ainda no governo do general Médici e concretizados no governo Geisel. Os mecanismos eleitorais foram reveladores da necessidade do regime em buscar novas formas de sustentação e busca de legitimidade junto à sociedade.

Apesar dos veículos de comunicação empresarial terem se proposto a essa tarefa, a análise do impacto das mudanças econômicas e políticas no movimento sindical, mais especificamente o petroleiro, tendo por fonte o *jornal A Tarde*, não significou uma dificuldade, pois, na distensão política, os “meios de comunicação dos patrões”<sup>1</sup> aproximou-se dos jornalistas críticos à Ditadura, constituindo-se num dos artífices da construção de uma cultura política (LOHN, 2013, p.81-2) – que, “como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERNSTEIN, 1998, p. 352-3) –, na qual o debate político se constituiu num meio para superação do regime autoritário.

O *jornal A Tarde*, por exemplo, noticiou, em 1973, o Encontro de “Homens de Comunicações Sociais”, do qual participaram os diretores e chefes de empresas jornalísticas, cuja decisão aprovada neste evento foi citada num pronunciamento do deputado emedebista Newton Macedo Campos, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), em favor do fim da censura a imprensa. Para Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman, a crescente rejeição à censura criaria as “condições para o afastamento da mídia em relação aos militares e para maior aproximação dela com os jornalistas que lutavam pela liberdade de imprensa” (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 2006, p.76). Um nó político que o presidente Geisel buscou desfazer acenando taticamente às empresas jornalísticas, afrouxando os instrumentos de controle, permitindo-as ampliar suas fontes de renda, publicando o que tornasse o jornal mais vendável, mas sem exercer pressões para acelerar a distensão política.

---

<sup>1</sup> Na apresentação do livro *Comunicação para disputa da hegemonia*, Cláudia Santiago destacou que Vito Giannotti, nos seus diversos artigos e palestras, assim define a imprensa comercial.

O anúncio da “distensão política” no início do governo Geisel visava afastar a Ditadura da imagem de partido único (JORNAL DO SENADO, 19/11/2014, p.2)<sup>2</sup>. A denominada vitória total de 1970, que fez algumas lideranças emedebistas pensarem até mesmo na dissolução do partido, e os efeitos da “crise do petróleo”, mesmo que artificialmente ainda não serem tão sentidos no Brasil<sup>3</sup>, davam confiança ao Presidente da República a implementar, em 1974, a sua proposta.

(...) O raciocínio é simples: a ARENA será, como nas eleições anteriores, o vencedor das eleições. Mesmo que perca 2 ou 3 cadeiras no Senado e outras 10 na Câmara dos Deputados (o que seria uma surpresa), isso não afetaria seu domínio formal e a impotência formal e real da oposição. Daí a tese de que a campanha valerá por si mesma, favorecendo o fortalecimento das condições para que se desenvolva o processo de reconciliação do regime com as normas democráticas (REVISTA VISÃO, 05/08/1974).

Determinados veículos de comunicação reverberaram a confiança do Presidente Geisel na vitória nessas eleições que influiria decisivamente na efetivação do seu projeto político, pois a sua confirmação nas urnas permitiria que no próximo ano ele se dedicasse às esperadas reformas. Mas, para que tal acontecesse, essas não poderiam ser eleições como as outras (as de 1970 e 1972), minadas em sua legitimidade pela onipresença da censura e pela violência das medidas de intimidação adotadas para assegurar de antemão os seus resultados.

Em 1974, a ditadura, provavelmente por acreditar que havia silenciado toda e qualquer manifestação de descontentamento, sentiu-se confiante para adotar medidas que amenizassem as críticas quanto à falta de legitimidade das eleições. Mas, ao anunciar a distensão política, mostrou-se incomodada com determinados setores que exerciam alguma influência sobre a opinião pública – “infiltração esquerdista na imprensa” e setores da igreja (GASPARI, 2004, p. 28) –, a ponto de adverti-los para não errarem ao querer apressar o que foi planejado para ser lento, gradual e seguro.

Erram os que pensam que podem apressar este processo pelo jogo de pressões manipuladas sobre a opinião pública (...). Tais pressões só servem para provocar contrapressões (...) invertendo-se o processo de lenta, gradativa e segura distensão, desejado pelo Executivo (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/08/1974, p.1).

<sup>2</sup> Trata-se de uma publicação especial do Senado Federal alusiva aos 40 anos da “distensão política”, com entrevistas feitas com as lideranças políticas da época.

<sup>3</sup> Em 1973 o índice inflacionário utilizado para reajustar os salários foi “maquiado” para baixo. Ou seja, o arrocho salarial foi ainda maior, mas, mesmo o DIEESE tendo apontado o “erro”, só quatro anos depois os trabalhadores iriam se manifestar pela recomposição monetária, conforme discutido nos próximos capítulos.



A maioria das empresas jornalísticas cooperou com o ideário da distensão lenta, gradual e segura, embora Ernesto Geisel dissesse o contrário: “construir com ideias ou cooperar é muito raro. O jornal precisava ter essas notícias para ser lido e vendido, para ter tiragem, receber anúncios e assim ganhar dinheiro” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 276-286). No entanto, esses empresários da comunicação fizeram o seu negócio ser rentável sem desagradar ao governo, publicando matérias do interesse dos leitores ou de quem lhes comprasse o espaço, mas sem criar problemas com o mercado e, principalmente, com o governo (RIBEIRO, 2006, p. 428-30). Portanto, com o abrandamento da censura atingiu-se dois objetivos: permitir as empresas jornalísticas “ganhar dinheiro”<sup>4</sup> e torná-las colaborativas. As que não se enquadrassem nesse perfil, estariam cometendo um erro, estando sujeitas a sanções.

Assim, muitos jornalistas poderiam ter conhecimento do descontentamento, mas, para não “criar problemas”, prestaram o serviço de influenciar a opinião pública favoravelmente aos propósitos da distensão política, inclusive, blindando-os quanto aos possíveis efeitos da “crise do petróleo”:

A Revolução implantou um processo que, evoluindo lentamente, só comporta alterações graduais, insuscetíveis de produzir efeitos a curto prazo; não haveria repercussão imediata no quadro político institucional; as bases de uma nova e adequada estrutura institucional, a qual nada tem a ver com os regimes do passado pré-revolucionário e o esforço de cada um na construção do futuro haverá de antecipar o resultado da recompensa devida (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/01/1974, p. 3).

O jornal *Folha de São Paulo* (FSP), ao avaliar os prenúncios da estagnação do “milagre econômico”, expressou sua convicção de que a economia entre 1969 a 1973 foi conduzida com objetividade e firmeza, transformando a fisionomia do país, alcançando os maiores índices da História (FOLHA DE SÃO PAULO, 02/03/1974, p. 3). Nessa análise é possível reconhecer que os primeiros sintomas do fim do crescimento econômico foram mascarados como parte do exercício de antecipar “o resultado da recompensa devida”. Ou seja, muitos jornalistas, por entenderem que as Forças Armadas só refluíam aos limites da institucionalidade a partir do êxito do planejado por Ernesto Geisel, tacitamente, lhes deram

---

<sup>4</sup> Pelas características da Coluna operária do Jornal A Tarde, não uniformidade do tamanho e página fixa, sugere-se que as entidades e/ou ativistas sindicais publicavam nela mediante a compra do espaço. A partir do afrouxamento da censura, as grandes redações jornalísticas passaram por modernizações tecnológicas, inclusive, o jornal A Tarde melhorou as suas instalações no ano de 1975.

apoio, seguindo a lógica do discurso narrativo de Roland Barthes: “se você agir de tal maneira, se você escolher tal alternativa, eis o que vai obter” (BARTHES, 1972, p. 35-44).

Se a hipótese estiver correta, isso teria contribuído para que os próprios candidatos de oposição acreditassem que a ARENA sairia vencedora, como nas eleições anteriores. Nos depoimentos de Roberto Saturnino Braga, Paulo Brossard e Mauro Benevides prestados à Rádio e ao Jornal do Senado, quarenta anos depois de terem sido eleitos senadores, constatase que no início da campanha ninguém acreditava nas chances de vitória do MDB.

A Arena era imbatível. O MDB tinha perdido em 1970. Na eleição de 74, a mim coube assumir aquela disputa, arriscada e matematicamente impossível. Mas a força do povo esteve caracterizada pela manifestação espontânea naquela eleição. O próprio governador César Cals, na época, numa explosão de entusiasmo, disse que ‘nem o Padre Cícero’ venceria o candidato da Arena. Isso naturalmente estimulou nossos correligionários para que intensificassem a luta (JORNAL DO SENADO, 19/11/2014, p.4).

O depoimento de Mauro Benevides é ilustrativo do quanto, aparentemente, o anúncio da distensão lenta, gradual e segura foi realizado num cenário favorável à manutenção dos resultados eleitorais anteriores, conseguidos por meio da coação. Mas não previram o efeito dos debates políticos, principalmente na TV e no rádio. Talvez apostassem no desinteresse dos eleitores, demonstrado na transmissão do primeiro debate, quando houve protestos por atrapalhar a exibição da novela e apenas 50% dos aparelhos ficaram ligados. No entanto, logo depois, em Porto Alegre, o debate entre os candidatos da Arena e do MDB ao Senado contou com 70% de audiência.

As avaliações do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), em agosto, asseguravam à ARENA 13 das 21 cadeiras do Senado. De posse destes dados, Ernesto Geisel fez o anúncio da distensão política. Em setembro, ainda estando morna a campanha eleitoral, as projeções eram as mesmas, mas, com o aumento da temperatura em outubro, as lideranças do MDB estavam otimistas quanto à possibilidade de eleger 14 senadores (GASPARI, 2003, p.446-7).

O SNI não teria detectado essa mudança do direcionamento político? Embora Ernesto Geisel tenha se preocupado em não anunciar prematuramente a descoberta do campo de Garoupa pela Petrobrás na bacia de Campos por temer a acusação de uso eleitoral (GASPARI, 2004, p.47), achamos razoável pensar que o envio, em setembro, do novo Plano Nacional de Desenvolvimento à Câmara dos deputados foi uma tática eleitoral, pois ele se propunha a enfrentar, por exemplo, a questão da concentração de renda, apontada pelo jornalista Carlos

Castello Branco<sup>5</sup> como a razão da demonstração nas urnas da insatisfação da classe média e do operariado urbano.

A classe média e o operariado urbano demonstraram que já foi atingida a cota de sacrifício que lhes é imposta em nome de um desenvolvimento que se funda numa estratégia de acumulação de capital e não de elevação do poder aquisitivo da população, que conta mais com a contribuição do capital externo e dos mercados externos do que com a expansão e consolidação do mercado Interno, enfim, que acumula recursos nas mãos de poucos para enriquecer o país por enquanto em benefício desses poucos. O Governo Geisel, de resto, vem mudando esta estratégia, embora encontre embaraços na herança da inflação retida, que lhe agravou o quadro estatístico e psicológico, e com o impacto da importação da inflação externa (JORNAL A TARDE, 19/11/1974, p.3).

Essa situação descrita por Carlos Castello Branco, na condição de testemunha ocular da história, teve como causa as medidas adotadas pela Ditadura para superar a recessão do período 1962-1967: arrocho salarial; tabelamento dos preços; aumento das tarifas dos serviços públicos e taxações indiretas que resultaram na concentração das empresas e do capital, com o estrangulamento das pequenas e médias empresas, (SINGER, 1977, p.86, 7 e 8) e os incentivos fiscais concedidos às multinacionais por conseguirem a façanha de arcar com as exigências tributárias, requisitando apoio financeiro das matrizes (OLIVEIRA, 1977, p. 94).

Além desta questão econômica, o colunista Castello Branco mencionou as mudanças que estavam em curso no cenário internacional em 1974: no mês de março, os trabalhistas tomaram o gabinete inglês e sete meses depois impuseram aos conservadores a pior votação do século. Em agosto, devido ao Watergate, o Presidente dos EUA, Richard Nixon, renunciou três meses depois, os Democratas ganharam 36 governos e uma bancada de 352 x 181 no Congresso. Em Portugal tivemos a revolução dos cravos e na Grécia tivemos o exemplo de maior impacto simbólico, pois os coronéis foram parar na prisão. Sugerindo aos militares brasileiros que os levassem em consideração e mudassem a estratégia da distensão política, que até então estava sendo aplicada apenas de forma tática.

A Revolução, que vive num mundo conturbado, deve se ter apercebido afinal de que a verdadeira segurança estará mais nos governos de consenso do que nos governos de imposição. Quando o povo participa, ajuda a decidir e se compromete com a política dominante o Governo torna-se mais sólido, embora sujeito a pressões que operam de modo visível enquanto as pressões

---

<sup>5</sup> Pouco lido no Sul e Sudeste por escrever no Jornal do Brasil de Brasília. Também publicou os seus comentários no Jornal A Tarde, o maior do Norte-Nordeste, fato não mencionado por Alencastro, por desconhecê-lo, ou não ter visto a sua relevância, por não ser do eixo Sudeste-Sul.

nos regimes autoritários são preferencialmente invisíveis e, portanto, menos controláveis (JORNAL A TARDE, 19/11/1974, p.3).

Não raro, encontrarmos um sentido colaborativo nas análises de Carlos Castelo Branco, que relacionou a “sublevação das urnas” aos propósitos governamentais, quando seria mais razoável dela deduzir uma contestação ao caráter ditatorial do regime, pois este é que era conhecido pelo eleitor, enquanto os propósitos de distensão política, além de não estarem claros, serem anunciados a poucos meses das eleições; logo, não poderiam os eleitores terem confluído em direção ao que não lhe era inteiramente conhecido. O colaboracionismo de Castelo Branco com as atitudes do Presidente Ernesto Geisel ocorreu até mesmo quando elas se confrontavam com a anunciada distensão política.

Admitindo-se a hipótese de que venha a ser constrangido a afetar a Integridade de outros poderes e a violar direitos constitucionais na preservação do seu próprio governo, não seria indicar propriamente a adesão ao comportamento pessedista. Mas, apenas uma ausência de rigidez tática que compõe a personalidade dos estrategistas. O marechal Castelo Branco, de alma udenista, também cedeu às contrapressões militares para assinar o Ato 2, sem que todavia abandonasse seu objetivo, afinal alcançado de devolver ao país uma ordem constitucional. Se essa ordem não prosperou, o problema não foi dele. De qualquer forma essa leitura forçosamente superficial da personalidade do presidente, vai como um indicador às bancadas do MDB que a partir de março irão ter responsabilidades definidas na formulação das táticas políticas do presidente. (JORNAL A TARDE, 7/02/1975, p.3).

Por essa lógica colaborativa, mesmo nos momentos de recuos do governo em relação à distensão política, até mesmo com violações da integridade dos outros poderes e dos direitos individuais, as oposições deveriam manter a serenidade e apoiar o Presidente nos seus propósitos de distensão, pois mesmo sem uma leitura corrente da sua personalidade, “provavelmente por se tratar de pessoa esquivada ao contato com seus semelhantes”, Carlos Castello Branco exigiu das oposições, sobretudo do MDB, responsabilidade, pois, Ernesto Geisel dependia disto para tranquilizar as “forças subterrâneas”<sup>6</sup> e dar segmento às tão desejadas reformas.

Ao analisarmos as colunas, notas, anúncios ou notícias publicadas nos jornais A Tarde e Folha de São Paulo, não podemos perder de vista o já observado por Tânia de Luca quanto a estes não se constituírem num “objeto único e isolado” (LUCA, 2005, p.13). A partir da imprensa, percebemos toda a tensão existente no período. Havia o receio de que qualquer

---

<sup>6</sup> Na edição do jornal A Tarde do dia 14/12/1974, p.3, o colunista as definiram como sendo as camadas subterrâneas sobre as quais se assentava a nossa estrutura de poder.

atitude causasse danos irreparáveis à distensão política, o que torna compreensível a postura adotada por determinados jornalistas de apostar na via negociada e no desencorajamento de atitudes consideradas “aventureiras”. Assim, narraram como verdade a necessidade de apoiar Ernesto Geisel e aos seus propósitos, praticamente de forma incondicional.

Nestas narrativas, a vontade popular foi secundarizada, razão pela qual o pronunciamento plebiscitário das urnas foi definido como a ratificação do projeto da distensão, que não coagia os eleitores como nos períodos anteriores. O estímulo à pressão social deveria ser evitado, pois os “instrumentos revolucionários” ainda estavam nas mãos do governo, podendo ser utilizados, mesmo que não mais discricionariamente. Logo, os que vissem na insatisfação demonstrada nas urnas a oportunidade de assumir a condição de interprete da vontade popular, poderiam inviabilizar a redemocratização ao querer acelerar o processo previamente planejado.

Na maioria dos jornais de maior circulação prevaleceu a ideia de que a redemocratização do país só seria possível com a anuência dos militares. Nesse sentido, apoiar Ernesto Geisel tornou-se o mantra de muitos dos jornais da época, construindo ideologicamente o sentimento dele ser o único capaz de convencer o Comando Militar da não existência de riscos a segurança nacional, com a reimplantação do Estado Democrático de Direito. Desta forma, para evitar pressões que levassem a contrapressões exigiram das oposições, praticamente a todo instante, serenidade, paciência e nenhuma atitude romântica de intérprete da vontade popular, pois isso poderia comprometer tanto o governo Geisel, quanto a nação, levando o país para um salto no escuro (JORNAL A TARDE, 28/05/1975, p.2).

Essas “graves e amplas responsabilidades” das organizações, principalmente das partidárias, após as eleições de 1974, foram destacadas no discurso do Brigadeiro Osvaldo Terra de Farias, na homenagem aos mortos na Intentona Comunista, quando lembrou que este “Brasil novo”, dos “objetivos nacionais da democracia ocupar lugar de destaque”, foi garantido pelas “forças espirituais em luta contra as ambições do materialismo”. Ou seja, tanto em 1935 quanto em 1964, os militares cumpriram o dever de afastar do país a “ameaça comunista”. Em 1974, ao anunciarem a distensão política, estariam demonstrando o compromisso com o restabelecimento do Estado democrático de direito, desde que não houvesse riscos à Segurança Nacional.

O Brigadeiro Osvaldo Terra de Farias, chefe do Estado Maior do Comando Geral do Ar, foi o orador oficial da cerimônia de homenagem aos mortos da Intentona comunista de 1935 realizada ontem na Praia Vermelha no Rio com a presença do Presidente Geisel. Em seu discurso, ele afirmou que o Chefe

da Nação “apontou aos organismos partidários as graves e amplas responsabilidades que lhes cabe no Brasil novo” definindo, em seguida, os objetivos nacionais atuais onde a “Democracia ocupa lugar de destaque, pelo que representa de defesa das forças espirituais em luta contra as ambições do materialismo” (JORNAL A TARDE, 28/11/1974, p.1).

Esse mesmo papel assumido pelo Brigadeiro de lembrar aos organismos partidários as suas “graves e amplas responsabilidades” esteve presente desde a primeira análise do colunista Carlos Castello Branco. A expectativa quanto ao comportamento do “sistema revolucionário” pautou as suas crônicas, levando-o a caracterizar os resultados negativos como não desestimuladores para o governo, à revolução ou ao país, pois os dois primeiros continuaram “com o controle de toda a área executiva nacional e estadual”, exceto em alguns Estados, cuja ação governamental se via compelida a pautar em normas de moderação – situação apontada como uma espécie de ensaio do que iria acontecer no plano nacional onde as relações com o Poder Legislativo não seriam mais formalísticas, haja vista o aumento da presença do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-o uma oposição de fato, podendo, inclusive, instalar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Positivo tem sido, desde o primeiro momento, o comportamento da direção do MDB e dos principais beneficiários dessa espécie de sublevação popular registrada pelas urnas. Eles estão com ânimo cooperativo e sabem que seu destino, como o do Governo e o da Nação, está pendente da compreensão mútua da gravidade da situação. Deve-se, contudo, levar em conta que a esse comportamento do MDB deverá corresponder atitude semelhante por parte do Governo. Embora rejeitado pelo pronunciamento popular, detém ele nas suas mãos todos os instrumentos de força, os quais todavia já não poderão, como em outras fases do processo revolucionário serem usados discricionariamente. Houve algo que mudou e que mudou substancialmente. Ainda bem que mudou na linha da confluência da opinião pública com o projeto do Governo Geisel (JORNAL A TARDE, 19/11/1974, p.3).

Esta mesma interpretação de que o sentimento de mudança advindo das urnas ter confluído com os propósitos do governo e que os organismos políticos deveriam ter responsabilidade com o processo político em curso foi também compartilhada pelo Ex-senador Aurélio Viana<sup>7</sup>. Segundo ele, a vitória da oposição estava relacionada ao protesto e ao teste feito por Geisel com os partidos. Portanto, concluiu que nem o partido governista, nem o

---

<sup>7</sup> Senador do MDB pelo Estado de Alagoas, formado em direito, entre 1963 a 1971. No seu pronunciamento do dia 07/04/1970, último registrado no site do Senado, fez menção: à defesa da democracia, do regime representativo e do sufrágio universal direto. Situação econômica da América Latina e da África. O problema do subdesenvolvimento. Defesa do pluripartidarismo. Reivindicações do MDB (<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/parlamentar/1502/1970/2>). Acesso em 15/01/2019, as 11:50H.

oposicionista chegariam ao poder sem um programa. Carlos Castello Branco, provavelmente, concordava com Viana em relação à falta de habilidade dos políticos de distinguir distensão de abertura política (JORNAL A TARDE, 24/07/1975, p. 1). Por isso, invariavelmente, encorajou as oposições, sobretudo o MDB, a serem colaborativas. Ao mesmo tempo em que criticava a ARENA por sua falta de autonomia, precisando do beneplácito governamental “para se posicionar sobre qualquer coisa, mantendo-se sempre restritiva as demandas populares, tornando-se impopular, enquanto o governo tinha a simpatia de grandes faixas da sociedade” (JORNAL A TARDE, 6/06/1975, p.2).

O próprio Presidente da República, no seu pronunciamento sobre as eleições de 1974, via o seu governo gozando de prestígio popular e dos resultados eleitorais terem confluído com os seus propósitos, considerando que a derrota teria sido da ARENA por não ter sido propositiva como foi o MDB.

Ressentimentos — e não há razão para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento, que até seria compreensível, ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Acresce mencionar (...) que a Arena aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta (...). Na Arena, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário (JORNAL DO SENADO, 19/11/2014, p.4).

Embora no pronunciamento tenha negado qualquer constrangimento, o seu semblante o desmentiu (JORNAL DO SENADO, 19/11/2014, p.3). Por certo, não conseguiu disfarçar o já reconhecido por ele, da necessidade do seu governo ter que promover mudanças, pois até mesmo entre os jovens oficiais havia descontentamentos com os salários. Além disso, pressentia as pressões que recairiam sobre o seu governo<sup>8</sup> devido ao efeito contrário da distensão política que, ao invés de legitimar o seu projeto político, demonstrando a impotência das oposições mesmo numa eleição sem a prática da coação, propiciou ao MDB, “na hora da verdade”, mostrar “o real poder do partido”, contrariando as expectativas dos grandes jornais, a exemplo do *FOLHA DE SÃO PAULO*, quanto à vitória governista, por ter a seu favor o milagre econômico (LOHN, 2013, p.17).

---

<sup>8</sup> As “forças subterrâneas” tão temidas por Carlos Castello Branco elegeram Golbery do Couto e Silva como o responsável pelo insucesso eleitoral.

Mesmo após a retumbante vitória do MDB, determinados jornalistas continuaram se agarrando à “provável expectativa dos militares rearticularem a estrutura política aos necessários níveis de segurança e de competência para que as Forças armadas pudessem refluir aos limites da sua missão constitucional” (JORNAL A TARDE, 14/12/1974, p.3). Assim, ajudaram a construir a imagem do Ernesto Geisel como o “Presidente da abertura”, contraditada pelos organizadores do seu Dossiê, ao concluírem que o mesmo enfatizou “o controle político, a repressão à esquerda e à oposição, e a censura à imprensa” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 276-286).

Parece evidente que o sistema militar dominante não entregará de mão beijada os governos do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro aos adversários, ainda que estes tenham a seu favor a maioria das Assembleias, para a hipótese de eleições indiretas, ou a maioria do eleitorado, para a hipótese de eleições diretas. Se algo não se modificar no comportamento do partido da oposição, na sua estratégia política, o MDB não Subirá esses degraus do poder, simplesmente porque até lá deverão as bases revolucionárias dispor aos instrumentos adequados a provocar a intervenção federal naqueles estados e a reorientar seu projeto político. (...) Se ele se isolar na atitude romântica e pouco realista de intérprete de correntes populares, que julga ser, então é que lhe faltará condição mínima de postular o exercício de um comando nacional, que abrange em si mesmo uma composição na qual entram diversos ingredientes, os mais importantes dos quais sendo a representação política e a concordância militar (JORNAL A TARDE, 31/05/1975, p.2).

Mais uma vez, o colunista Carlos Castelo Branco evidencia que o poder de decisão estava com os militares. Inclusive a oposição, mesmo respaldada pelas urnas, dependeria da anuência deles. Até mesmo Flamarion Mossri<sup>9</sup>, que na Coluna “Do centro da política” apontou como subserviente a postura dos governadores, não sugeriu qualquer forma de resistência ao “Pacote de abril” de 1977, ao contrário, buscou apaziguar a situação mostrando-se esperançoso quanto às eleições diretas terem sido apenas adiadas para 1982 (JORNAL A TARDE, 18/04/1978, p.6).

O novo despertar da sociedade civil, com as manifestações espontâneas a partir de 1976 (NUNES in: MOISÉS, 1982, p. 93), se intensificou na reação contrária ao “pacote de abril” de 1977. Assim, o fim do “entulho autoritário”, a partir de 1979, serviu para esfriar as pressões contrárias adotadas com o fechamento do Congresso, sem que elas fossem desfeitas, o que na prática retrocedeu o MDB à condição de “oposição consentida”. Com o fim da

---

<sup>9</sup> Em 2004, na ocasião da aprovação do voto de pesar da sua família pelo seu falecimento, ele foi lembrado por ter feito a cobertura do Congresso Nacional por muitos anos, pelos Jornais: O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Sua atuação durante a ditadura foi lembrada como a de quem sempre procurou ajudar os perseguidos pelo Regime, a exemplo de José Dirceu, de quem era cunhado.



maioria qualificada de 2/3 e a instituição dos senadores biônicos, a Ditadura poderia continuar aprovando o que quisesse, independentemente da vontade das oposições, mesmo estas tendo infligido sucessivas derrotas ao partido governista nas eleições de 1974 e 1978.

Nesse contexto, Geisel retoma a iniciativa e num suceder de lances rápidos consegue redefinir a seu favor o quadro. Primeiro, numa operação iniciada em agosto, ele vai invadir o campo da oposição reativando a “missão Portella” — que agora passará por cima do MDB e ouvirá diretamente os “setores representativos da sociedade” juristas, clérigos, empresários, sindicalistas etc.) — e anunciando para o ano seguinte a extinção do AI-5, além do advento das propaladas reformas (CRUZ; MARTINS in: SORJ-ALMEIDA, 2008, p.85-6).

Mas, ao ter reposto as liberdades legais, ocorreu uma maior organização das oposições, do ponto de vista partidário, com o MDB centralizando-as e atuando conjuntamente com setores que ocupavam posições de autoridade na sociedade civil, especialmente a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI (MOREIRA ALVES, 1984, p.225). Além disso, havia uma “grã-burguesia liberal, cujos arroubos libertários ainda não haviam passado pela prova dos nove do enfrentamento das lutas sociais” (CRUZ; MARTINS in: SORJ-ALMEIDA, 2008, p.85), que mesmo tendo sido beneficiada pela Ditadura, não a via mais como a melhor opção para evitar o “indesejável conflito de classes” (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/06/1978, p.1).

Neste cenário de contestações, o governo se dizia preparado para a retomada do movimento sindical, mas foi golpeado pelo documento “Ao exame dos vários setores da sociedade”<sup>10</sup>, defendendo “uma política salarial justa”, o que, na prática, significava questionar a validade do regime autoritário, uma vez que intensificar a exploração da força de trabalho é o atributo mais atrativo que ele pode oferecer à classe dominante. Assim, quando as greves ressurgiram apoiadas por amplos setores sociais, enfrentando a Lei antigreve, confrontando-se com a política salarial, exigindo negociação direta com os patrões – o que foi aceito, ao menos por dois grandes empresários (SOUZA, 1988, p.49) –, o regime contra-atacou, reprimindo as manifestações, demitindo, intervindo nos sindicatos, prendendo sindicalistas e até mesmo matando, em plena vigência das “políticas de abertura” do governo João Batista Figueiredo.

---

<sup>10</sup> Assinado por oito dos dez empresários eleitos por cinco mil homens de empresas, publicado na primeira página do jornal Folha de São Paulo de 27/06/1978.

Isso confirma que, mesmo com o fim do “entulho autoritário”, com a revogação do AI-5, em 1979, e a não mais edição dos Atos institucionais – tática adotada por Ernesto Geisel para acomodar e reverter em seu favor o quadro político desfavorável, com o intuito de poder definir quem lhe sucederia –, na prática, os militares continuaram tendo em suas mãos os instrumentos de repressão ao terem ampliado a abrangência da Lei de Segurança Nacional, mantido as dezenas de Atos Institucionais e Complementares, editado a Lei Falcão e o pacote de abril e, ainda, criado o Estado de Emergência:

Esse instrumento, que dispensa a aprovação pelo Congresso, faculta ao presidente: suspender todas as garantias individuais; suspender todas as liberdades públicas; intervir em sindicatos; suspender imunidades parlamentares; atribuir às Forças Armadas todos os poderes de polícia e entregar ao julgamento de tribunais militares todos os que forem presos durante a sua vigência (CRUZ; MARTINS in: SORJ-ALMEIDA, 2008, p.85).

Logo, o retorno dos exilados políticos, o fim do AI-5 e a proibição de serem editados novos atos institucionais não se constituem motivos suficientes para considerarmos o início da transição democrática já em 1979. Ao longo de sua existência, a Ditadura militar “inúmeras vezes recorreu à força, mas jamais prescindiu da busca de elementos de coesão, ou de procurar fazer-se reconhecer como governo legítimo e, juntamente consigo, as instituições a ele vinculadas e dele decorrentes”. Essa característica do regime ditatorial brasileiro, associada à tradicional cultura política da conciliação (MOTTA, 2014, p. 310-311) estimulada pela mídia grande<sup>11</sup>, ajuda-nos a melhor compreender o porquê dos seus vinte e um anos de existência.

Em 1978, participantes dos movimentos contestatórios acreditavam que ainda naquele ano o Estado democrático de direito seria restabelecido. Os militares conseguiram postergar por mais dez anos, acenando com uma suposta limitação dos seus poderes assimilada pelas oposições hegemônicas pelos liberais como um gesto de boa vontade, um início de uma abertura política para, de forma negociada, restabelecer a ordem democrática. Nós, pelas razões já mencionadas, preferimos atribuir o início da transição democrática ao ano de 1985, após ter sido vencido o processo de distensão política iniciado na segunda metade dos anos 1970 e as políticas de abertura da primeira metade dos anos 1980, tendo o Estado de direito democrático sido restabelecido em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

---

<sup>11</sup> Expressão utilizada por Vitto Giannotti para distinguir a mídia grande da grande mídia, enquanto a primeira era grande por debater a fundo os assuntos, a segunda só era grande no tamanho.

Entre 1964 e 1985, enquanto os generais estiveram no poder, sempre foi potencialmente possível reativar a revolução porque os militares – como é óbvio – controlavam as armas. Por essa razão, pode-se designar o período como ditadura militar. Até a posse do primeiro presidente civil, o regime atribuía a si a prerrogativa de novo “surto revolucionário” que, na fase decadente de João Figueiredo, estava sintetizada na ameaça que o general fazia de “chamar o Pires”, ou seja, chamar o ministro de Exército, general Walter Pires, e resolver os problemas com as armas (FICO, 2017, p. 59-0).

Contudo, reconhecemos o mérito das provocações de Denise Rollemberg, Daniel Aarão Reis Filho, dentre outros. Se “pouco havia sido pesquisado e escrito no sentido de compreender as relações da sociedade com o regime inaugurado em 31 de março” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.11-2), a partir delas, até mesmo os historiadores que definem a ditadura como “militar”, precisam explicar o porquê de não adjetivá-la como “civil-militar”. Isso evita que os indivíduos, descritos pelo professor Guillermo O’Donnell, possam ter suas responsabilidades diminuídas ou esquecidas.

Os mesmos indivíduos e setores mais internacionalizados e modernos, que foram em dado momento os intransigentes ortodoxos, podem mais tarde ser os democratas que apóiam no interior do regime burocrático autoritário e das classes dominantes tanto a saída quanto à descompressão. Contra isso, os setores mais nacionalistas e, em certo sentido mais provincianos, que na primeira etapa se apresentaram como portadores da sensibilidade popular negada pelos ortodoxos são a fonte das maiores resistências internas contra um processo que, pouco a pouco, começa a reativar o povo, o qual se invocava quando obrigado a calar (JORANAL A TARDE, 28/05/1975, p.2).

A própria Virginia Fontes tentou equacionar esse problema, sugerindo o termo ditadura empresarial-militar (FONTES, 2014, p.11), pois o elemento civil ficaria evidenciado sem omissão do seu caráter de classe. O que também foi criticado por Carlos Fico por entender que esta discussão não deve ser meramente nominalista. Para ele, “caso fosse razoável o argumento de Daniel, teríamos de designar a ditadura como civil-militar-empresarial-midiática-católica e assim por diante, tornando o debate ainda mais viciado por nominalismo” (FICO, 2017, p.52).

No caso brasileiro, ainda segundo o historiador Carlos Fico, mesmo com o distanciamento do tempo, é difícil aprofundar-se na devida caracterização da ditadura, devido ao obscurantismo na liberação dos documentos históricos. Este elemento serve para demonstrar que, mesmo depois da redemocratização, os militares não foram inteiramente subordinados à sociedade civil, tanto que mesmo tendo sentado na cadeira presidencial, entre 1994 a 2016, o “príncipe da sociologia” (Fernando Henrique Cardoso), um “ex-líder operário”

(Luís Inácio Lula da Silva) e uma “ex-guerrilheira” (Dilma Rousseff ), documentos cuja datação em outros países já estão disponíveis para consulta, no Brasil continuam censurados para não ferir as suscetibilidades dos militares.

No próximo tópico, continuamos demonstrando que o poder de decisão estava nas mãos dos militares, os quais, a despeito das legislações vigentes, fizeram prevalecer a sua vontade vetando o Projeto de Lei nº. 52/1975 para não estender o direito de sindicalização às empresas públicas. Provavelmente uma medida preventiva para evitar pressões dos trabalhadores em decorrência da importância que assumiriam a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND-II). Logo, ao analisarmos o veto presidencial ao projeto de lei aprovado no Legislativo, conseguimos mensurar o papel-chave das estatais no desenvolvimento do novo Plano de desenvolvimento, algo relevante para compreendermos a postura do Estado frente ao movimento sindical.

## **2.2. NO ANO DA DISTENSÃO, TENSÃO NO SINDICALISMO ESTATAL**

O ano de 1974 iniciou-se com um clima de expectativa no sindicalismo estatal provocado pelo parecer de nº. 1-267, de 31 de janeiro de 1974, da Consultoria geral da República, o qual proibia a sindicalização aos trabalhadores das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Em 1975, com uma nova configuração no Congresso Nacional, fruto dos resultados eleitorais do ano anterior, as condições ficaram mais favoráveis à oposição questionar os atos governamentais. Assim, Francisco Amaral<sup>12</sup> posicionando-se no Projeto de Lei nº. 52/1975 do seu colega, deputado federal Laerte Vieira<sup>13</sup>, salientou que esse parecer aprovado pelo Presidente da República não era lei, e ainda que se vinculasse aos órgãos do Executivo, “certo é que se referia ao caso específico da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, ou quando muito às Empresas Públicas” (BRASIL, 1975, p.30).

O deputado Francisco Amaral recorreu a essa fundamentação jurídica para alfinetar o governo, por entender que o parecer da Consultoria Geral da República e o item 14 da exposição de motivos do Ministro do Trabalho não poderiam aplicar-se às entidades de economia mista. Logo, era desnecessário o Projeto de lei nº. 2.036/74, resultante da Lei nº. 6.128 de 6/11/1974, ressaltando da proibição legal de sindicalização os empregados deste

---

<sup>12</sup> Antes de eleger-se deputado estadual, prestou assistência jurídica aos sindicatos de trabalhadores de Campinas e cidades vizinhas (Americana, Rio Claro, São Carlos, Araras, Tapiratiba e Porto Ferreira). Eleito deputado federal pelo MDB, fez parte do grupo dos “autênticos”, tendo sido reeleito em 1974.

<sup>13</sup> Apoiou o golpe de 1964, mas, com a extinção dos partidos políticos pelo AI-2 e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, assumindo a sua liderança na Câmara em 1974.

tipo de estatal. Amaral, ainda, destacou que ele e outros deputados já haviam apresentado projetos semelhantes ao do governo, todos de autoria dos deputados do MDB, sem seguir os devidos trâmites (BRASIL, 1975, p.27)<sup>14</sup> – situação modificada com os resultados eleitorais de 1974, tanto que a emenda de Laerte Vieira à Lei 6.128/1974, ao menos, tramitou, sendo inclusive aprovada nas duas Casas.

Os projetos de autoria dos deputados Francisco Amaral, Alberto Lavinias e Pacheco Chaves, e a própria alegada preocupação governamental com o desenvolvimento sindical, nos dão um termômetro da importância do sindicalismo estatal. Se o mesmo não tivesse relevância alguma, os pareceres da Consultoria geral e do Ministério do Trabalho não repercutiriam na Câmara dos deputados com proposições dos parlamentares, e o Executivo não teria apresentado um projeto de lei permitindo a sindicalização nas sociedades de economia mista, apostando, provavelmente, nesta medida para encerrar os questionamentos no Legislativo.

O Poder Executivo, embora tenha alegado preocupação com o desenvolvimento sindical, não ressaltou as empresas públicas desta proibição, sob o pretexto de executarem atividades típicas da administração pública (BRASIL, 1975, p.4-5). Seria mesmo essa a razão, ou o governo tinha algum indício de práticas sindicais neste segmento estatal destoantes da “natureza pacífica e ordeira” do sindicalismo brasileiro? Caso fosse essa a real preocupação, o deputado Francisco do Amaral, não a via como legítima, pois, as “raras exceções decorriam menos do direito de sindicalizar que do direito de greve, este sim, vedado expressamente pelo art.162 da Constituição, nos serviços públicos e nas atividades essenciais” (BRASIL, 1975, p.30).

A Empresa de Correios e Telégrafos foi o pivô da controvérsia sobre o direito de sindicalização nas estatais, decorrente dos pareceres da Consultoria Geral e do Ministério do Trabalho, mas, não encontramos nas fontes consultadas nenhuma movimentação destes trabalhadores incomodando o governo. Diferentes sites de vários sindicatos estaduais dos empregados dos Correios foram analisados; em alguns não havia registro da sua história, outros traziam a informação de estarem organizando o seu acervo. Foi possível encontrar algo sobre a trajetória de luta destes trabalhadores nos sites dos sindicatos de Minas Gerais, de Goiás e da Federação Nacional dos Trabalhadores em empresas dos Correios e Telégrafos e similares (FENTECT). Embora tenham uma federação, não houve a reunião das fontes

---

<sup>14</sup> Projetos quase idênticos foram anteriormente apresentados, entre os quais o de nº. 1. 956/ 74, de nossa autoria, 2.086/74, do Deputado Alberto Lavinias, nº. 2.184/74, do Deputado Pacheco Chaves, que foram anexados ao Projeto de nº. 2.036, de 1974, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, e que acabou se transformando e.m Lei nº. 6.128, de 6 de novembro de 1974, na forma de um substitutivo.

existentes sobre as entidades filiadas, a fim de escrever uma história nacional deste movimento.

Observamos os sindicatos de Minas Gerais e Goiás apresentando-se como os pioneiros: o primeiro aludiu a sua participação no “novo sindicalismo” do final dos anos setenta, enquanto o segundo, a sua presença na fundação da primeira associação beneficente da categoria em 1950. No site da Federação, encontramos um histórico das greves; a primeira teria ocorrido em 1979, da qual só participaram os mineiros e os cariocas<sup>15</sup>. Nas fontes consultadas, não vimos nada indicando haver, em 1974, algum tipo de articulação dos trabalhadores da Empresa dos Correios e Telégrafos que justificasse uma ameaça ao governo.

Aqui cabe fazer um registro das dificuldades de se reconstituir a história de luta dos trabalhadores brasileiros, muito em função da falta de compromisso das suas lideranças com a preservação das fontes. Isso, independentemente do seu grau de instrução. O sindicato dos Petroleiros da Bahia é um bom exemplo disso, o seu acervo encontra-se indisponível, tendo uma promessa de, após a organização e inauguração do seu memorial, ficar à disposição dos pesquisadores. Voluntariamo-nos a organizá-lo, e, mesmo assim, não obtivemos êxito, restando-nos apenas concentrarmos-nos nas análises dos jornais *A Tarde* encontrados no Arquivo público da Biblioteca Central da Bahia.

A coluna operária do *jornal A Tarde* não era assinada. O seu tamanho e posição na folha modificavam-se constantemente, e o que nela estava escrito, na maioria das vezes, parecia ter sido de autoria dos próprios interessados, provavelmente mediante a compra do espaço<sup>16</sup>. A nota do sindicato do Serviço Municipal de Transporte Coletivo (SMTC) da cidade de Salvador/BA, informando que há seis meses solicitou a sua transformação para entidade social, é um exemplo (JORNAL A TARDE, 1/11/1974, p.10).

Abrimos outro parêntese para discutir o uso das fontes jornalísticas. Elas, por darem conta dos eventos do presente, mais precisamente, do imediato, trazem algumas armadilhas às quais o historiador precisa estar atento. Muitas vezes, os jornalistas utilizam apenas siglas por ser o seu significado de conhecimento público, mas, a partir do momento em que esta matéria torna-se fonte de pesquisa historiográfica, o afastamento do tempo e do espaço pode dificultar a compreensão destas siglas. Felizmente o advento da internet nos facilitou nesta busca por defini-las. Além disso, temas específicos de determinadas áreas, muitas vezes, não são devidamente tratados pelos jornalistas, ocasionando confusões quanto ao uso dos conceitos,

---

<sup>15</sup> No site do sindicato do Rio de Janeiro, nada há sobre a sua história.

<sup>16</sup> Não havia página definida, chegando a ser publicada até mesmo na mesma seção dos anúncios dos classificados, o tamanho também era indeterminado.

sobretudo os da área jurídica. Enfrentamos esses dois desafios na análise da nota do sindicato da SMTC, tanto na verificação do significado da sigla, quanto da sua natureza jurídica, tendo que recorrer ao decreto-lei constituidor desta Superintendência municipal para preencher essas lacunas.

Esta análise criteriosa das fontes é fundamental, pois uma informação equivocada pode resultar numa conclusão igualmente enganosa do historiador. No caso do sindicato da SMTC, a busca pela mudança da sua natureza jurídica se impunha porque, embora na nota publicada no jornal constasse ser uma sociedade de economia mista, tratava-se na realidade de uma autarquia que não contava com o apoio dos parlamentares quanto à extensão do direito à sindicalização.

Esse caso do sindicato da SMTC serve para demonstrar a preocupação de alguns sindicatos em adequar-se ao sentenciado pela Consultoria geral da República e o Ministério do Trabalho. Ao mesmo tempo em que é emblemático, pois se tratava de um sindicato numa autarquia (Decreto nº 1497, de 18 de outubro de 1955), o que, independentemente dos pareceres destes órgãos, já era vetado<sup>17</sup>. Então, é possível perceber a inexistência de uma análise rígida da legislação vigente quanto da concessão da carta sindical em alguns casos. Em 1974, o governo pareceu querer corrigir essa situação, isentando apenas da proibição de sindicalização as empresas de economia mista, através da Lei 6.128/1974, considerada pelo deputado Francisco Amaral totalmente desnecessária:

Aliás, cabe dizer-se aqui que a Lei nº 6.128 de 1974, nada inovou em matéria de sindicalização. Permitir a sindicalização do pessoal das Sociedades de Economia Mista era inteiramente desnecessário, porque o pessoal dessas Sociedades já era sindicalizável e até mesmo sindicalizado (BRASIL, 1975, p.29).

Esse posicionamento do deputado Francisco Amaral deriva da sua convicção quanto ao equívoco do parecer da Consultoria geral da República que confundia a natureza jurídica das empresas públicas com a das autarquias. Na sua concepção, se este parecer sequer deveria alcançar as totalmente sob o controle do governo, impensável seria imaginar que as de economia mista corriam algum risco. Mas, como o Ministério do Trabalho entendeu que caberia ao governo definir quais dos seus funcionários poderiam ser sindicalizados, o Presidente da República quis delimitar, dentre as paraestatais, o direito à sindicalização apenas para as sociedades de economia mista. Segundo Francisco do Amaral, um “casuísmo

---

<sup>17</sup>A sindicalização era vetada no serviço público desde o decreto-lei nº. 5.452 de 1º de maio de 1943 (CLT) e esta Autarquia municipal foi fundada em 1955.

descabido e inconstitucional” (BRASIL, 1975, p.29) – Deduzimos que esta postura do governo explica não termos encontrado, nas fontes consultadas, os trabalhadores das sociedades de economia mista preocupados com essa problemática da sindicalização nas estatais.

É difícil acreditar que a mudança do Estatuto da Empresa dos Correios e Telégrafos tenha sido a principal motivação da consulta do Presidente à Consultoria Geral da República. Como vimos no caso da SMTC, autarquias, cuja sindicalização era vedada por lei, tinham sindicatos, logo, por que numa empresa pública essa questão teria chamado a atenção das autoridades? Acreditamos que as mudanças nos cenários, econômico e político, a partir da crise do petróleo em 1973, pressionaram o governo a preocupar-se com o direito de sindicalização nas empresas públicas, tendo sido cauteloso quanto às sociedades de economia mista devido ao nível de organização já existente e ao impacto que isso causaria no sindicalismo brasileiro caracterizado, em sua maioria, como assistencialista; logo, não seria interessante para o governo vê-lo reduzido.

Sindicatos aumentam o quadro social de filiados devido à ampliação da prestação de serviços assistenciais, a exemplo, do seguro para se pagar em dobro indenizações as famílias dos acidentados. Os petroleiros tiveram várias famílias beneficiadas. Associação dos Petroleiros aposentados foi criada por causa das dificuldades de terem tratados os seus assuntos junto a Previdência social e a própria Petrobrás (JORNAL A TARDE, 1/11/1974, p.100).

Parece paradoxal, justamente num momento de “crise do petróleo”, a Petrobrás ficar isenta da proibição à sindicalização, mas, levando em consideração as especificidades do sindicalismo estatal, “que evitava um conflito direto com a empresa, preferindo o diálogo com seus dirigentes, pois os sindicalistas entendiam que o fortalecimento das estatais resultaria numa ampliação dos direitos e conquistas dos trabalhadores” (IVO, 2008, p.15) e o fato dos trabalhadores das sociedades de economia mista já serem sindicalizados – fato apontado pelo deputado Francisco do Amaral para demonstrar o quanto a Lei 6.128/1974 era inócua por permitir a sindicalização a quem já era –, deduz-se que o interesse do governo, naquele momento, era evitar a sindicalização nas empresas públicas.

A maioria dos deputados e senadores estava convencida da impossibilidade desta distinção; o deputado Francisco Amaral, no seu voto em separado na Comissão de Trabalho e Legislação social, ironicamente, provocou o governo:



Finalmente, deve-se consignar que não há razões que justifiquem a proibição de sindicalização dos empregados das empresas públicas. Se o Estado acha que o sindicalismo é conveniente e até útil para os empregados de empresas privadas e até das sociedades de economia mista, não se vislumbra porque entenda incabível a sindicalização dos empregados das empresas públicas. O que é bom do ponto de vista estatal - para determinados empregados, não pode ser mau para outros empregados.

No entanto, o governo manteve-se determinado a impedir a sindicalização nas empresas públicas, insistindo que, ao permiti-la, na sua esteira viria também o direito à greve, assim, atividades essenciais poderiam ser paralisadas. Do ponto de vista legal, essa justificativa não se sustentava, os próprios deputados nos seus pareceres invocaram a Constituição Federal de 1967 para refutá-la, haja vista a mesma proibir greve no serviço público e nas atividades essenciais. Mas, ainda assim, Projeto de Lei da Câmara nº 52-B/75 (nº 56/76, no Senado Federal) foi vetado na sua totalidade.

As decorrências da sindicalização, entre elas o direito de greve, são realmente incompatíveis com os interesses tipicamente estatais a que corresponde o funcionamento de empresas públicas como a dos Correios e Telégrafos, o Banco Nacional da Habitação, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e muitas outras, legalmente responsáveis pela realização de misteres essenciais do Estado. Estes, os motivos que me levaram a negar sanção ao Projeto e que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional (BRASIL, 1975, p.36).

No veto presidencial às instituições citadas, revela-se o porquê da insistência no não reconhecimento da equivalência jurídica entre as sociedades de economia mista e as empresas públicas: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico<sup>18</sup>, por exemplo, dentre outras Instituições e mecanismos financeiros oficiais, intermediaria o “apoio governamental aos projetos de grandes empresas nacionais ou a participação de empresas nacionais em grandes empreendimentos, inclusive em setores básicos e/ou de tecnologia de ponta”. Essas atribuições lhes foram delegadas pelo PND-II (BRASIL, 1975, p.50). Logo, seria interessante negar-lhes o direito à sindicalização como forma de, preventivamente, evitar as reivindicações de valorização dos seus funcionários em razão das responsabilidades que lhes foram conferidas.

---

<sup>18</sup> Quando foi criado pela Lei 1.628 de 20 de junho de 1952, era uma autarquia, mas, em 1971, foi transformada em empresa pública, com a Lei nº. 5.662 de 21 de junho de 1971.

O Presidente da República poderia ter evitado este embate com o Congresso Nacional modificando a natureza jurídica destas empresas, o que aparentemente não encontraria objeções dos parlamentares:

É certo que, por motivos não esclarecidos, há atividades típicas da Administração Pública, como a manutenção do serviço postal (Constituição Federal, art. 8º, item XI) que estão sendo exercidas por Empresa Pública, quando nos parece o deveria ser por autarquia (BRASIL, 1975, p.1).

Mas optou por desautorizá-lo vetando o Projeto de Lei, dando um recado direto às oposições e à classe trabalhadora, a quem caberia definir quem teria ou não o direito a sindicalizar-se; além disso, num cenário de estagnação do “milagre econômico”, a atenção do Presidente Geisel foi canalizada para o fortalecimento das indústrias de base, o que requeria insumos e matrizes energéticas, sobretudo o petróleo, cujas previsões catastróficas do seu fim e as críticas ao protecionismo estatal presentes nos veículos de comunicações, lançaram sobre a Petrobrás o desafio de ofertar ao país a energia para seu desenvolvimento – assunto discutido no próximo tópico.

### **2.3. O “BRASIL GRANDE” REQUER ENERGIA.**

Em Alagoinhas/BA, cidade localizada a cento e oito quilômetros da capital baiana, sétima maior população do Estado, cujo desenvolvimento econômico a tornou, desde os anos 1940, um centro de atração de pessoas e influenciador da região na qual estava inserida, houve uma mobilização das autoridades constituídas e da sociedade civil organizada em prol do seu centro industrial.

Abaixo-assinado com 8.120 assinaturas, representando instituições filantrópicas, associações civis, entidades religiosas, recreativas e pela população em geral, em prol do centro industrial de Alagoinhas, endereçado ao governador e com reconhecimentos ao Presidente Médici e Magalhães Neto por empenharem-se pelo progresso do país. Na justificativa apresentaram dados do IBGE de 1951, segundo o qual, “naquele município possuía 200 indústrias, sem qualquer auxílio governamental, o que demonstrava a sua vocação industrial”. “O lençol petrolífero, donde são extraídos o petróleo e o gás natural e o extenso lençol de água potável, são também citados como exemplos”. Destacaram, ainda, a baixa renda per capita de Alagoinhas e região (JORNAL A TARDE, 16/10/1972, p.11).

Provavelmente, a intenção dos organizadores do abaixo-assinado, ao terem feito menção ao Censo do IBGE de 1951, foi a de mostrar a potencialidade industrial do município, omitindo o revés que fez reduzir de duzentas para cento e trinta indústrias em 1959. O objetivo era mostrar a “vocação industrial” da cidade através do número de estabelecimentos industriais existentes, mesmo sem apoio governamental. E, também, as suas vantagens comparativas<sup>19</sup>, a exemplo do petróleo, gás natural e água potável, para justificar a necessidade do apoio do governo na instala o do centro industrial e na atra o das indústrias, sobretudo quando o Presidente da República Emílio Garrastazu Médici editou um decreto-lei autorizando a transferência de parque industrial usado do exterior para o Brasil (JORNAL A TARDE, 10/02/1972, p.3).

Alagoinhas/BA, como muitas outras cidades brasileiras, possivelmente buscou credenciar-se a este decreto presidencial, criando o seu Centro industrial para receber os “parques industriais usados” que se pretendia atrair. Mas, passados dois anos, o pronunciamento do vereador Dimas Campos demonstrava que essa pretensão não havia se concretizado.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, participamos de uma reunião na Associa o Comercial, na qual toda Alagoinhas tinha as vistas voltadas para a Câmara de Vereadores e esta casa se comportou   altura das suas atribui es. Temos conhecimento que o Sr. Prefeito anda anunciando que, se não existem indústrias a culpa cabe a esta casa, uma vez que, deixou de aprovar um crédito especial destinado   implanta o do Parque industrial. (...) Saiba Alagoinhas que, se essas indústrias não vierem, culpa esta casa não tem e sim o Sr. Prefeito do Município. Estaremos ao lado daquilo que vier em benefício de Alagoinhas, em benefício do seu soerguimento... (ACMA, 1974)

O governo federal tinha como propósito “assegurar um intenso ritmo de crescimento nas exporta es” para “enfrentar a “realidade indiscutível: país nenhum do mundo ousou dar um passo sem exportar sempre mais e mais” (JORNAL A TARDE, 10/02/1972, p.3). Desta forma, as inversões das importa es tornavam-se necessárias, pois as compras promoviam uma sangria contínua dos recursos brasileiros. Na tentativa de promover um equilíbrio, buscou-se acelerar as exporta es com os incentivos fiscais utilizando-se dos créditos obtidos no exterior. Por um lado, a medida aliviou o Departamento II pela exporta o de têxteis e alimentos, deslocando o consumo desses bens do mercado interno para o externo (OLIVEIRA, 1976, p.66). O país inseriu-se no mercado financeiro internacional e na divisão

---

<sup>19</sup> Condi es existentes numa localidade que a torna mais atrativa em rela o às outras.

social mundial do trabalho sob a égide das multinacionais, desenvolvendo linhas de produção dependentes de farta mão de obra ou matérias-primas integradas à tecnologia e aos recursos provenientes das economias centrais. Mas, por outro lado, ampliou-se o déficit da balança comercial devido às crescentes importações de máquinas e equipamentos, além das saídas de capitais nas mais diversas rubricas (SINGER, 1977, p.91-2).

As medidas adotadas geraram divisas no curto prazo, mas, no longo, constituíram-se num crescente fluxo de saídas (MANTEGA; MORAES, 1979, p. 69). O financiamento externo tornou-se fator de estrangulamento por volta de 1973-1974. “A economia voara mais alto do que nunca, e começava a faltar-lhe ar” (ANDRADE in: KRISCHKE (org.), 1982, p.142) devido ao aumento do endividamento e o fim da capacidade do Estado em manter o ritmo de crescimento, uma vez que foi o principal tomador de empréstimos para repassar ao setor privado e financiar a importação de equipamentos das empresas produtivas estatais.

A partir desses primeiros sinais de estrangulamento do “milagre econômico”, a recessão tornou-se uma ameaça real e o choque profilático do Golpe de 1964 não poderia ser novamente aplicado porque, além do cenário internacional não ser o mesmo, a classe trabalhadora já estava exaurida. A Ditadura, ciente da fragilidade da sua “legitimação social”, pois estava lastreada justamente nos bons resultados econômicos do período 1968-73 (FISHLOW, 1986, 517-9), não adotou medidas recessivas para superação da crise. Inegavelmente, o PND-II conseguiu desempenhar importante papel na estabilização da economia, consagrando lugar de destaque as empresas estatais que funcionaram como piso do processo de desaceleração econômica, sustentando o nível global das inversões entre 1974 e 1979 (COUTINHO; REICHTULL in: BELLUZZO; COUTINHO (org.), 1982, p. 57-8).

Esse plano foi dividido em quatro partes: “Desenvolvimento e grandeza: o Brasil como potência emergente”; “Grandes temas de hoje e de amanhã”; “Perspectivas: o Brasil no fim da década” e “Ação para o desenvolvimento”. Por razões óbvias, nos debruçamos sobre a II parte, mais especificamente o capítulo VIII, Política de energia, cuja pretensão era reduzir a dependência do país às fontes energéticas externas, inclusive com a renovação das matrizes.

Esta preocupação com a matriz energética, especialmente o petróleo, um dos eixos do PND-II, já vinha antes da crise de 1973. Não por acaso, um ano antes o Presidente da República propôs a regulamentação do trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo e Industrialização do xisto.

Diz o projeto que sempre que for imprescindível a continuidade operacional o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de

vezamento, em turno de 8 horas, será adotado nas diversas atividades exercidas pelo empregado, ficando a utilização do turno em 12 horas restritas às seguintes situações especiais: atividades de exploração, perfuração, produção e transferência do petróleo em áreas terrestres distantes ou de difícil acesso.

Em casos de necessidade de garantia da normalidade das operações, ou para atender imperativos de segurança industrial o empregado poderá, mediante o pagamento, trabalhar durante o intervalo destinado a repouso e a alimentação (JORNAL A TARDE, 21/10/1972, p.2).

A preocupação explícita deste Projeto de Lei era garantir a continuidade operacional nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência do petróleo em áreas terrestres distantes ou de difícil acesso, intensificando a exploração da força de trabalho com o objetivo de aumentar a produção nacional de petróleo, antes mesmo dos árabes terem aumentado o preço internacional do barril, ou seja, o governo já vinha se precavendo, antes mesmo do petróleo ter subido 400% entre 1973-1974.

Com a quadruplicação do preço do barril do petróleo, a Petrobrás não ficaria ileso. O jornalista Renato Simões, no artigo “Tempos de definições”, publicado na primeira página do *jornal A Tarde*, criticou a Companhia por só entregar 1/5 do petróleo consumido no país, sendo o monopólio estatal apontado por Simões como a causa desta insuficiência e até mesmo do desencorajamento ao surgimento de novas fontes (JORNAL A TARDE, 28/11/1974, p.1). Outros veículos de comunicação também criticaram o “protecionismo estatal” e reproduziram os pronunciamentos do Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, cujo objetivo era confundir a opinião pública para que ela não visse os “contratos de risco”, como a quebra do monopólio estatal do petróleo.

O colunista Carlos Castello Branco, com a preocupação demonstrada nas suas análises políticas de evitar tensionamentos que pudessem pôr em risco a “distensão”, tratou de desfazer “mal-entendidos” em torno do dito pelo Ministro.

Nunca o Ministro Ueki ou qualquer pessoa responsável, no Governo do eminente Presidente Ernesto Geisel, admitiu a tese do Senador Luiz Cavalcanti, que é a quebra do monopólio. O que o Ministro chegou a admitir, e isso mesmo para debate amplo, foi a possibilidade de a Petrobrás fazer contratos de risco, com as companhias estrangeiras do ramo (JORNAL A TARDE, 9/06/1975, p.2).

O Senador arenista Luiz Cavalcanti defendia explicitamente a quebra do monopólio estatal do petróleo, enquanto o Ministro das Minas e Energia, taticamente, foi apresentando o tema em doses homeopáticas, introduzindo os “contratos de risco” associando-o à

manutenção do monopólio estatal, discutindo em círculos restritos, inclusive em jantares oferecidos aos jornalistas.

Sua tática surtiu efeito. Grandes veículos de comunicação foram porta-vozes dos seus pronunciamentos, encontrando, inclusive, jornalistas dispostos a defendê-lo e a desfazer as polêmicas advindas das suas declarações, a exemplo de Carlos Castello Branco, que as apresentaram como uma forma de levantar o amplo debate. Algo rechaçado por Bernardo Kucinski, no artigo “Campanha contra o monopólio”. Segundo ele, os posicionamentos do Shigeaki Ueki visaram conseguir “o máximo de apoio com o mínimo de concessões ou debate”, não “admitindo, principalmente, a contestação” (KUCINSKI, 1977). Tendo tido êxito, pois o próprio Presidente da República, que chegou a negar os “contratos de risco” por afrontar o sentimento nacional do “petróleo é nosso”, no dia 09 de setembro de 1975, utilizando-se dos mecanismos adotados por Ueki para minar resistências, fez uma consulta apenas no âmbito restrito do Executivo, e, ciente de que a medida traria sequelas políticas, buscou minimizá-la, instituindo-os por meio de uma medida administrativa (GAZETA MERCANTIL, 30/04 a 02/05/1988, p.6). Carlos Castello Branco, sempre temporizando, apresentou essa decisão como imprevista e adotada em função da plena crise identificada no mês de outubro. Mas não deixou de advertir o governo quanto aos riscos de adotar uma medida contrária aos setores nacionalistas parlamentares, estudantis e outros, pois, mesmo dispondo de mecanismos para neutralizar suas reações, não disporia de elementos para enfrentar a manifestação silenciosa das urnas (JORNAL A TARDE, 13/10/1975, p.2).

Com os principais veículos da imprensa retratando um cenário de crise e atribuindo-o ao preço do barril de petróleo, a Petrobrás foi responsabilizada pelos altos gastos de recursos públicos com a importação do petróleo. Essa despesa creditava-se ao monopólio do petróleo e à incapacidade tecnológica e financeira da Companhia de entregar aos brasileiros a quantidade de petróleo necessária ao seu consumo, justificando a necessidade da estatal estabelecer parcerias com as empresas nacionais e estrangeiras. Mas foi justamente os baixos investimentos e a pouca efetividade dos resultados que levaram os deputados constituintes a proibir, na Constituição de 1988, a celebração de novos “contratos de riscos”.

Ozires Silva disse que, desde que os contratos de risco começaram a ser assinados, em 1975, as multinacionais investiram US\$ 1,6 bilhão. “Uma soma muito pequena”, observa. Em função desse nível de investimento, “o capital estrangeiro em nada contribuiu até agora para aumentar a produção nacional” (GAZETA MERCANTIL, 30/04 a 02/05/1988, p.6).

Só no ano de 1976, a Petrobrás investiu US\$ 2,2 bilhões, mais do que foi investido pelas multinacionais entre 1974 a 1989, em todo o período de vigência dos “contratos de risco”. Elas investiram oitenta vezes menos que a Companhia estatal e não apresentaram nenhum feito significativo que justificasse a sua presença na prospecção do petróleo por disporem de melhores recursos tecnológicos e/ou gerenciais. Permaneceram na Bacia de Santos por oito anos, encontrando apenas indícios de hidrocarbonetos. Nesta mesma área, em local distante apenas 1.500 metros, a Petrobrás encontrou óleo que deu origem ao Campo de Tubarão e, posteriormente, Estrela do Mar, Coral e Caravela.

Mas, em meados dos anos 1970, a tônica do governo e da imprensa era a da necessidade de atrair os recursos financeiros assistenciais tecnológicos e gerenciais externos para o desenvolvimento da indústria nacional e de novas fontes de energia. Tanto foi assim, que o Presidente Ernesto Geisel, na apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento-II aos empresários das multinacionais no Brasil, destacou essa temática.

Falando aos executivos das multinacionais que se reuniram em Brasília, o Presidente da República teve oportunidade de reiterar sua tese do desenvolvimento integrado, econômico, social e político. A tese, tão bem exposta na sua mensagem ao Congresso no começo do ano, foi renovado em face do interesse manifestado em documento pelos visitantes com relação aos desníveis de distribuição de renda. Esclareceu o presidente que, não sendo integrado, o desenvolvimento perde o sentido como perderiam substância os árduos trabalhos a que se dedica seu Governo. Com relação ao problema do capital estrangeiro, proclamou o General Ernesto Geisel que esses recursos financeiros assistenciais tecnológicos e gerenciais vão nos ajudar a andar mais depressa. A reunião, segundo versões oficiais, foi um êxito, colhendo o Presidente aplausos em algumas oportunidades (JORNAL A TARDE, 06/06/1975, p.2).

Como no PND-II, o governo registrou o seu “compromisso” de observar o monopólio estatal do petróleo. A presença das multinacionais foi admitida apenas na prospecção do xisto. No entanto, um ano depois de tê-lo enviado ao Congresso Nacional, cedendo às pressões das economias centrais ávidas pelo aumento da produção global do petróleo, o Presidente da República autorizou a prospecção do fósil líquido em solo brasileiro por empresas nacionais e estrangeiras. Assim, as petrolíferas multinacionais poderiam somar-se aos demais empresários que aplaudiram Ernesto Geisel, quando lhes foram apresentado o Plano Nacional de Desenvolvimento II.

O PND-II visava: “(...) de um lado, viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado, e, de outro lado, assegurar a empresa nacional papel importante na estrutura industrial moderna e poderosa que se deseja consolidar, no país” (BRASIL, 1975, p.37).

Contudo, sofreu críticas por ser considerado estatizante, haja vista o desenvolvimento das áreas de infraestrutura e energia terem ficado ao encargo das estatais, além do controle, por parte do Estado, do fluxo dos investimentos.

(...) O sistema de apoio, a ser completado, compreende a expansão do financiamento de longo prazo, a adaptação do sistema fiscal, a prioridade nas compras de órgãos e empresas de Governo e a ajuda especial para a participação nos projetos de maior importância do setor público (BRASIL, 1975, p.8).

O almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, num artigo publicado no Jornal do Brasil (JB), apresentou o Plano Nacional de Desenvolvimento como sendo uma espécie de comunismo eufemisticamente denominado capitalismo de Estado.

(...) um novo articulista, o almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, ex-superintendente do programa de Marinha Mercante (Sunaman), num artigo intitulado ‘Comunismo e seu novo nome: capitalismo de Estado’, dá ao empresariado pretextos para criticar o governo sem desonrar o compromisso anticomunista do regime (GASPARI, 2004, p.58).

Este ex-integrante da burocracia estatal publicou uma espécie de salvo-conduto ao grande empresariado que “precisava de uma bandeira que lhe permitisse lutar pela liberdade sem lutar pela democracia, reclamar do governo sem se confundir com uma oposição acusada de flertes com o esquerdismo” (GASPARI, 2004, p.54). A culpa não seria deles, e, sim, dos governantes ao assumirem uma postura estatizante. O jornal Estado de São Paulo, na segunda metade de fevereiro de 1975, publicou uma série de onze reportagens intitulada “Os caminhos da estatização”. A série refletiu o clima da época e o tipo de relações do patronato com a ditadura. O anonimato das fontes foi preservado para que fossem autênticas, o que demonstrava o grau de dependência dos empresários em relação ao Estado (GASPARI, 2004, p.59). Esses posicionamentos corroboram a tese de Wladimir Pomar do deslocamento de frações de classe.

(...) no Brasil emergia uma forte reação da burguesia, tendo como alvo os capitais estatais. Afinal, estes eram apenas bem-vindos para arcar com os custos da construção da infraestrutura, mas não para concorrerem com as multinacionais, que tendiam a funcionar em sistemas de oligopólio. Essa divisão na burguesia representou o começo do fim do regime militar e o ingresso num período de incertezas para o desenvolvimento capitalista brasileiro (POMAR, 2013, p.49).



O caráter estatizante do PND-II tão criticado era temporário. O governo pretendia repassar à iniciativa privada as estatais. Para o Presidente, a presença do Estado nas atividades econômicas se justificava pelo desinteresse da iniciativa privada pelo real desenvolvimento do país e pelo volume de investimentos que ela não pudesse assumir. Ernesto Geisel não queria apenas supervisionar a economia, pretendia ser o seu indutor para evitar que “o otimismo do delfinato<sup>20</sup> não fosse substituído por uma descrença nos fundamentos da sua administração” (GASPARI, 2004, p.47). Assim, num cenário de crise, o governo não pretendia reeditar a “recessão calculada” com o aumento dos gastos públicos, mas pretendia desenvolver a indústria nacional.

Na Indústria, conseqüentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. Só haverá projetos sob controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode, ou não deseja, realizá-los (por motivos ligados ao volume dos investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos planos. Ainda mais: mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários. Essa orientação geral se aplica também aos esquemas de participação montados pelo BNDE, PETROQUISA e outras entidades governamentais (mecanismos tipo IBRASA), que se destinam a criar a grande empresa nacional, ou a dar ao empresário nacional oportunidade de participar de grandes empreendimentos, ou a expandir-se sem irracional estrutura financeira. Mas que não significam nenhum propósito de, como se tem feito em alguns países europeus, criar um sistema de controle estatal sobre áreas industriais (BRASIL, 1975, p. 38).

O que realmente incomodou as frações da classe dominante foi o controle estatal no fluxo dos investimentos e dos incentivos fiscais. Elas não teceram grandes críticas à expansão da presença estatal na economia nos últimos três governos. O real problema estava na aplicação dos capitais estatais, fator de conflitos entre os Ministros João Paulo dos Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen, respectivamente, do Planejamento e da Fazenda. Os empresários que se enquadravam nos novos critérios para receber os incentivos fiscais se beneficiavam com a essência do novo Plano de desenvolvimento, enquanto os anteriormente contemplados, sentiam-se preteridos.

Na própria mensagem de envio do PND-II aos Congressistas, o Presidente destacou que estava apenas complementando o já iniciado pelo seu antecessor referente à inversão das

---

<sup>20</sup> Em relação a Delfim Neto, Ministro da Fazenda no período do “milagre econômico”.

importações. De fato, Médici aliviou o setor de bens de produção com os incentivos fiscais e de crédito, houve aumento da exportação dos manufaturados e de alimentos e, até mesmo, permitiu a transferência dos parques industriais usados para o país. Além disso, não se ouvia grandes críticas do empresariado à expansão do Estado na economia praticada pelos três últimos governos, muito em função da falta de capitais e confiança aos investidores privados nacionais e estrangeiros interessados em projetos necessários para o desenvolvimento do país. Mas, num momento de desconforto com a ditadura, devido à imprevisibilidade do Presidente Ernesto Geisel, cujas ações variavam entre as conflitantes orientações dos seus ministros do Planejamento e da Fazenda, frações da classe dominante retomaram o discurso da estatização, em desuso deste a campanha contra João Goulart, com o intuito de que as ideias de Simonsen prevalecessem sobre as de Velloso (GASPARI, 2004, p.52-4).

Desde maio, discretamente, o banco irrigava o mercado de capitais com algumas centenas de milhões de cruzeiros. Em setembro de 1975 o ministro da Fazenda teve sua grande vitória. O BNDE passou a aplicar uma pequena parte dos 23 bilhões de cruzeiros do PIS/Pasep no mercado de capitais. O decreto que autorizou esses investimentos não fixava tetos nem condições. Informava apenas que os critérios seriam “eminente técnico”. A medida foi recebida com naturalidade pelo empresariado. A única condenação veio do senador opositor Roberto Saturnino: “Estão satisfeitos e alvoroçados os corretores e os especuladores das Bolsas de Valores. Desta vez, não clamaram contra a chamada presença estatizante do BNDE porque essa estatização, agora, lhes interessa e muito” (GASPARI, 2004, p.61).

Apesar das variações do governo Geisel entre as proposições de Velloso e Simonsen, este seguiu empenhado em diminuir a dependência brasileira das matrizes energéticas do exterior aplicando o previsto na parte II, capítulo VIII do PND-II:

Programa maciço de prospecção (na plataforma, em áreas sedimentares em terra e no exterior) e de produção, com elevação dos investimentos de Cr\$ 8 bilhões, no período 1970-1974, para Cr\$ 26 bilhões no próximo quinquênio. O programa total de investimentos em petróleo seria de no mínimo Cr\$ 56 bilhões (excluída a petroquímica); esforço especial de reduzir o prazo entre a descoberta de um campo e o seu início de exploração comercial. De dois a três anos, somente com os jazimentos já descobertos, aumentar-se-ia a participação da produção nacional no consumo.

A Petrobrás aplicará, no setor [de xisto], na área de São Mateus, pelo menos Cr\$ 2,8 bilhões, inclusive para financiamento da primeira usina industrial. Além destas medidas, havia ainda, o Programa de produção de álcool, para adição a gasolina; Política realista nos preços de derivados de petróleo, com a eliminação do subsídio. E, levando em conta essas linhas de atuação, na política de balanço de pagamentos, a proposta de estabelecer tetos aos dispêndios com importação de petróleo, nas diferentes hipóteses de preços,

de modo a permitir razoável previsibilidade no comportamento das importações. (BRASIL, 1975, p.82-3).

O governo, no quinquênio 1974-1979, por um lado ampliou os investimentos da petrolífera e, por outro, cortou os subsídios as importações de petróleo e de equipamentos, o que repercutiu negativamente na estatal. Além disso, os petroleiros enfrentaram a campanha pela diminuição do poder da Petrobrás cujo objetivo era convencer a opinião pública que, “sem isso, nada poderia ser feito em favor da racionalização pretendida com a produção abundante de álcool etílico ou metanol, ou ainda da gasolina tradicional a partir da biomassa”. (JORNAL A TARDE, 17/01/1979, p.4). Mas, apesar dos obstáculos, com apenas duas décadas de existência, a estatal descobriu petróleo na bacia de Campos; o que, segundo Solon Guimarães, Salvador (BA), diretor aposentado, só foi possível devido à devoção dos trabalhadores.

Petrobrás é como se fosse uma religião. Acho que o pessoal da minha época na Petrobrás trabalhava com muito amor, com muito afinco, com meta. Acho que isso fez esta mística em torno da empresa, em 20 anos já tinham sido percorridas e pesquisadas todas as bacias terrestres e encontrou-se pouco petróleo, então, em [19]74, a Petrobrás descobriu Garoupa na bacia de campos, isso é um grande feito, não acontece numa empresa que não tenha esse tipo de mentalidade, que não faça disso uma religião, que não tenha essa tenacidade na procura, na pesquisa (PETROBRÁS, 2003, p.78).

Os petroleiros precisavam calar os críticos para continuarem sendo vistos como os executores do “desenvolvimento nacional”. E, valendo-se deste sentimento de cumprirem essa “missão”, numa empresa considerada “o orgulho nacional”, superaram os desafios que lhes foram impostos, ao mesmo tempo em que se reorganizaram enquanto classe para defender os seus interesses e os da própria estatal, principalmente no tocante às ofensivas do capital estrangeiro. As características próprias destes trabalhadores só podem ser descritas por eles mesmos, ou por seus familiares que, de tanto ouvirem deles as suas histórias, adquiriram algo semelhante à “pós-memória” vista nos descendentes das vítimas do holocausto (SANTOS, 2013, p. 51-68). No caso dos petroleiros, sobretudo dos pioneiros, confundem-se os sentimentos de privações, sacrifícios e até mesmo perdas, dada a periculosidade do trabalho, com os de satisfação, alegria e orgulho de pertencer à Petrobrás. Deixemos, então, que eles próprios nos apresentem, no próximo tópico, o significado de ser petroleiro.

## 2.4. OS PETROLEIROS POR ELES MESMOS.

O projeto Memória dos Trabalhadores Petrobrás iniciou-se em 2001, quando o sindicato de Campinas o propôs à empresa, negociando a execução conjuntamente com o departamento de Recursos Humanos (RH). O sinal verde só veio em 2002 (ano da eleição presidencial) com a inauguração de uma parceria inédita: constituiu-se um conselho gestor formado por representantes do sindicato e da empresa. Com as mudanças administrativas ocorridas na estatal a partir da posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, Wilson Santa Rosa, que integrava o Sindipetro Campinas, tornou-se gerente executivo de Comunicação Institucional e levou esse projeto para sua gerência, publicando o Almanaque memórias dos Trabalhadores Petrobrás no ano do cinquentenário da Companhia, em 2003. (PETROBRÁS, 2003, p. 11).

A chegada dos sindicalistas à direção da empresa não destoou da carta aos brasileiros lançada em 2002 pelo então candidato Lula durante a campanha eleitoral. A carta foi uma forma de acalmar os mercados, alvoroçados com a possibilidade da sua vitória. Nela, o então candidato se comprometeu a cumprir os contratos, ou seja, o seu governo não promoveria rupturas, atuaria no limite da conciliação de classes (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/06/2002). O almanaque também se propôs a uma síntese, trazendo as vozes dos operários, engenheiros, ocupantes de cargos diretivos e os sindicalistas. Dada as expectativas em torno das mudanças administrativas, pode-se perceber em muitas memórias um enquadramento visando mostrar os serviços prestados, seja no exercício das suas atribuições na empresa ou nas lutas em defesa dela e dos trabalhadores.

Michael Pollak, ao discutir o conceito de enquadramento da memória, sugere que o mesmo pode ser analisado em “organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social”. Além disso, “a memória relativamente constituída efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLLAK, 1992, p.7). Neste sentido, os antigos ocupantes de cargos de chefia interessaram-se em ressaltar suas convicções quanto às políticas e práticas de RH da Petrobrás terem se destacado no mercado brasileiro por dar importância aos seus empregados, mas que, também, estas foram modeladas e aperfeiçoadas pelos embates e conflitos. Assim, permanecerem nas funções de comando, mesmo numa conjuntura de mudanças administrativas, se justificaria porque “todos que viveram e sofreram aqueles tempos, independente do lado que estiveram, buscavam o que acreditavam ser o melhor para a Petrobrás e seus empregados” (José Lima de Andrade Neto in: PETROBRÁS, 2003, p.154).

No início de 1995 havia um novo contexto político no país. Um governo eleito com uma agenda política que incluía privatizações das empresas públicas e abertura no setor do petróleo (...). À época da greve eu era o superintendente adjunto e, além de toda tensão do movimento, fiquei profundamente abalado com a morte do meu chefe, superintendente de RH, no 30º dia da greve, coube a mim conduzir o RH da Petrobrás. Um dos cuidados importantes foi continuar tratando a FUP e os dirigentes sindicais como representantes legítimos da categoria. Apesar das dificuldades, naquela circunstância, as discussões em mesa foram sempre pautadas pelo respeito, de lado a lado, e vários acordos foram concluídos no período (José Lima de Andrade Neto, Gerente de Novos Negócios, in: PETROBRÁS, 2003, p.154).

O sindicalista Antonio Carrara diz que, a partir do final da greve de 1995, foi se pavimentando o caminho para melhoria da relação sindicato-empresa (FIGUEREDO, 2009, p. 59), o que contradiz em parte o depoimento do Gerente de Novos Negócios. Segundo ele, ao assumir a Superintendência do RH, “um dos cuidados importantes foi continuar tratando a FUP e os dirigentes sindicais como representantes legítimos da categoria”. No entanto, de acordo com Carrara, este relacionamento só foi sendo construído a partir do final da greve. O gerente ter passado de adjunto a Superintendente do RH a dois dias do final do movimento paredista, pode ser capitaneado em seu favor à medida que “apesar das dificuldades, naquela circunstância, as discussões em mesa foram sempre pautadas pelo respeito, de lado a lado, e vários acordos foram concluídos no período”. A sua percepção, aparentemente, coincide com a do sindicalista, pois o final da greve a que ele se referiu, pode ser justamente os dois últimos dias, já com o novo Superintendente.

É possível presumir da avaliação do ex-superintendente de RH sobre o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), uma autodefesa da sua presença na gerência, mesmo numa conjuntura de expectativas de mudanças com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre o da Social Democracia Brasileira (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais de 2002. Por outro lado, trabalhadores que resistiram à abertura do setor do petróleo na década de 1990 registraram suas participações nestas lutas e as perseguições sofridas, provavelmente motivados pelo fato dos ex-sindicalistas e militantes do PT terem chegado à direção da empresa, podendo ser interessante demonstrar terem participado das mesmas lutas que contribuíram para a realização de tal feito.

(...) no 23º andar, onde antigamente como dirigente sindical eu era proibido de entrar. Foi muito emocionante encontrar naquele andar o Zé Eduardo Dutra como presidente, o Diego como chefe de gabinete, o Armando como

assessor do presidente. O Henyo, o Gabrielli, o Ildo Sauer, o Estrella, todos meus companheiros ou do movimento sindical ou do partido (Wilson Santarosa in: PETROBRÁS, 2003, p. 95).

De um lado, os detentores de cargos nas gestões anteriores apresentaram suas memórias com o objetivo de mostrar a existência de uma coerência na Companhia, segundo a qual, dirigentes e operários desempenham suas funções sempre em prol do desenvolvimento da empresa, um patrimônio da nação brasileira. Do outro, os dos trabalhadores, participantes das mesmas lutas dos companheiros do movimento sindical ou do partido que ascenderam à direção da Petrobrás, não continham esse sentido conciliatório, ao contrário, exortavam a construção de uma nova identidade para a empresa:

Todo o processo do neoliberalismo que veio na década de [19]90 fez com que a empresa viesse como um rolo compressor para cima. Teve uma greve que marcou bastante, em 2001, cinco dias parados. Naquele ano, entregamos a pauta de reivindicação no dia 30 de julho. Nossa data-base era setembro, dia 1º. No dia 13 a empresa ainda não tinha respondido. Aí, a partir do dia 14 começamos a atrasar o expediente, culminando com a greve entre 24 e 28 de novembro. Mas houve repressão, cassação ao direito de greve, ao direito de participar de movimentos” (Roni Anderson Barbosa, Operador / Repar / Presidente da CUT-PR, in: PETROBRÁS, 2003, p.36).

Marcante também foi a demissão de 120 trabalhadores logo na posse do governo Collor, em maio de [19]90. Isso originou uma reação muito forte dos trabalhadores, com uma greve demorada, de muito confronto com a empresa. Eu fui demitida e reintegrada em dezembro de [19]94 – quatro anos depois. Outro momento marcante também foi a quebra do monopólio estatal do petróleo. Fizemos uma campanha “O Petróleo É Nosso”, em [19]93 (Fátima Maria Oliveira Viana, Técnica Química de Petróleo, in: PETROBRÁS, 2003, p.119).

Esse posicionamento crítico dos trabalhadores ao passado recente que ameaçava a própria existência da Petrobrás, ao ser exteriorizado, soa também como uma reivindicação legítima de ocupar os postos de comando na empresa, haja vista que seu caráter afetivo, profissional e político coadunava com o apresentado pela nova administração da Companhia: “resgatar os valores que estavam esquecidos”. Assim, neste contexto, um projeto sobre as memórias destes trabalhadores poderia servir para rivalizar com a gestão anterior, capitalizando politicamente para o partido dos dirigentes recém empossados. Mas a opção da nova gestão foi a busca da pacificação, ao invés da disputa (PETROBRÁS, 2003, p.11). Assim, prevaleceram as ideias de continuidade, unidade e a coerência identitária da Companhia em escolher, dentre o seu corpo técnico, os ocupantes dos cargos diretivos, justificando as permanências de antigos chefes. A nova Administração precisava convencer os

trabalhadores do acerto da sua posição, então, para facilitar o seu relacionamento com os funcionários e a própria sociedade, em 2004, o projeto Memória dos Trabalhadores Petrobrás tornou-se Memória Petrobrás:

Um novo formato foi pensado para dar prosseguimento ao projeto, a começar pela mudança de nome: de Memória dos Trabalhadores Petrobras para Memória Petrobras. Agora tratado como um programa, isto é, como uma ação contínua e não mais um projeto temporário. (...) o Memória dos Trabalhadores se tornaria uma das linhas de pesquisa existentes. Continuou sendo a principal e a que reúne o maior número de depoimentos, mas decididamente tinha sido incorporada pela empresa. A definição das novas linhas de pesquisa foi pensada de forma estratégica para justificar a continuidade do projeto e ter a validação institucional. Outro ponto levantado a favor do projeto era a indicação de que a empresa poderia fazer uso desse acervo como ferramenta de gestão e de relacionamento com os seus públicos de interesse, valorizando a marca junto aos empregados e à sociedade. A ideia era demonstrar como fazer uso da história da Companhia para melhorar a sua gestão (FIGUEREDO, 2009, p.71).

Do ponto de vista estratégico, foi interessante se apropriar das memórias que retratam o jeito próprio de ser dos petroleiros, homens e mulheres cujo orgulho de trabalhar na Petrobrás não advinha apenas do valor da remuneração percebida, mas também da satisfação de estarem ocupando um espaço cobiçado por muitos brasileiros. Ademais, estariam cumprindo a missão de promover o desenvolvimento do país. Com essa construção ideológica, a gestão prepara um terreno favorável para o relacionamento com os seus funcionários e a sociedade brasileira. Assim, no Conselho gestor, desde o projeto Memórias dos Trabalhadores Petrobrás, a empresa “procurou garantir a preservação de sua imagem e também uma participação igualitária em sua gestão e conteúdo”, conforme dito por Simone Porto Loureiro, primeira coordenadora deste projeto:

O formato inicial, eu me lembro que a gente ficou um bom tempo discutindo. Como é que a empresa podia ter garantias de que não corria riscos em relação à imagem? Como é que o fato de as pessoas falarem livremente, exporem seus pontos de vista, garantia que a imagem pudesse continuar preservada? O que eu considero, como considerava na época, uma preocupação totalmente legítima. Como é que você vai financiar um projeto que vai te ferir? Então havia essa preocupação. Muita gente discutiu como a gente ia ter essas garantias e a saída foi um Conselho Gestor. Outra coisa que a gente evoluiu bastante, nessa discussão, foi ter uma equivalência em relação às pessoas entrevistadas: serem pessoas indicadas pelo sindicato, assim como pessoas indicadas pela empresa (FIGUEREDO, 2009, p.60).

Já o sindicato “quis também ter a certeza de que a Petrobras não se apropriaria do projeto, deixando de fora os trabalhadores. Outro ponto de relevância para os sindicalistas era a garantia de acesso público à história que seria gerada” (FIGUEREDO, 2009, p. 60). A primeira exigência foi pacificada, segundo Simone Loureiro, com “uma equivalência entre sindicato e empresa quanto às pessoas entrevistadas”. A segunda não geraria divergências, pois a própria empresa tinha interesse em explorar publicamente essas memórias.

Os depoimentos contidos no almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás totalizaram 136 escolhidos dentre as 261 entrevistas concedidas, obviamente passaram pelo filtro de não macularem a imagem da empresa, afinal de contas, “como é que você vai financiar um projeto que vai te ferir?”. Nestes depoimentos, predominou a noção veiculada no imaginário e na imprensa comercial, de uma companhia que dava aos seus funcionários um tratamento diferenciado comparado às outras empresas (JORNAL A TARDE, 22/08/1973, p.10).<sup>21</sup>: formação dos seus profissionais; fornecimento de boa alimentação – “Uma das primeiras surpresas que observei foi o cardápio: nossa como aqui se come bem!”; remuneração satisfatória; oportunidades de ascensão funcional e, ainda, tanto a direção quanto os trabalhadores imbuídos do sentimento de estarem cumprindo a missão de desenvolver o país, tanto que, variados segmentos da sociedade, dos militares ao Partido Comunista, encamparam a “campanha do petróleo é nosso” (PETROBRÁS, 2003, p.18-19; 33,42 e 49; IVO, 2008, p.31-35).

Na análise dos relatos contidas no almanaque Memórias dos Trabalhadores Petrobrás, estabelecemos as categorias peões, que se refere àqueles que efetivamente trabalhavam na produção, considerados “os que fazem a Petrobrás”; em contraponto aos profissionais qualificados. Os que não são enquadrados como peões são os trabalhadores dos escritórios ou detentores de cargos na empresa, destacando-se os engenheiros, cuja posição e postura beligerante dos primeiros anos foram se modificando ao longo do tempo e, finalmente, os dirigentes sindicais, eleitos dentre os empregados para diretoria do sindicato (Dilza Orilene Machado da Costa. in: PETROBRÁS, 2003, p. 109).

Essa divisão nos ajudou a compreender melhor os depoimentos, pois os associávamos à sua posição ocupada na empresa, podendo melhor compreender as suas motivações. Infelizmente, não pudemos ter acesso a eles na íntegra, porque o projeto Memória Petrobrás está passando por reformulações. Mas, mesmo reconhecendo os filtros pelos quais passaram

---

<sup>21</sup> A matéria foi publicada na coluna operária, não consta o nome do colunista, algo comum durante a ditadura, mas, por não estar assinada, levanta-se a dúvida se ela não teria sido de autoria dos próprios sindicalistas, como estratégia para pressionar a empresa. Ainda assim, demonstra que a Petrobrás era reconhecida pela sociedade por “tratar bem os seus funcionários”.



os entrevistados, a análise destas memórias nos permitiu conhecer parte da cultura dos petroleiros. Sua forma de agir, em algumas circunstâncias, se aproxima da maneira militante quanto à noção da “missão dada, missão executada”, não importando as privações e os riscos, tornando-os indivíduos que se serviam de si mesmos para cumprirem a tarefa de desenvolver o país<sup>22</sup>, muitas delas em condições adversas impensáveis às pessoas de fora (PETROBRÁS, 2003, p. 111).

Quando foi [19]42, o Superintendente do conselho nessa época, Nero Passos, me chamou no escritório: ‘Antonelli, você vai com sua equipe para Aratu’. Então, era época de guerra, ele me disse: ‘com esses torpedamentos, navio petroleiro não está vindo, e o nosso estoque está no fim. Vamos montar uma destilaria’. Aí ele brincou: ‘você conhece alambique de cachaça?’ ‘Conheço’. ‘É aquilo com alguma diferença. Mas não tem problema não, trabalha no campo de Aratu um americano, ele já trabalhou em refinaria, vai lhe ajudar’ (Eugênio Antonelli in: PETROBRÁS, 2003, p.124).

A missão foi cumprida, mas o equipamento esquentava quando ia produzir diesel, problema solucionado com a sugestão do Superintendente de pegar três caldeiras de locomotivas abandonadas na cidade de Santo Amaro, que foi prontamente atendida por Antonelli, instalando nelas “a entrada e saída do óleo, entrada de vapor e tomadas para temperatura, vapor e pressão, com visor de nível em todas elas e botando para funcionar, dando ótimo resultado, chegando a produzir 270 barris de petróleo por dia.

O regime de trabalho na Amazônia, no final da década de [19]50, início da de [19]60, era muito duro pro pessoal de nível médio. Eles não conseguiam gozar a folga. Nas férias viam pras bases de Belém, onde era a sede, e Manaus. Então eles gozavam as férias e ainda recebiam as folgas, que eram pagas em dinheiro. Os homens dessas equipes de perfuração se moviam ao longo da Amazônia. Atrás deles vinham barcos com mulheres. Os homens começaram a se relacionar com as mulheres daqueles barcos e construir família. “Aquele pessoal passou a ter uma segunda família.” (Hélio Lins Marinho. In: PETROBRÁS, 2003, p.136).

No imaginário popular, os petroleiros sempre foram bem remunerados e a sociedade não os questionava por “ganharem bem”, pois reconheciam os riscos e as adversidades enfrentados no dia a dia do seu trabalho e da importância deles para o desenvolvimento da nação. Muitos deles, por sua vez, para extravasar a aspereza da sua labuta, contribuíam para o fortalecimento da ideia de serem afortunados, com gastos extravagantes fora de casa,

---

<sup>22</sup> Esta analogia entre os primeiros petroleiros e os militares torna-se ainda mais pertinente quando levamos em consideração que o primeiro presidente da Companhia não militar só teria sido nomeado por Jânio Quadros em 1960. Além disso, tinha-se preferência pela contratação de trabalhadores oriundos das Usinas de cana-de-açúcar e do serviço militar.

causadores de distúrbios familiares. Supomos que este comportamento, apontado por muitos como o pedantismo dos petroleiros, funcionasse como uma forma de compensar o trabalho duro, o confinamento longe da vida urbana e até mesmo as humilhações sofridas no ambiente de trabalho:

Eu entrei na refinaria de Caxias no dia 19/11/59. Aquilo ali estava na fase de aterro. Muita poeira quando tinha sol, muita lama quando chovia. Mas pensei assim: “Bom, aqui é uma empresa de grande porte, que vai me proporcionar meios para que eu possa cuidar da minha família e dar conforto e segurança, estudos para os meus filhos”. Naquele dia eu fiquei ali aguardando a minha primeira ordem de chamada. Tinha que levar um engenheiro. Ele falou assim: ‘Você seja bem vindo à nossa casa. Você tem boca, mas não fala, tem ouvidos, mas não escuta, e tem olhos, mas não vê’. (...) Eu estava sentado almoçando e o engenheiro chegava assim: ‘fecha a marmita. Isso aqui é pra ontem’. Eu descia com aquela documentação e tinha prioridade. Chegava lá de novo: ‘tem mais. Você almoça logo mais, se não estiver azedo’. E nada disso me entristeceu. Às vezes, eu dormia mais sentado dentro do carro do que em casa (José Torres. In: PETROBRÁS, 2003, p. 77).

Como observado pelo engenheiro Hélio Marinho “no final da década de [19]50, início da de [19]60, era muito duro pro pessoal de nível médio” (PETROBRÁS, 2003, p. 136). Contudo, o ingresso numa “empresa de grande porte” se constituía numa ascensão social, tornando-os menos reativos as humilhações e exploração da sua força de trabalho, condição que a indústria do petróleo soube aproveitar, impondo-lhes tarefas adversas, como se fossem um desafio, uma missão a ser cumprida em benefício da nação.

A picada vinha do rio Madeira descendo pro rio Purus. Entraram 30 homens pelo Madeira e 30 pelo Purus pra fazer o encontro. Pra termos a direção exata dessa picada, a Petrobrás encomendou a aerofotogrametria da área. Com ela, os técnicos alemães deram o rumo na bússola pra começarem a picada (...) Entraram em março e saíram em setembro de [19]62. Na hora em que me avisaram pelo rádio, às 4 da tarde, que estavam chegando na margem do rio Purus, eu saí com duas lanchas grandes para ir buscar o pessoal. Eram 60 e tantas pessoas, quase todos com um palmo de barba, cabelo no ombro. Uns dizem pra mim ‘Chefe, vamos embora que nós queremos ver o resultado da Copa do mundo’. Eu disse: ‘nós estamos em setembro e o Brasil ganhou em julho, agora somos bi-campeão’ (Rodrigo de Azevedo. In: PETROBRÁS, 2003, p.135).

A análise dos depoimentos citados levou-nos a concluir que o ambiente de trabalho na indústria do petróleo, por ser em regime de confinamento, dormir em alojamentos, ao invés das suas casas, ao mesmo tempo em que propiciava hostilidades, também fazia surgir entre

eles sentimentos de solidariedade e uma postura machista, por acreditarem não sê-lo adequado às mulheres. Conforme discutido no próximo subitem deste capítulo.

## **2.5. MULHERES PETROLEIRAS E A LUTA CONTRA OS PRECONCEITOS.**

O argumento de um ambiente insalubre, de confinamento, periculoso, com precárias condições de infraestrutura, por si só, não explica a cultura machista dos petroleiros, pois mesmo em funções de menor risco, havia um tratamento discriminatório quanto ao gênero feminino, a exemplo da telefonista impedida de trabalhar à noite, resultando-lhe numa remuneração menor do que a do homem que exercia função igual a sua, pois a impedia de receber o adicional noturno e/ou de turno (PETROBRÁS, 2003, p.148). Além disso, é importante ressaltar a existência dos padrões e conceitos normativos que visam “moldar” as identidades das mulheres e dos homens, afirmando o sentido do “feminino” e do “masculino” (SCOTT, 1989).

Não podemos ignorar o machismo impregnado na sociedade como principal fator de inibição da presença feminina na indústria do petróleo: “Meu pai era louco para ter um filho homem e não tinha. Eu segui sua trajetória, só que infelizmente, quando entrei na empresa ele já não era mais vivo” (Iramara Nogueira in: PETROBRÁS, 2003, p.92). Percebe-se que os pais tinham predileção por terem filhos a filhas ingressando na Petrobrás. Inegavelmente as condições eram insalubres, sem muita infraestrutura, principalmente nos primeiros anos, mas a preferência pelo gênero masculino não se dava, necessariamente, em função da periculosidade, e sim da idealização dos homens serem mais capazes do que as mulheres, seja do ponto de vista intelectual ou da superação das adversidades.

Quando foi 2H, tocou o telefone, eu atendi e era uma voz de mulher, perguntando: “É o operador do CO1?” Eu disse que sim. “vou passar o nível dos tanques”. Eu comecei a xingar, soltei os cachorros, porque achei que eram os rapazes que estavam brincando comigo. Após uns 10 minutos, ela ligou de novo. Eu xinguei e desliguei o telefone. Logo depois, chegou o chefe dela, o meu. Meu apelido era Frangão, ele disse: “pô, Frangão, o que você fez aí?” Eu disse: “Não fiz nada.” “Você xingou a menina do separador.” “Que menina do separador?”, perguntei. “Tem uma operadora lá”. “É impossível, zero hora, chovendo, na área mais suja do petróleo, tem uma moça trabalhando?” Eles me colocaram dentro de um carro, me levaram até lá embaixo e tinha realmente uma menina trabalhando” (Edvaldo dos Santos in: PETROBRÁS, 2003, p.68).

Mesmo as mulheres já ocupando funções apontadas como inadequadas para elas, os operários estranhavam a sua presença. O fato de estarem lá invalidava a justificativa da falta das instalações físicas para atender as suas necessidades como impeditivo. O que levava os gestores optarem mais pela mão de obra masculina era o preconceito expresso na frase do operador: “impossível, zero hora, chovendo, na área mais suja do petróleo, uma moça trabalhando”. Porque a incredulidade? Mulheres à noite deveriam estar cuidando dos filhos e do marido? Se às 2 horas elas estão trabalhando, os seus maridos estão dormindo sozinhos? Mulheres não resistem à sujeira e à chuva? A noção de inferioridade atribuída às mulheres, tornando-as o “sexo frágil”, nos parece mais plausível como principal dificultador do seu ingresso em determinadas áreas da Petrobrás. Contudo, não desprezamos a sugestão de Alex Ivo, principalmente nos primeiros anos, quando parecia ser menos oneroso à empresa o recrutamento apenas dos homens, pois lhe pouparia a preocupação e os custos de construir estruturas físicas para atender aos dois gêneros. No entanto, a baixa presença feminina na empresa não é compreendida apenas por esse viés, pois a empresa não precisaria fazer grandes investimentos para contorná-lo:

Na área industrial não tinha banheiro feminino. Como eu era engenheira civil, fiz algumas reformas e na casa de controle do processo foi criado um banheiro feminino. Na oficina de manutenção também não tinha banheiro feminino. Eu dividia o banheiro com o chefe. Estava há 13 anos na área de projetos e queria progredir, mudar de área, mas batia uma certa mentalidade machista de não colocar mulher na obra. Quando mudei a primeira vez de área, o pessoal dizia: ‘Pô, mas você vai no meio dos peões da oficina?’ Eu queria aprender, e já que estava numa oficina de caldeiraria, apesar de estar gerenciando contrato, dizia ‘quero aprender a soldar’. Eu fazia absurdos, mas o pessoal tinha paciência”. (Maria Elisabete Yang. In: PETROBRÁS, 2003, p.29).

Além disso, mesmo em funções que não exigiam necessariamente o confinamento e/ou uso demasiado da força física as mulheres eram discriminadas: “quando o pessoal da Petrobrás foi entrevistar os alunos que iam sair, eu entrei na sala e o sujeito disse: “não, aqui é só para homem”. Nas palavras de Marília da Silva Pares Regalli, percebe-se a discriminação às mulheres, pois sequer ela foi entrevistada, mesmo sendo uma das concluintes do curso de geologia da Universidade de São Paulo (USP), logo, alguém que já teria uma familiaridade com o trabalho de campo, pois sua formação exigiu-lhe as visitas de campo. Ainda assim, a mesma foi preconceituosamente vista como incapaz para trabalhar na estatal.

O fato de ela ter se tornado a primeira mulher a ocupar o cargo de geólogo da Companhia só foi possível porque “o chefe da Estratigrafia lá na Petrobrás conhecia muito a USP e disse que precisava de uma pessoa lá na Bahia. Aí o coordenador me pediu para entrar

em contato com o pessoal da Petrobrás” (Marília da Silva Pares Regalli. in: PETROBRÁS, 2003, p.83). A opção do Coordenador do curso por indicá-la demonstrou que as mulheres poderiam estar nos lugares vistos como “só para homens”. E sua indicação ter sido aceita, sugere que o veto ao gênero feminino em determinadas funções não era uma política deliberada pela empresa, mas sim das pessoas responsáveis pelas tomadas de decisões, mesmo porque, as contratações e promoções ficavam muito ao encargo das relações pessoais, como nos mostra esse episódio envolvendo o chefe da Estratigrafia da Petrobrás e o Coordenador da USP.

Eu gostava muito de Geoquímica, mas isso não existia. Sedimentologia não existia. Aí falei: ‘então vocês me chamaram aqui pra quê?’ ‘pra substituir um alemão que vai embora’. ‘E ele trabalhava com o quê?’ ‘Com palinologia’. Palinologia é um método micropaleontológico muito forte porque trabalha em regiões marinhas. Então eu tive que aprender aquilo e me tornar especialista. A Petrobrás me formou. A Petrobrás me formou, eu fui a primeira mulher nessa área. E o primeiro geólogo que veio para Petrobrás fui eu, tanto de homem, quanto de mulheres (Marília da Silva Pares Regalli. In: PETROBRÁS, 2003, p.83).

Neste caso, o fato da indicada ser mulher e não conhecer nada sobre as atividades que desempenharia, não foram impedimento ao seu ingresso na Petrobrás. No entanto, os recém-graduados em instituição de ensino superior baiana não tinham o seu acesso facilitado na Companhia, predominou a imigração dos profissionais mais qualificados, vindos das regiões Sul e Sudeste, devido ao preconceito que atingia os nordestinos, independentemente do gênero, pois na Bahia havia engenheiros formados. No entanto, a lembrança destes profissionais, nos primeiros anos da indústria do petróleo, os tem como cariocas, paulistas, gaúchos e mineiros (IVO, 2008, p. 64). Em matéria publicada no *Jornal A Tarde*, sobre os engenheiros do petróleo, foram escolhidos quatro para dar entrevistas e todos eram de fora. (JORNAL A TARDE, 18/08/1951, p.12). A seleção dos entrevistados refletiu a noção preconceituosa acerca da mão de obra local não ser qualificada. Se o periódico tivesse a intenção de desmistificá-la, provavelmente encontraria a história dos nordestinos Yvan Barreto de Carvalho e Orfila Lima dos Santos:

Aproveitei a descoberta de petróleo em Lobato e a chegada dos técnicos de empresa americana para pedir um estágio de três meses. Eu já estava na escola superior de engenharia (...) fui convidado a permanecer como operário na companhia americana. Eu comecei no nível mais inferior da sonda. Chamava-se plataformista. (...) Em pouco tempo eu já era distinguido entre os técnicos americanos pelas aptidões que tinha. Ao me formar, não

podia continuar como operário. Então voltei a Salvador e fui trabalhar como auxiliar de engenheiro, em [19]45, mais ou menos. Aí me mandaram para os Estados Unidos para fazer curso de engenharia de petróleo, na especialidade perfuração. Terminei como assistente de superintendente das perfurações, que se acidentou no campo da Bahia e fui substituí-lo. Foi uma vitória muito grande porque, com a minha substituição, não pediram mais superintendente americano (Yvan Barreto de Carvalho, in: PETROBRÁS, 2003, p.107).

Terminei o ginásio em 1942. Fiz o segundo e o terceiro científico em Salvador e entrei para a Escola Politécnica da Universidade da Bahia, no curso de Engenharia Industrial Química. Fiz estágio no Conselho Nacional do Petróleo, no campo de Candeias. Na indústria do petróleo a gente entra como operário, vai fazer um estágio. Só depois assumi como engenheiro. Fiz o estágio em perfurações, mas meu treinamento foi em produção de petróleo, desenvolvimento dos campos (...) Em 1961, o Conselho de Administração da Petrobrás autorizou a construção de uma refinaria em Belo Horizonte. Fui designado chefe da construção de um oleoduto que ligasse essa refinaria ao Rio de Janeiro, tendo em vista o treinamento que fiz em 1958 no Texas (Orfila Lima dos Santos. In: PETROBRÁS, 2003, p.126).

Yvan Barreto de Carvalho informa que, por volta de 1945, voltou a Salvador para exercer a função de auxiliar de engenheiro, depois não precisou a data em que foi enviado aos EUA para qualificar-se em perfurações e nem quando se tornou superintendente. Em 1951, ano da publicação da matéria, dado o seu histórico, acreditamos que não seria difícil saber da existência deste engenheiro baiano. Também é ilustrativo o caso do piauiense Orfila Lima dos Santos, formado engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, que seguiu o mesmo rito do Carvalho. Primeiro estagiou, depois virou operário, para só então, assumir a função de engenheiro. Presumimos que já a exercesse em 1950, pois foi designado para coordenar a complementação dos poços e a instalação do sistema de coleta e armazenamento em Dom João, mais no interior do recôncavo baiano. Este campo era importante, pois fornecia o óleo para a refinaria de Mataripe, ainda assim, os jornalistas não incluíram esses engenheiros nordestinos, formados na Bahia, na matéria produzida por um jornal baiano sobre os engenheiros do petróleo.

O tratamento discriminatório com a mão de obra local pode ser demonstrado pela forma como ingressaram os dois engenheiros nordestinos e a geóloga paulista Marília Regalli, recém-formada pela USP, que, mesmo sendo mulher, já entrou substituindo o alemão que estava retornando ao seu país de origem, enquanto Yvan Carvalho e Orfilia Santos tiveram que cumprir o rito de passagem, ingressando como peão para só depois tornarem-se engenheiros.

Mesmo considerando o fato dos engenheiros gozarem de maior prestígio devido ao status e maior responsabilidade que tinham na Petrobrás, sobretudo nos primeiros anos, só

faria sentido buscá-los em outras regiões, se estes tivessem experiência nas atividades de extração e perfuração do petróleo, o que não era o caso. À época, a indústria do petróleo era uma novidade no país, como reconhecido pela própria Regalli: “a Petrobrás me formou”. Logo, só nos resta atribuir ao preconceito com os nordestinos a predileção por profissionais de outros lugares, que seriam formados pela própria Companhia, seja pelo convívio com os americanos, ou indo para o exterior aperfeiçoar-se. Os nordestinos eram vistos como “pessoas simples e que faziam o trabalho pesado”, emigravam em direção às regiões mais desenvolvidas para trabalhar na implantação dos campos de petróleo e das refinarias (Joaquim Paes Barreto de Andrade. In: PETROBRÁS, 2003, p.29).

A Petrobrás, desde o início, representou essa multiplicidade de universos, trabalhadores de diversas regiões e inclusive do exterior, peões destemidos, cuja qualificação desejada era a coragem para enfrentar as adversidades próprias dos processos de implantação da indústria do petróleo, que requer explorar campos inóspitos, sem a menor infraestrutura, tendo, em algumas situações, que trabalhar continuamente até a conclusão da tarefa. E, tornando esse ambiente ainda mais hostil, havia práticas discriminatórias como as que já mencionamos em desfavor das mulheres e dos nordestinos.

Apesar deste ambiente adverso aos nordestinos, havia entre os petroleiros o sentimento de pertencimento a uma empresa nacional, portanto, a existência de trabalhadores de diferentes regiões do país e até do exterior numa mesma unidade operacional instigou-os a lutar pela equiparação dos direitos, embora distinguíssem entre si os qualificados dos não qualificados, os que atuavam nas áreas de produção dos que exerciam atividades administrativas. Como havia tabus quanto as mulheres ocuparem determinadas funções (JORNAL A TARDE, 30/04/1979 - CADERNO 2 -, p.1), mesmo com a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho nos anos 1970/1980, na Petrobrás a maioria delas não sujava as mãos com o óleo, desta forma, o gênero masculino constituiu-se como o mais importante, porque na cultura petroleira, “a razão de ser” da empresa eram os que atuavam nas áreas de produção, conforme descrito por Dilza Orilene Machado da Costa:

Natal é uma cidade maravilhosa, cercada de águas, dunas, de praias, um calor humano muito intenso, e nós trabalhávamos na sede, com ar-condicionado. Mas a gente sentia a necessidade de ter um contato mais próximo com aquelas pessoas que estavam lá do outro lado, nossa razão de ser, que era o empregado que produz, o supervisor que tem dificuldades, o gerente que precisa cumprir metas. Aí, na época, a gente solicitou ao nosso gerente que fizesse esse intercâmbio. Fizemos uma ida ao campo, lá no Rio Grande do Norte. Lá era tudo muito longe e um clima muito árido, calor de

45 graus. A gente viu os colegas trabalhando lá, medindo poços (PETROBRÁS, 2003, p.169).

Trabalhar nas áreas de produção, enfrentando as condições adversas, era o que distinguia, internamente, os petroleiros dos “verdadeiros petroleiros”, descritos por Dilza Costa como a “razão de ser” da estatal. Todos queriam ser assim reconhecidos, inclusive os engenheiros, tanto que Rui Guilherme Fanjas Rossi exaltou o fato de ter comido no capacete, com papelão improvisado como talher, sofrido com as picadas de insetos e morado, por vinte e um dias, numa balsa, defecando em saco plástico (PETROBRÁS, 2003, p.134). As mulheres tinham mais dificuldades na obtenção desse reconhecimento, pois, como já mencionado, mesmo estando à zero hora, chovendo, na área mais suja do petróleo, o preconceito fazia com que os seus colegas não vissem como apropriado a presença delas exercendo funções que consideravam mais adequadas aos homens.

Desde o início, a direção da Petrobrás estimulou nos petroleiros uma postura inspirada no militarismo, o que também ajuda a explicar a mencionada cultura machista. A Companhia só teve o seu primeiro presidente civil nos anos 1960, o que presumimos não tratar-se de mera coincidência, e sim uma opção conscientemente deliberada, pois os primeiros operários, ao saírem desbravando o país em busca de petróleo, precisariam assimilar a mesma determinação ideologicamente forjada nos militares de conseguirem a “vitória final”<sup>23</sup> a qualquer custo. Mas não contavam com a expansão dessa postura para as lutas reivindicatórias, e acabou sendo surpreendida com a primeira greve do setor ocorrida em 1960, na Bahia.

(...) fizemos a primeira greve da Petrobrás da Bahia. O objetivo era equiparar salários com o pessoal de São Paulo. Então, a greve tinha o slogan: ‘Equipara, ou aqui pára!’ Durante o período de negociação, veio um diretor financeiro da empresa tentar convencer o pessoal de que a Petrobrás não tinha condições de fazer equiparação, chegando até a falar que a empresa poderia falir se assim procedesse. O pessoal começou a vaiá-lo e um grupo de engenheiros veio pedir que não se vaiasse: ‘Ele é um diretor da empresa, merece respeito de todos! Nisso saltou um dos caras que estava com umas duas na cabeça e falou: ‘Ah doutor, a gente tá comendo até galo de briga’ (Gonçalo Santos de Melo. In: PETROBRÁS, 2003, p.111).

Os detentores de cargos de chefia ligados à produção, devido à proximidade que tinham com os operários, sabiam do uso de bebidas alcoólicas e da existência das chamadas “armas brancas”, e provavelmente não adotassem medidas mais enérgicas para coibi-las por

<sup>23</sup> No refrão da canção do expedicionário, especialmente composta para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na II Guerra mundial, aparece essa construção ideológica na expressão: “sem que traga por divisa esse “V” que simboliza a vitória que virá”.



acreditar ser algo da natureza rústica destes trabalhadores, sem a qual muitas das tarefas que lhes eram impostas não seriam realizadas. Então, a metáfora do “comer até galo de briga” não foi ignorada pelo “doutor”. O grupo de engenheiros que interveio a favor do diretor a entendeu como a disposição dos grevistas de irem até as últimas consequências para conseguirem o atendimento das suas reivindicações.

Os engenheiros, embora exercessem a função de supervisão, não gozavam de tanta autoridade de liderança perante os operários por serem vistos como os que não sabiam o que fazer nas Unidades de produção. Isso era um trunfo nos momentos de greve, haja vista os “doutores”, ao tentarem manter a produção, demonstrarem insegurança no manuseio dos equipamentos, como nos revelou o depoimento de Claudécir Flores:

Foram momentos tensos. Mas houve coisas pitorescas, como os engenheiros, nas épocas de greve, tomando o lugar dos operadores. Não que eles quisessem, havia imposição da gerência. Teve o caso de um engenheiro que tentava fazer bombeio de GLP. Ele ligou a bomba e deu pressurização de 25 quilos, que era o normal. Alguns operadores tinham ficado aqui dentro, porque o sindicato tinha negociado que um grupo mínimo ficaria. Dois operadores, que estavam perto do engenheiro, conversavam e um falou pro outro: “sai daí que a bomba está com 25 quilos”. Que era o normal. O outro operador, que era da área, gritou: “25 quilos?” e saiu correndo. O engenheiro não teve dúvida, correu junto porque nem sabia o que estava fazendo lá (PETROBRÁS, 2003, p.153).

Os operários da Petrobrás reconheciam a sua importância para a empresa; cientes disso, protagonizaram as primeiras lutas, a exemplo do movimento “equipara ou para aqui” na Bahia e o movimento dos sergipanos com outros Sindipetros do país para receber salário igual ao dos baianos (Sindipetro SE/AL. In: PETROBRÁS, 2003, p.104). Essas lutas por equidade entre os petroleiros dos diversos Estados, possivelmente inspirou a realização do primeiro Encontro nacional dos dirigentes sindicais em 1964. Quatorze anos depois, na décima quarta edição desse Conclave, a temática feminina entrou em pauta com a exigência de creches para as mães solteiras (JORNAL A TARDE, 7/08/1978, p. 2) – um importante ponto de inflexão na cultura machista do setor.

Basta lembrarmos que uma mulher foi a primeira pessoa brasileira a ocupar o cargo de geólogo e que sequer foi entrevistada pelo pessoal da estratigrafia da Petrobrás quando foi recrutar os estudantes da USP; da resistência enfrentada pela primeira engenheira da REPAR ao querer sair da área de projetos para uma oficina; da técnica administrativa que ficou treze anos sem promoção, chegando a odiar a empresa, mas, como dela precisava, após ajuda médica, concluiu ser da sua responsabilidade e não da Companhia ter ficado estagnada na

carreira; e o caso de Iramaia, que tinha a PETROBRÁS no sangue desde quando nasceu, mas o seu pai não a via como capaz de sucedê-lo na empresa, por isso era louco para ter um filho (PETROBRÁS, 2003, p. 83, 29, 79 e 92).

As mulheres, em especial as petroleiras, eram conceituadas a partir das “definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina”. (DIAS, 1992, p. 41). A presença delas na área industrial, ocupando funções inimagináveis ao sexo frágil, era uma afronta aos tabus que, mesmo com o significativo aumento do número de mulheres no mercado de trabalho brasileiro na década de 1970, insistia em limitar o raio de atuação delas, atribuindo-lhes, preferencialmente, a função de secretária, o que não se distanciava muito do seu lugar de submissão socialmente construído.

O XIV Encontro nacional dos dirigentes sindicais petroleiros e petroquímicos já havia sinalizado que na indústria do petróleo começava-se a querer transcender a essa construção social do gênero feminino vigente. No ano seguinte, uma chapa de oposição ousou ainda mais ao ter uma mulher entre os seus membros. No próximo capítulo, demos uma atenção à trajetória do movimento sindical petroleiro, das primeiras lutas ao “novo sindicalismo”, justamente para compreender como as suas características foram se modificando ao longo desse percurso histórico.

### 3. DAS PRIMEIRAS LUTAS AO “NOVO SINDICALISMO”

A Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo foi fundada em outubro de 1954, três anos depois houve a concessão da carta sindical, mas o Ministério do Trabalho considerou que os trabalhadores da Refinaria pertenciam a uma categoria profissional diferente da dos trabalhadores da Região de Produção da Bahia (RPBA). Por causa desta intromissão do Estado, os operários de Mataripe mantiveram-se, provisoriamente, nesse sindicato até que, em junho de 1959, fundaram a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação, Refinação e Derivados do Petróleo no Estado da Bahia, entidade que deu origem ao SINDIPETRO, reconhecido legalmente em novembro do mesmo ano (OLIVEIRA JR., 1996, p. 57-9).

Há uma incongruência entre as informações de Franklin Oliveira e o Almanaque Memória dos Trabalhadores Petrobrás que atribui a criação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo (STIEP) ao ano de 1962, com a extinção da primeira Associação dos petroleiros, enquanto Oliveira apontou o surgimento do SINDIPETRO/EXTRAÇÃO com a Carta sindical de 1957, tendo dois anos depois sido reconhecido o do Refino. Provavelmente, em 1962 houve uma mudança na nomenclatura do sindicato, isso explica o porquê no *jornal A Tarde* dos anos 1970/1980, encontrarmos os usos das designações: SINDIPETRO/REFINO; SINDIPETRO/EXTRAÇÃO; SINDIPETRO e STIEP. Além dos recorrentes equívocos de atribuir a uma categoria o sindicato pertencente à outra. Tudo isso graças à falta de autonomia dos trabalhadores na definição das suas organizações que, no caso dos petroleiros baianos, a decisão inicial de ter um único sindicato só ocorreria em 1997, com o Sindicato Único dos Petroleiros (SUP)<sup>24</sup>.

Independentemente do Ministério do Trabalho determinar que os trabalhadores da extração e do refino não pertenciam à mesma categoria, havia nos petroleiros um sentimento de pertencimento a mesma empresa. Em 1960, ao tomarem conhecimento da diferença salarial em relação aos operários de Cubatão, graças ao intercâmbio de mão-de-obra praticado pela empresa (OLIVERA JR, 1996, p. 81-2), os operários da refinaria Landulpho Alves se insurgiram, uma vez que produziam a mesma coisa, vendida pelo mesmo preço, além de só a Bahia entregar ao país o tão desejado petróleo (JORNAL DA BAHIA, 07/10/1960, p.3). A partir daí, tornaram-se referência para os sergipanos e operários de outros Estados que

---

<sup>24</sup> No ano seguinte unificaram-se aos químicos, dando origem ao Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro (STRQP), dissolvido em 2011, quando, enfim, surgiu o SINDIPETRO para representar todos os petroleiros, inclusive os terceirizados e das holdings (Artigos I e II do Estatuto Social da Entidade).

criaram, em 1962, o movimento pela equiparação salarial com a Bahia (PETROBRÁS, 2003, p.104).

Ressalta-se que os trabalhadores da refinaria de Cubatão não tinham os melhores salários tão simplesmente por serem da região economicamente mais desenvolvida. Eles estavam organizados sindicalmente e lutavam por suas conquistas, tanto que, em 1960, quando da visita do dirigente sindical baiano para recolher maiores informações sobre a diferenciação salarial, eles encontraram certa dificuldade, devido à iminência de uma greve pelo turno de 6H, conquistado no ano seguinte (PETROBRÁS, 2003, p.60). Apesar da “situação privilegiada do operariado paulista”, eles não se furtaram em apoiar o movimento dos baianos (JORNAL DA BAHIA, 08/10/1960, p.1 e 3).

Provavelmente, os sindicalistas baianos ao denunciarem na imprensa a “condição privilegiada dos paulistas”, acreditaram poder contar com o apoio do movimento regionalista, cuja campanha nas páginas do Jornal A Tarde, apresentava-se como sendo do interesse de todos os baianos, mas as reais motivações dos setores dominantes locais eram marcadamente de classe e visavam interesses que nada tinham de populares (IVO, 2008, p. 44-5). Não à toa, quando da luta pela equiparação salarial, a imprensa se posicionou a favor da empresa que não poderia “ficar exposta aos qui-pro-cós das discussões salariais” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/10/1960, p.4).

Como já mencionado no capítulo anterior, os petroleiros se identificavam com a Petrobrás e a sua missão de desenvolver o país. O SINDIPETRO/EXTRAÇÃO, por exemplo, considerou que uma greve naquela conjuntura só enfraqueceria a empresa, aceitando os argumentos dela não dispor de capacidade financeira para promover a equiparação. Isso não autoriza classificá-lo como pelego, no sentido de atenuar o conflito entre patrão e empregado. O próprio SINDIPETRO/REFINO também adotava essa postura de lutar pelos interesses dos trabalhadores sem deixar de se preocupar com a vitalidade da estatal. Não vimos os dirigentes do refino recriminando a decisão dos diretores do sindicato da extração, ao contrário, eles foram procurados para discutirem a realização de um veemente protesto contra a Resolução 27/60 e, posteriormente, em 1962, discutiram, numa assembleia conjunta, as estratégias para reverter à demissão do primeiro Presidente civil da empresa (IVO, 2008, p.137-43).

Muitas vezes os perfis das entidades são definidos em função das deliberações das suas direções, sem observar se elas as adotaram por pressão das suas bases. Segundo Franklin Oliveira Júnior, em maio de 1962, Mário Lima venceu as eleições com 93% dos votos,

concorrendo com mais duas chapas, uma composta por membros da Ação Popular (AP)<sup>25</sup> e outra pela POLOP – Política Operária<sup>26</sup> (OLIVEIRA JR, 1996, p. 124-8). Diante dos 7% dos votos conquistados por essas duas chapas que contavam com a presença de militantes marxistas, não seria exagero sugerir que as oposições exercessem alguma influência na atuação do SINDIPETRO desse período.

A oposição a direção do SINDIPETRO era eclética, desde os defensores da ruptura com o capitalismo (POLOP e AP), aos assistencialistas ressentidos que denunciaram, através de carta anônima no Jornal da Bahia, a falta de uma maior atenção à vida humana por parte da direção sindical, pois quando a procuraram para obter ajuda nas buscas do corpo de um operário “nas águas do rio Paraguaçu”, não viram “nada nem ninguém mover-se”. Enquanto eles, “nos momentos de luta em prol das conquistas operárias”, não hesitaram em “marchar” junto com os sindicalistas (IVO, 2008, p. 162).

As conquistas operárias mencionadas na Carta referem-se à vitória dos baianos no movimento equipara ou pára aqui, que resultou no recebimento de 80% dos vencimentos dos operários de Cubatão, em 1960, chegando, dois anos depois, aos 100% e à participação do sindicato na Comissão disciplinar e nas decisões administrativas da empresa. Mas o golpe civil militar de 1964 interrompeu esse processo de organização dos petroleiros com as intervenções nos sindicatos e a instalação do terror. Na Bahia, a partir do dia 02/04/1964, as tropas do exército vasculharam gavetas e arquivos do sindicato, e o Presidente do SINDIPETRO, o deputado Federal Mário Lima, foi preso por insistir em obter notícias seguras acerca das pessoas e do patrimônio da entidade.

Os operários tentaram resistir deflagrando greve, exigindo a restituição do Presidente da República ao seu posto e a soltura imediata de Mário Lima, mas obtiveram como resposta a ocupação da refinaria e de algumas áreas da Região de Produção da Bahia por tropas do Exército; prisões de mais sindicalistas e operários; interrogatórios; delações; perseguições e demissões. Como as iniciativas de resistência não surtiram o efeito esperado, no dia 04 de

---

<sup>25</sup> De acordo com Gorender (1998), a AP era formada, em sua maioria, por universitários, mas, havia também os estudantes secundaristas, profissionais universitários, profissionais liberais, dentre outros. Do ponto de vista religioso os cristãos católicos tinham a hegemonia, mas tinha lugar para uma vertente protestante que conviviam com uma “esquerda independente”, sem confissão religiosa, composta por existencialistas e marxistas. Dentre outros estavam os operários, tanto que no ano da sua fundação havia uma chapa vinculada a AP disputando as eleições do SINDIPETRO/BA.

<sup>26</sup> De acordo com Oliveira (2007) que entrevistou alguns dos fundadores da POLOP, essa organização teria surgido, em 1961, basicamente de uma iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro. Eram membros da Juventude Socialista que criaram uma revista chamada Movimento Socialista, que chamou a necessidade de constituir uma alternativa marxista-socialista. Um ano depois seus militantes na Bahia, conseguiram organizar uma chapa de oposição à direção do SINDIPETRO. É relevante destacar a existência na RLAN de operários críticos ao chamado reformismo da esquerda brasileira, fosse ele do PCB, do PSB ou do PTB.

abril, as unidades, lentamente, voltaram a funcionar sem a presença do grupo de sindicalistas indesejados (IVO, 2008, p.163).

Verdi Plesch e Gildásio Lopes, dois dos três dirigentes sindicais afastados da diretoria do SINDIPETRO/REFINO em janeiro de 1963, acreditando no espírito “saneador” do “movimento revolucionário”, escreveram uma carta para os novos gestores de Mataripe, desvincilhando-se dos “comunistas” e alertando para a permanência dos “elementos residuais do comuno-peleguismo”, espalhando boatos de que as conquistas salariais e os benefícios assistenciais fornecidos pela empresa seriam suspensos e de que o direito de livre associação seria negado aos petroleiros. Como forma de se contrapor a essa “propaganda comunista”, sugeriram uma série de medidas para aumentar a produtividade da unidade:

Criar um programa de “contra-propaganda” para coibir as mentiras que corriam na usina, bem como impedir o retorno ao comando da estatal dos “homens estigmatizados por notória aversão aos trabalhadores”, numa clara alusão aos engenheiros afastados em 1962 por Francisco Mangabeira. Depois disso, os militares deveriam convencer aos operários de que “a Revolução” aconteceu para “corrigir por inteiro as deformações sindicais” e que ela garantiria “as conquistas salariais e assistenciais, especialmente o reajustamento dos salários, previsto nos termos do acordo firmado entre a empresa e os sindicatos de sua órbita”. Por fim, pleitearam a “presença operária na administração da empresa através da assessoria sindical” (IVO, 2008, p.163-5).

Como o discurso é “(...) constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1997, p. 135), a partir da carta de Verdi Plesch e Gildásio Lopes, deduz-se que, diante da atmosfera do anticomunismo, na qual muitos foram taxados de comunistas, sem serem, eles buscaram protegerem-se e ganhar a confiança dos novos gestores, desvinculando-se dos que resistiram ao golpe de Estado. Mas, como o controle dos sentidos resultantes do discurso é frágil (FERNANDES; STEIGENBERGER, 2007, p.194), o uso do termo comuno-peleguismo, pode ter provocado um efeito contrário, pois ao utilizá-lo, correram o risco de terem sido confundidos com os críticos da postura conciliatória do PCB – talvez até tenham adquirido deles o uso desta expressão. A defesa da manutenção das conquistas do movimento sindical acabou sendo um reconhecimento dos méritos do sindicalismo petroleiro e uma demonstração da ingenuidade deles<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Infelizmente não dispomos de maiores informações sobre os signatários da carta, a não ser de terem sido expulsos da direção do SINDIPETRO, pela ingenuidade demonstrada em relação ao golpe de 1964, possivelmente estavam vinculados às correntes sindicais católicas anticomunistas.

Destas conquistas, apenas as vantagens salariais obtidas entre 1960-1962 foram mantidas<sup>28</sup> e os trabalhadores passaram a amargar tempos mais duros nas relações de trabalho com o fim das comissões disciplinares paritárias, perda de uma série de benefícios garantidos na convenção coletiva e o clima militarizado nas unidades de trabalho, contribuindo para o refluxo das relações de trabalho dentro da Petrobrás Bahia (IVO, 2008, p.165). Os petroleiros baianos guardaram as memórias daqueles tempos e as repassaram à nova geração de operários, despertando em Germinio Borges dos Anjos, militante do movimento estudantil, a vontade de procurar Mário Lima para retomar o trabalho sindical (PETROBRÁS, 2003, p.107). Percoremos, no próximo tópico, essa trajetória do sindicalismo petroleiro nos anos 1970, mais especificamente, o baiano.

### **3.1. REORGANIZAÇÃO SINDICAL ENTRE OS “ANOS DE CHUMBO” E A POLÍTICA DE DISTENSÃO.**

Nos jornais de 1972 consultados, encontramos esse registro acerca da regulamentação do trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo e industrialização do xisto, motivo de muitas discussões no Congresso Nacional acompanhadas por delegações de trabalhadores presentes nas duas Casas, tentando modificar parcialmente o texto. O Presidente do SINDIPETRO/BA, Dermeval Souza Abreu, não conhecia a lei sancionada pelo Presidente da República: “Todo o trabalho ficou sendo coordenado pelo pessoal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. (...) Queríamos algumas modificações e não sei se a CNTI conseguiu”.

Diz o projeto que sempre que for imprescindível a continuidade operacional o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento, em turno de 8 horas, será adotado nas diversas atividades exercidas pelo empregado, ficando a utilização do turno em 12 horas restritas às seguintes situações especiais: atividades de exploração, perfuração, produção e transferência do petróleo em áreas terrestres distantes ou de difícil acesso.

Em casos de necessidade de garantia da normalidade das operações, ou para atender imperativos de segurança industrial o empregado poderá, mediante o pagamento, trabalhar durante o intervalo destinado a repouso e a alimentação (JORNAL A TARDE, 21/10/1972, p.2).

A lei atingiria mais aos trabalhadores da extração, no entanto, o presidente do STIEP não foi entrevistado – como já mencionado no capítulo anterior, determinadas questões

---

<sup>28</sup> O artigo 468 do Decreto lei nº. 5.452 de 01 de maio de 1943 (CLT) impedia a redução salarial.

técnicas ou específicas não são do domínio dos jornalistas, quem trabalha com este tipo de fonte vai se deparar com esse problema. Contudo, ao buscarmos informações com os representantes dos trabalhadores do refino, ao invés dos da extração do petróleo, nos permitiu levantar algumas questões: confundiam os dois sindicatos porque atuavam conjuntamente? Ou o SINDIPETRO teria maior visibilidade pelo seu protagonismo nos anos 1960 e por representar os operários da RLAN, mais próximos de Salvador/BA do que os da extração, espalhados pelos campos de produção no interior do Estado? Também não descartamos a possibilidade de simplesmente os dirigentes do STIEP não terem sido encontrados, embora se isso tivesse ocorrido, o jornalista, provavelmente, citaria na matéria.

Em 1973, as direções dos dois sindicatos foram renovadas para os próximos três anos, a eleição do STIEP foi encerrada, em segunda convocação, no mês de janeiro, com recursos à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e um mandado de segurança impetrado na Justiça Federal. As acusações foram a dos ex-diretores e a junta governista do STIEP terem transformado o pleito eleitoral numa verdadeira guerra.

O fato é que a insatisfação alcançou a maioria absoluta dos petroleiros que não entendem porque os ex-diretores e atuais membros da Junta Governativa transformaram uma mera competição eleitoral numa verdadeira guerra, baseada em irregularidades que eles vêm praticando impunemente. Cabe agora a Procuradoria Regional do Trabalho exercer suas atribuições em toda plenitude, inclusive conhecer os recursos que segundo os candidatos, serão feitos no momento em que estiverem redigindo a ata de encerramento dos trabalhos eleitorais (JORNAL A TARDE, 29/01/1973, p.8).

Se havia uma junta governista, significa que o sindicato estava sob intervenção. Não conseguimos maiores informações a respeito disso. Sabemos que as ameaças de impugnação das eleições do STIEP não se concretizaram, os eleitos estiveram à frente do sindicato no triênio 1973-1975, sendo cobrados pelos associados de Candeias por não estarem sendo devidamente atendidos pelo UMEC (serviço médico de urgência) e pelo ISBOT devido ao não pagamento de qualquer quantia a este órgão de assistência médica desde a assinatura do convênio. O tesoureiro, Manuel Francisco de Souza, substituto de Djalma Silva Santos, teria encontrado o seu departamento muito desorganizado (JORNAL A TARDE, 20/03/1973, p.13).

Não encontramos nenhuma nota sobre as eleições no SINDIPETRO, sabemos que em 1973 havia um novo presidente, Jamil Hide, porque as informações sobre a ida dos petroleiros ao dissídio coletivo foram prestadas por ele ao Jornal A Tarde (JORNAL A TARDE, 30/07/1973, p.8). E depois ele reapareceu, informando ter conseguido do superintendente da



RLAN o compromisso em resolver o problema das férias de 23 dias, sendo que alguns petroleiros já haviam entrado na justiça. Além de apresentar à categoria um novo consultório odontológico (JORNAL A TARDE, 6/08/1973, p.8).

Nesse mesmo ano, ocorreu, em Belo Horizonte, o Encontro Nacional reunindo todos os sindicatos do sistema Petrobrás, no qual os participantes ficaram satisfeitos com as deliberações aprovadas por viabilizarem “um melhor entrosamento da classe em benefício da Petrobrás e dela própria, que precisa atender em toda plenitude o desenvolvimento da empresa, o que, por certo, permitirá também a melhoria dos trabalhadores” (JORNAL A TARDE, 8/06/1973, p.16). Dois meses depois, foram surpreendidos com a recusa da “empresa nacional que melhor tratava os seus empregados” em “pagar as horas-extras praticadas há mais de dez anos, já tidas como remuneração pelos operários” (JORNAL A TARDE, 23/08/1973, p.10).

Essa postura da empresa entrou em rota de colisão com a visão contida no movimento sindical petroleiro desde a sua origem. Assim, no ano seguinte, já não vimos no jornal A Tarde os participantes do Encontro Nacional dos Dirigentes defendendo-a. Ao contrário, as resoluções divulgadas focaram no atendimento das necessidades dos trabalhadores e continham, até mesmo, um tom crítico a Petrobrás.

Alegando o crescente aumento do custo de vida, dirigentes de treze sindicatos de petróleo solicitarão à Petrobrás que conceda, com data retroativa a 1º de maio um adiantamento de 15% do aumento que terão direito a partir de 1º de setembro deste ano. A decisão foi tomada ontem, durante a primeira reunião do 10º Encontro de Dirigentes de Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo, que tem como objetivo estabelecer o plano da campanha salarial para os empregados da Petrobrás durante o ano de 1974. (...) decidiram também pleitear à Petrobrás que tanto o salário-família-acordo como o salário-família-lei sejam majorados em 5% do salário mínimo. O salário-família-acordo estipulado em Cr\$ 12.00, faz parte do acordo coletivo de trabalho da empresa, mas se encontra congelado desde 1968 (...) ficou decidido também que a mesa diretora dos trabalhos, composta por Aloísio Oliveira (SP), Marivaldo de Almeida (BA) e João Carlos Santos (RJ) ficará encarregada da elaboração das reivindicações apresentadas como tese nessa reunião, até o Encontro do próximo ano. A decisão foi tomada porque segundo a classe dos trabalhadores, o regulamento atual dos Encontros de dirigentes de sindicato de petróleo tem trazido uma série de problemas pela falta de acompanhamento das reivindicações efetuadas nos Encontros anteriores (JORNAL A TARDE, 28/05/1974, p.1).

Na matéria, percebe-se uma mudança na postura dos sindicalistas em relação à vista no Encontro Nacional do ano anterior. Desta vez, as resoluções não visaram “um melhor

entrosamento da classe em benefício da Petrobrás e dela própria”. E sim, o combate aos sucessivos aumentos do custo de vida e um acompanhamento das reivindicações tiradas no Conclave. Para atingir tais objetivos, delegaram essa atribuição aos integrantes da mesa organizadora dos trabalhos e solicitaram antecipação salarial e vinculação do salário-família ao salário mínimo para garantir a sua permanente atualização – uma vez que estava congelado desde 1968.

Neste Conclave, diferentemente do dito na notícia, não havia apenas sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo, tanto que o STIEP reverberou as suas decisões, encaminhando expediente à direção da Petrobrás, solicitando um aumento imediato de salário, de 15% por conta do futuro reajustamento dos ordenados (JORNAL A TARDE, 24/07/1974, p.11).

As resoluções do X Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais associadas à decisão dos baianos e sergipanos de saírem da Federação da Indústria da Extração do Petróleo para fundar a Federação dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo sugerem que, concomitante ao anúncio da distensão política, os petroleiros estavam se reorganizando, desenvolvendo de forma embrionária uma visão classista, conforme indica o nome da nova entidade, a qual Ernani Pinto de Queirós trabalhou desde o início do seu primeiro mandato para criá-la, contando com um entrosamento entre os companheiros de diretoria, associados e sindicatos (JORNAL A TARDE, 28/08/1974, p.14).

Os aposentados, cuja força de trabalho não era mais explorada pela empresa, encontravam ainda mais dificuldades, pois enfrentavam a resistência da Petrobrás, Seguradoras e a Previdência social no atendimento dos seus pleitos. Então, seguiram o exemplo dos trabalhadores da ativa e fundaram, em 1974, também com os sergipanos, a Sociedade de Petroleiros Aposentados (SOTAPE), sendo apoiados pela diretoria do STIEP (JORNAL A TARDE, 30/10/1974, p.8 e 1/11/1974, p.10).

Falamos numa construção embrionária de uma visão classista no sindicalismo petroleiro, porque muitas das cobranças às direções sindicais referiam-se à prestação de serviços. Em Candeias, o SINDIPETRO mantinha a Escola Ouro Negro com 17 salas, 800 alunos e estava construindo mais uma sala. Os professores eram cedidos pela Secretaria Estadual de Educação. Também foram entregues aos operários do refino, pela Cooperativa Habitacional dos Operários do Petróleo (CHOPE), 496 unidades de três quartos sem dependência aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Mais 704 apartamentos seriam construídos no bairro da Federação, em Salvador. Não sabemos se a prioridade aos detentores de menor remuneração foi um critério definido pelos próprios trabalhadores ou pelo governo,

uma vez que essas cooperativas utilizavam recursos do BNH – Banco Nacional de Habitação (JORNAL A TARDE, 2/03/1974, p.19).

Numa nota, a diretoria do STIEP deu conta de ter sido “constantemente procurada por grande número de associados que sugerem um diálogo com a administração da Petrobrás” e dos “entendimentos no sentido de conseguir o desejado adiantamento” (JORNAL A TARDE, 24/08/1974, p.21). Poderíamos interpretá-la como uma forma de pressionar a cúpula da Petrobrás, sinalizando a pressão dos trabalhadores, mas, ainda assim, continuava dentro da perspectiva da conciliação, do entrosamento com a direção da empresa.

Por outro lado, os próprios dirigentes sindicais acusavam o afastamento dos trabalhadores da vida sindical (JORNAL A TARDE, 26/09/1974, p.13). Mas, as iniciativas adotadas para reverter essa situação, continuaram de acordo com o assistencialismo predominante no sindicalismo brasileiro: “Sindicatos aumentam o quadro social de filiados devido à ampliação da prestação de serviços assistenciais, a exemplo do seguro para se pagar em dobro indenizações às famílias dos acidentados” (JORNAL A TARDE, 1/11/1974, p.10).

Havia um alto índice de acidentes no trabalho, somente na Bahia: “64.488 pessoas ficaram incapacitadas por acidentes de trabalho, 63.357 foram restabelecidas posteriormente, 1.131 estão inabilitadas definitivamente e 89 morreram (Jornal A Tarde, 31/05/1975, p.1). Os sindicatos viram nesta situação absurda, a oportunidade de aumentar o número de associados, ofertando um pagamento em dobro do seguro. Várias famílias dos petroleiros foram contempladas (JORNAL A TARDE, 1/11/1974, p.10).

Mas essa triste realidade dos operários da indústria do petróleo não aparecia na imprensa, ao contrário, disseminava-se a ideia da Petrobrás sempre disposta a atender as reivindicações dos seus empregados.

Como já era esperado a direção Nacional da Petrobrás concedeu um aumento salarial na base de 29,85% a todos os petroleiros do País”, “o aumento terá vigência a partir de 1º de setembro, e na realidade será de 14,85 uma vez que a citada empresa já havia concedido um adiantamento salarial de 15% (JORNAL A TARDE, 30/09/1974, p.8).

Parecia uma benesse da Companhia, não uma conquista dos trabalhadores. Nenhum comentário sobre ter sido uma das resoluções do X Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais ou dos memorandos do STIEP cobrando a antecipação salarial. Também nada a respeito dos outros pontos da pauta de reivindicação, provavelmente ficou alguma pendência, pois o sindicato do refino, na Coluna operária do *jornal A tarde*, do dia 15/10/1974, p.13, publicou uma nota convocando assembleia geral dos trabalhadores.

No ano de 1975, o SINDIPETRO, como fez no ano anterior, divulgou a sua assembleia “para dar conhecimento aos associados<sup>29</sup> dos termos do dissídio coletivo de trabalho suscitado por aquela entidade contra a Petróleo Brasileiro S/A, através do qual são reivindicados algumas melhorias, entre as quais o aumento salarial” (JORNAL A TARDE, 18/07/1975, p.16). Os sindicatos do sistema Petrobrás faziam suas assembleias individualmente, mas, na Justiça do Trabalho, ajuizavam coletivamente o dissídio.

(...) no processo de dissídio coletivo movido por 14 sindicatos de trabalhadores da área do petróleo em todo o País, contra a Petrobrás e sua subsidiária Petroquisa não surtiu o efeito desejado, de vez que as partes não chegaram a uma solução satisfatória, estabelecendo-se um prazo de 10 dias para serem oferecidas as soluções finais (JORNAL A TARDE, 13/10/1975, p. 2).

Os itens que enfrentaram maior resistência foram o índice de 54% sobre os salários, a partir de 1º de setembro de 1975 com base no índice de produtividade da empresa; realização de uma perícia contábil para se apurar esse índice e o pagamento das horas-extras em dinheiro, sendo este último aditivado pelo Sindicato do Rio de Janeiro e Guanabara que também queria: desconto de Cr\$ 20,00 em favor do sindicato, quando do primeiro pagamento do aumento pleiteado; salário-família concedido também para os filhos maiores de 18 anos até 24 anos, quando estudantes universitários sem economia própria; pontos positivos para participação nos lucros para os filhos citados no item anterior; inclusão do adicional por tempo de serviço – triênios – no pagamento da gratificação de férias e auxílio escolar para trabalhadores (abono escolar) durante todo o curso de ensino de primeiro grau, ou equivalente, no valor da mensalidade escolar.

Bastante vanguardista o aditamento do Sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro e Guanabara, no tocante à preocupação com a formação universitária dos filhos, inclusive atribuindo-lhe pontos positivos para participação nos lucros (PL), o que revela o entendimento destes dirigentes sindicais da empresa necessitar de mão de obra especializada, logo, os operários que estimulassem os seus dependentes a ingressar na universidade, mereceriam uma pontuação para a PL, isso porque, certamente, a maioria deles iria querer satisfazer o sonho dos seus pais de vê-los também como petroleiros, conforme vimos no capítulo anterior.

O Tribunal Superior do Trabalho rejeitou a proposta de uma perícia contábil para definir o índice de produtividade, e o Presidente do TST, na condição de conciliador, sugeriu um reajuste de 36% e a supressão da petição feita pelo Sindicato dos Trabalhadores nas

---

<sup>29</sup> Eram 4.000, segundo nota publicada no jornal A Tarde de 24/03/1975, p.17.

Indústrias de Destilação e Refinação do Petróleo da Guanabara e Rio de Janeiro, do item referente ao pagamento das horas extras em dinheiro, e não em acréscimos correspondentes nas folgas (solução encontrada pela Petrobrás para suprimir o trabalho aos sábados). Não sabemos qual das partes foi mais resistente à conciliação e nem como foi encerrado esse dissídio coletivo.

Nas eleições do STIEP para a escolha da direção sindical do triênio 1975-1978, não encontramos registros de questionamentos à legitimidade do processo como visto na anterior, ao contrário, a DRT elogiou a junta governista por ter conduzido o processo eleitoral “com eficiência e austeridade, permitindo que as três chapas inscritas e que participaram do pleito o fizessem com liberdade e dentro do respeito às leis vigentes” (JORNAL A TARDE, 18/12/1975, p.28). Isso não significa dizer que não havia disputas e dissensos.

O Sr. Ermani Queiroz, há 6 anos à frente da entidade, às vésperas das eleições sindicais, sofria oposição do vice-presidente e primeiro secretário dentro da própria diretoria<sup>30</sup>. Ainda assim, quis emplacar o nome do seu irmão e o seu, respectivamente, nos cargos de presidente e vice, na chapa que concorreria às eleições. Mas, provavelmente, suas pretensões foram frustradas devido à cassação da sua diretoria. Inclusive, houve um questionamento quanto aos Srs. José Armando de Andrade e Miguel Francisco Marques poderem participar das eleições, haja vista terem feito parte da chapa destituída (JORNAL A TARDE, 30/07/1975, p.14).

Nesses dois últimos pleitos sindicais houve três chapas inscritas, a exemplo do que vimos no SINDIPETRO nas eleições de 1962, então podemos dizer que, apesar das intervenções sofridas com os expurgos de sindicalistas e trabalhadores indesejados, no movimento sindical petroleiro havia agrupamentos distintos disputando a direção do “maior e mais importante sindicato da Bahia, contando com cerca de 8.000 associados” (JORNAL A Tarde, 10/11/1975), tendo uma grande extensão territorial, conforme pode ser verificado no edital de homologação do seu processo eleitoral.

(...) 15 mesas eleitorais funcionarão nos seguintes locais: nº. 1, na sede do sindicato; nº. 2, Jequitiaia-ala nova; nº. 3, Jequitiaia-oficinas; nº. 4, Parque Pirajá; nº. 5, Catú - área de Santiago; nº. 6, Catú - área conjunto residencial; nº. 7, Mata de São João; nº. 8, Alagoinhas; nº. 9, Entre Rios; nº. 10, área de Candeias; nº. 11, área de São Sebastião; nº. 12, São Francisco do Conde; nº. 13 Temadre; nº. 14; itinerante DINOR; nº. 15, itinerante DISUL. São presidentes das mesas, os Srs. Armando Afonso de Castro Filho, Valter Carmo da Silva, Enivaldo Oliveira Praga, Frederico Fachinette Dórea, Hélio

<sup>30</sup> Havia questionamentos quanto a não cumprir a promessa feita na sua primeira eleição de construir a sede na Rua Barão de Cotegipe.

de Souza França, Evanízio Castro Silva, Vivaldo Pereira de Araújo, Manoel Oliveira Paim, José Teotônio Barbosa Vieira, Simpliciano Joaquim dos Santos, Wilson Floriano Costa, Edvaldo Bispo Lima, Jaime de Jesus Silveira. Nilo Barbosa dos Santos e Milton Morais Santos, respectivamente (JORNAL A TARDE, 10/11/1975).

Dentre os presidentes de Mesa, estava Teotônio Barbosa Vieira, antigo líder da classe, que pretendia ser candidato a presidente, mas desistiu por motivos superiores não declarados. Contudo, conclamou “os colegas a votarem na Chapa 1, por considerar a que melhor atende aos interesses do órgão e dos seus associados” (JORNAL A TARDE, 25/08/1975, p.12). O alagoinhense Manoel Oliveira Paim, aparentemente, também tinha relações com os integrantes desta chapa, pois foi empossado delegado sindical em Alagoinhas por eles. Causou-nos estranheza estar, entre os presidentes de mesa, um que apoiava publicamente uma das chapas e outro que se tornou Delegado sindical na diretoria eleita. Certamente, não se constituía numa ilegalidade, haja vista, as eleições serem fiscalizadas pela DRT que, inclusive, impediu a posse do Primeiro Secretário eleito.

A diretoria recentemente eleita para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia, com mandato para o triênio 75/78 logo após empossada realizou uma reunião quando escolheu para o substituir o 1º. Secretário, o Sr. Sinésio Pereira dos Santos, que não pode ser empossado, todavia por ter a Delegacia Regional do Trabalho vetado o seu nome. Entretanto, esperam os associados que votaram na chapa número 1 – que a situação do companheiro seja revista, a fim de que o Sr. Sinésio Pereira dos Santos volte a gozar de seus direitos individuais (JORNAL A TARDE, 18/12/1975, p.28).

Já no início do mandato da nova diretoria, esta compareceu à redação do jornal A Tarde para desfazer as denúncias junto aos petroleiros do mau uso do dinheiro do sindicato por parte do presidente anterior, Sr. Ernani Pinto do Queiroz; negar a existência de uma dívida de Cr\$ 700.000, pois o débito com o INPS e FGTS não chegava a Cr\$ 200.000 e afirmar o soerguimento financeiro da instituição. Aproveitou também para apresentar suas ações: exigência do transporte para o pessoal em regime de revezamento de turno; convênios celebrados com a Secretaria de Educação do Estado para ofertar aos associados e dependentes cursos do primário e ginásio e o Curso Radar, o qual concedeu 25% de desconto nas mensalidades e isenção da matrícula (JORNAL A TARDE, 26/02/1976, p.14).

Como vimos, as disputas não se encerraram após as eleições. Além do impedimento do Sr. Sinésio Pereira, provavelmente continuaram as acusações ao ex-presidente, levando a nova diretoria a defendê-lo, mostrando que os vitoriosos no último pleito representavam a

continuidade, algo já presumível por terem concorrido pela chapa 1. Esses novos dirigentes também se preocuparam em publicizar as suas ações:

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Petróleo empossou nos cargos de delegados sindicais nas localidades de Mata de São João, Catu e Entre Rios, respectivamente, os petroleiros Alquir Raimundo Oliveira, Fernando José dos Santos e Gregório Ramos da Rocha. Esteve também em visita à Delegacia Sindical de Alagoinhas, a fim de verificar o andamento das obras do prédio escolar, localizado à Rua 15 de Novembro naquela cidade, cuja conclusão está próxima, devendo as suas inaugurações realizarem-se no próximo mês de abril, porque para tanto vem trabalhando com todo o afinco o Delegado Sindical local. Manoel Paim. Espera a diretoria do STIEP manter um trabalho contínuo em suas delegacias sindicais para um melhor atendimento aos seus associados (JORNAL A TARDE, 27/03/1976, p.3).

O perfil político da diretoria do STIEP eleita para o triênio 1975-1978 era dúbio, ao mesmo tempo em que se posicionou publicamente para minimizar as acusações contra Ernani Queiroz, dois dos seus integrantes fizeram oposição ao ex-presidente<sup>31</sup>. Além disso, levantou dúvidas quanto à decisão da DRT de impedir a posse de Sinésio Pereira dos Santos no cargo de 1º secretário, insinuando que tal decisão visava dificultar a apuração das irregularidades naquele órgão de classe e de responsabilidade da ex-diretoria (JORNAL A TARDE, 21/06/1975, p.19).

A disputa eleitoral foi intensa, José Andrade e Miguel Marques, tiveram suas presenças numa das chapas concorrentes questionadas por terem feito parte da diretoria destituída (JORNAL A TARDE, 30/07/1975, P. 14). Na edição do *jornal A tarde* de 4/08/1975, p. 8, numa nota que dizia estarem os petroleiros atentos à eleição de pessoas sem condições de executar um trabalho eficiente e honesto, incapazes de manter um diálogo respeitoso com a empresa, Sinésio Pereira dos Santos, um dos idealizadores da chapa 1<sup>32</sup>, fez a seguinte afirmação: “as decepções causadas pelas recentes diretorias, sem esquecer as anteriores a 1964, não poderão nem deverão se repetir”.

Percebe-se que o conteúdo moral e a forma como o sindicato era gerido e se relacionava com a Petrobrás foram o foco da chapa 1, isso pode ser visto como um sintoma da mudança de atitude do sindicato em relação às já mencionadas especificidades do sindicalismo estatal. Os posicionamentos dos idealizadores da “chapa da amizade” sugerem que eles pretendiam uma proximidade com as autoridades e a Petrobrás, visando “um diálogo franco, ponderações, justificativas e sugestões na solução dos problemas de classe” (JORNAL

<sup>31</sup> O vice e o 1º secretário, respectivamente, José Armando de Andrade e Miguel Francisco Marques,

<sup>32</sup> Somou-se a ele, José Armando de Andrade e Miguel Francisco Marques.

A TARDE, 23/09/1975). Enquanto o clima com alguns dos antigos dirigentes sindicais não era dos mais amistosos: Sinésio Pereira, eleito pela chapa 1, foi impedido de tomar posse no cargo de secretário pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Segundo os seus correligionários:

Esta decisão das autoridades trouxe uma grande consternação aos petroleiros, que vêem no seu colega um padrão de honestidade, tanto na empresa, como na vida particular, e que foi vítima de uma cilada por parte de elementos interessados em anular sua influência na apuração de fatos irregulares que dizem existir naquele órgão de classe e da responsabilidade da ex-diretoria que não puderam ser apurados pela junta governista (JORNAL A TARDE, 9/12/1975, p. 22).

Como havia, dentre os idealizadores da chapa vencedora, dois diretores sindicais que se opunham ao ex-presidente Ernani Queiroz, mesmo fazendo parte da mesma diretoria, analisamos como prudência a atitude de atribuir a terceiros a responsabilidade das acusações de irregularidades na administração que iriam suceder. Mesmo porque, após o pleito, o foco das denúncias poderia ser os remanescentes da antiga diretoria na recém eleita. Mas, à insinuação da decisão da DRT ter sido “um ponto não muito bem explicado”, vimos como um choque com o discurso de campanha acerca do reforço da proximidade com as autoridades e a Petrobrás.

Houve muita publicidade dessa eleição no *jornal A Tarde* com um claro propósito de favorecer a chapa 1, haja vista, na matéria publicada na edição do dia 05/09/1975, p.14, foi a única cujo perfil foi descrito, e esse coadunava com o que vinha sendo profetizado a acontecer nos dias 13 e 14/11: os petroleiros escolheriam melhor os seus candidatos para evitar a repetição de fatos deprimentes, responsáveis por grandes prejuízos para a entidade e a classe em geral. Curiosamente, só indicaram os nomes dos idealizadores da chapa 1, enquanto as chapas 2 e 3 tiveram divulgados todos os seus integrantes.

Os eleitos para dirigir o STIEP, a partir do triênio 1975-1978, por terem sido favorecidos pelas publicações no *jornal A Tarde* e feito críticas aos antigos dirigentes porque não conseguiram dialogar respeitosamente com a Petrobrás, poderiam facilmente ser confundidos como conservadores, mas a gestão deles combateu o personalismo dos dirigentes, com as decisões sendo tomadas coletivamente, aproximou-se da base e atuou conjuntamente com o SINDIPETRO.

A diretoria do SINDIPETRO está reivindicando da Superintendência da Refinaria Landulpho Alves, de cuja administração tem recebido provas da



maior consideração, o enquadramento dos seus associados que se encontram fora da faixa, em virtude da extinção de seus cargos, em funções cujo níveis corresponda aos mesmos que vinham exercendo antes da extinção, ou seja, com os seus salários-base atualizados dentro da nova estrutura adotada pela empresa. Outra reivindicação é o fornecimento de transporte de turno para ser usado pelo pessoal da Região de Produção na Bahia, providência que está sendo feita em conjunto com o STIEP (JORNAL A TARDE, 7/02/1976, p. 14).

Nesta nota, percebe-se também na diretoria do SINDIPETRO uma postura conciliatória em relação à Superintendência da RLAN. Ressalta-se o fato de que quem a escreveu sabia distinguir a representatividade dos dois sindicatos dos petroleiros – algo raro nas publicações no *jornal A Tarde*, onde predominavam a falta de domínio sobre o movimento dos petroleiros, a exemplo de quando divulgaram a entrega de um novo consultório odontológico pelo Sindicato da Indústria da Destilação e Refino do Petróleo e utilizaram a sigla do outro sindicato, e da matéria sobre a solicitação da antecipação salarial em 1976, que poderia levar os eleitores desconhecedores da existência dos Encontros Nacionais dos Dirigentes, supor que o SINDIPETRO/BA estava, sozinho, reivindicando o aumento para os petroleiros de todo país.

Os petroleiros de todo o País estão aguardando ansiosamente a resposta da Presidência da Petrobrás, com relação ao adiantamento salarial solicitado nacionalmente através do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Refinação do Petróleo do Estado da Bahia, na base de 25 por cento (JORNAL A TARDE, 5/04/1976, p. 14).

Provavelmente, assim como foi feito pelo STIEP em 1974, o SINDIPETRO deve ter enviado à Direção Nacional da Petrobrás, um memorando ou qualquer outro expediente, solicitando uma das resoluções do Encontro Nacional. Mas, a forma como a nota foi escrita, dá margem a pensar que o sindicato baiano havia solicitado a antecipação salarial e os demais ficaram “aguardando ansiosamente a resposta”. Quando nós sabemos que essa não era a característica do sindicalismo petroleiro.

Os petroleiros tinham um corporativismo acentuado e o estendeu ao movimento sindical, assim, mesmo tendo em cada Estado até mais de um sindicato, reuniam-se nacionalmente para decidir suas pautas de reivindicações e ajuizarem os dissídios coletivos. Essa prática levou os sindípetros a criar um departamento profissional na CNTI, em Brasília, para assessorá-los, e incluíram os Stieps e petroquímicos. O baiano Pedro Gomes Sampaio, que era presidente do SINDIPETRO de Cubatão (SP), tornou-se o secretário nacional, escolhido por unanimidade (JORNAL A TARDE, 31/12/1977, p.18).

No SINDIPETRO/BA, em 1976, as eleições foram decididas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que reconheceu a reeleição do presidente Jamil Hide, segundo a nota publicada no *jornal A Tarde* de 9/06/1976, p.9, os petroleiros do refino ficaram eufóricos com a eleição dos seus verdadeiros líderes. Hide participou do Encontro nacional dos dirigentes sindicais dos petroleiros e petroquímicos, realizado no Rio Grande do Sul (JORNAL A TARDE, 27/07/1976 - CAD. 2 -, p.10).

Em julho de 1977, o XIII Encontro nacional dos dirigentes, ocorreu em Curitiba. O STIEP/BA deliberou sobre as decisões deste Conclave numa assembleia presidida pelo vice-presidente Milton Cecílio de Freitas, substituindo o presidente, José Amaranto de Andrade, na sede do sindicato, que se estendeu até perto de meia noite. A duração da reunião, provavelmente, foi destacada na nota publicada na Coluna Trabalho, p. 2, da edição de 10/08/1977, do jornal A Tarde, para mostrar à direção da Petrobrás e a sociedade, que os pontos da campanha reivindicatória e a decisão de ajuizar o dissídio coletivo foram amplamente debatidos com os trabalhadores.

Reajuste de 96,3%; adicional regional extensivo a todos os empregados; adicional de periculosidade sobre o triênio; desconto do repouso remunerado semanal e PL obedecendo a lei 2004, art. 14, levando em consideração a assiduidade, encargo família, interesse e zelo, entre outros; desconto de uma única parcela de Cr\$ 30,00 sobre o 1º mês de vigência dos novos salários, sendo sua utilização destinada aos serviços assistenciais; abono falta do empregado-estudante; chefia dar conhecimento da avaliação de eficiência aos trabalhadores; “quantum” de 5% para simplificar o adicional de interinidade; uniformização do horário administrativo igual ao da sede (JORNAL A TARDE, 10/08/1977 - CAD 2 -, p.2).

Enquanto a alta administração da Petrobrás não cedia às reivindicações dos 40.000 petroleiros de todo país, no plano local, a solicitação de reabertura do posto médico de Entre Rios foi atendida, e o STIEP, mesmo em litígio com a empresa, agradeceu por ter resolvido essa questão (JORNAL A TARDE, 26/09/1977 - CAD. 2 -, p. 6). Provavelmente, devido ao endurecimento da estatal, os petroleiros criaram um departamento profissional na CNTI, em Brasília, para “assessorar os Sindipetros e Stieps, tanto nas reivindicações, como também, na preparação de todo e qualquer expediente junto à Petrobrás, Ministério do Trabalho (MT) ou qualquer órgão público em Brasília” (JORNAL A TARDE – CAD. 2 -, 11/01/1978, p. 4).

Esse assessoramento se fazia necessário à decifração das leis salarial e de greve (MARTINS, 1979). Mesmo com esse reforço técnico, os sindicalistas desistiram de algumas reivindicações consideradas inaceitáveis pela empresa, acreditando que isso facilitaria o

entendimento, criando-se uma expectativa que em trinta dias tudo estaria resolvido em relação à campanha salarial do ano passado (JORNAL A TARDE, 27/01/1978, p. 14). Ao que tudo indica tiveram êxito, porque na edição do *Jornal A Tarde*, datada de 18/04/1978, no caderno 2, p. 6, o SINDIPETO surgiu reivindicando o adiantamento de 18%, relativo ao reajuste salarial de 1978.

Nesse mesmo ano, ocorreu em Salvador/BA, o XIV Encontro nacional dos dirigentes sindicais petroleiros e petroquímicos que deliberou pelo lançamento do “manifesto dos trabalhadores nas indústrias de petróleo e petroquímicas” divulgado pelo *jornal A Tarde* de 16/07/1978, numa matéria com direito a foto, quase no centro da página 2, intitulada: *Petroleiros e petroquímicos defendem democracia e greve*. No mesmo mês, as “lideranças combativas” lançaram um documento semelhante na abertura do Congresso Nacional da CNTI, realizado em São Paulo, com a presença do Presidente Geisel, que contou com as assinaturas dos Sindipetros de Minas Gerais, Santos, Paulínia, Mauá e Rio de Janeiro (JORNAL A TARDE, 25/07/1978, p.9).

No mês seguinte, os petroleiros iniciaram a luta por 100% de reajuste aos 15 salários básicos; aumento dos percentuais de triênio; equiparação na justiça do trabalho para motoristas e vigilantes estáveis; creches para mães solteiras; aposentadoria especial para o pessoal da cozinha industrial e posto de saúde onde houvesse mais de 400 empregados. A Petrobrás ofereceu 80% (JORNAL A TARDE, 7/08/1978, p. 2).

Essa campanha reivindicatória esquentou na refinaria de Cubatão/SP, a ponto do título da matéria do *jornal A Tarde* do dia 23/08/1978, na página 6, ter sido: “Grevistas chamam governo de ilegal e petroleiros devolvem honrarias”. Nessa mesma matéria o SINDIPETRO anunciou que iria entrar com dissídio por 50% e outras vantagens, mesmo sabendo que o Conselho interministerial de preços, com base em dados da FGV, só pretendia conceder 41%.

Mesmo diante do fracasso dos contatos mantidos com a direção da RLAN, com vistas a um aumento superior ao que o governo pretende oferecer, nenhum ato de protesto deverá ser adotado pelos petroleiros baianos, ao contrário do que ocorre em Cubatão, onde os petroleiros mais conceituados que chegaram a receber medalhas de ouro e diplomas de “honra ao mérito”, pelo trabalho desempenhado ao longo de muitos anos, resolveram devolvê-las à empresa (JORNAL A TARDE, 23/08/1978, p. 6).

Embora a pauta de reivindicação fosse definida nos Encontros nacionais, cada sindicato do sistema Petrobrás encaminhava suas lutas de forma distinta. Na Bahia, o movimento petroleiro não demonstrou a mesma disposição dos operários da refinaria

de Cubatão, ao contrário, o diretor do SINDIPETRO, José Carlos Nogueira, enalteceu o fato da luta reivindicatória no Estado ter prosseguido em clima de tranqüilidade, sem “manifestações mais forte, mesmo devolução de prêmios ou condecorações” (JORNAL A TARDE, 23/08/1978, p.6) – os sindicalistas baianos apostaram no dissídio coletivo para obter um reajuste de 50%, quando inicialmente a empresa já havia oferecido 80%.

Não sabemos o que teria feito a Petrobrás, inicialmente, ter oferecido 80%, principalmente porque essa contraproposta surgiu na imprensa após o término da greve dos metalúrgicos paulistas, cujo reajuste total variou entre 49% a 59%. A hipótese mais provável é da estatal e os próprios sindicalistas terem projetado um índice inflacionário maior do que o calculado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), isso explicaria tanto o “benevolente” reajuste proposto pela Companhia, quanto o SINDIPETRO querer ajuizar o dissídio coletivo para obter 51% – a política adotada pela Petrobrás, entre 1962 a 1984, foi a de conceder apenas o índice oficial do governo (ARAÚJO et al., 1995, p.89).

Em 1979, graças às greves do ABC paulista (1978-1979) e à mobilização de algumas bases petroleiras, principalmente as refinarias de Campinas e Rio Grande do Sul, onde se fez correr abaixo-assinado contra a manipulação dos índices inflacionários (ARAÚJO et al., 1995, p. 89), a direção da Petrobrás mostrou-se mais flexível a negociar com os sindicatos as reivindicações da campanha salarial do ano anterior. No âmbito local, o STIEP/BA continuou mantendo entendimentos para solucionar o problema da equiparação do sistema de folga do pessoal da área administrativa e da aposentadoria especial do pessoal do refeitório, vigilância e motoristas, mostrando-se otimista quanto à possibilidade de entendimento com os dirigentes da empresa (JORNAL A TARDE, 17/01/1979 - CAD. 2 -, p.4).

No dia 21/02/1979, na página 8 do *jornal A Tarde*, foi publicada a matéria intitulada: *Petrobrás ouve os sindicatos*, dando conta da reunião realizada no Rio de Janeiro com os 16 sindicatos do sistema Petrobrás que reivindicaram 20% de reposição relativos aos últimos 6 meses e a não devolução dos Cr\$ 6.500,00 fornecidos pela empresa, em agosto, a título de Participação nos Lucros (PL). Mas a alta administração da Petrobrás parecia só se dispor a ouvir, pois a sua contraproposta foi de apenas 10%. Resultado: os operários da refinaria de Capuava/SP ameaçaram reduzir a produção para pressioná-la a atender a reivindicação de reajuste salarial, mas, antes, o presidente do sindicato dos petroleiros de Mauá, José Martins de Freitas, queria uma nova audiência com o general Ivanhoé de Oliveira, para dar segmento às negociações iniciadas em janeiro (JORNAL A TARDE, 24/02/1979, p. 10).

Já a diretoria do STIEP/BA desistiu dos 20% e firmou um acordo nos seguintes termos: de 5 a 10% distribuídos entre os níveis 1 ao 49 e a PL calculada no salário de

fevereiro na razão de 1.3 (JORNAL A TARDE - CAD. 2 -, 7/04/1979, p.6), alegando que a direção da Petrobrás ao ter negociado com os sindicatos, após dez anos sem diálogo nesse sentido, era o prenúncio de um “novo tempo”. No entanto, mesmo após a concessão feita à empresa para firmar o acordo salarial, o sindicato precisou ir à Justiça do Trabalho para obter a equiparação do sistema de folga (JORNAL A TARDE, 18/06/1979 - CAD. 2 -, p. 6).

Nesse ínterim, o SINDIPETRO passava pelo processo eleitoral, tendo uma chapa de oposição publicado uma nota na página 2 do jornal A Tarde, do dia 2/05/1979, com o título: *Petroleiros condenam o continuísmo*. Os opositoristas criticaram a permanência do mesmo grupo político no poder, acusando-o de “conformismo” e “imobilismo”. O panfleto distribuído no dia 1º de maio explicava os objetivos da chapa de oposição: “não desejamos ficar pra trás em relação aos nossos co-irmãos e sim nivelarmos a eles, sem monopolizar a palavra! Desejamos, realmente, dar ao nosso sindicato o seu sentido real de ser e provar concretamente a sua existência” (JORNAL A TARDE, 2/05/1979, p.2). Nessa chapa havia uma presença feminina, não sabemos se o mesmo ocorreu nas outras, mas, mesmo que tenha sido o único caso, já era significativo e estava dentro do contexto das modificações no mercado de trabalho brasileiro e no universo político, tanto que o general-presidente, João Batista Figueiredo, foi criticado por não ter nomeado mulheres no seu governo (JORNAL A TARDE, 21/02/1979, p. 8).

No tocante à campanha reivindicatória de 1979, os petroleiros, depois de terem iniciado uma “greve branca” (JORNAL A TARDE, 20/08/1979, p. 9), aceitaram a contraproposta da empresa de reajustamento de 75% a 44%: dos níveis 7 ao 50, salário acrescido de 10% de adiantamento e mais um nível, conseguido pela negociação direta do sindicato com a empresa. Ou seja, a estatal respeitou os parâmetros da política salarial governamental de percentuais de aumentos diferenciados, mas o acréscimo ao reajuste foi o mesmo para todos, do nível 7 ao 50 (JORNAL A TARDE, 22/09/1979 - CAD.2 -, p.4). No âmbito local, os petroleiros baianos encerraram o ano insatisfeitos com a falta de transportes (JORNAL A TARDE, 17/12/1979, p. 15).

No início do ano seguinte, os petroleiros realizaram em São Paulo o Encontro anual dos advogados sindicais das diversas regiões de produção e decidiram que as perdas salariais seriam calculadas pelo DIEESE, assim, exigiram 25% de reposição salarial a partir de 1º de setembro. A anistia política também foi discutida, sendo informado que já haviam sido tomadas as providências necessárias para o enquadramento dos 256 trabalhadores demitidos<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Na Bahia eram cinquenta e dois, sete da base do STIEP e 45 do SINDIPETRO.

e que seria enviado à Petrobrás e aos Ministérios do trabalho e das Minas e Energia (JORNAL A TARDE, 15/01/1980).

Em fevereiro, após a reunião em São Bernardo, nove sindicatos do sistema Petrobrás decidiram lançar a campanha nacional em defesa do monopólio estatal do petróleo; anunciar um estudo elaborado por advogados do setor, com o objetivo de judicializar os “contratos de risco”; criar um jornal nacional em defesa do monopólio e grupos de debates sobre essa temática e realizar uma greve nacional da categoria, caso insistissem com as investidas contra a Companhia (JORNAL A TARDE, 11/02/1979, p.1 e 6). Ainda nesse mês, saiu a decisão favorável ao STIEP/BA do dissídio que ele levou à DRT no final de 1979, para equiparar a jornada de trabalho do pessoal do campo aos que trabalhavam na sede em Salvador. O acordo seria assinado no mês de março, e o sindicato o aprovou numa assembleia com dois mil operários, realizada no estádio da cidade de São Sebastião do Passé (JORNAL A TARDE, 22/02/1980, p.3).

Contudo, nem sempre o acordo entre a Petrobrás e os sindicatos era imediatamente implementado. A expectativa era que os trabalhadores do campo já pudessem usufruir da folga a partir do dia 01/03/1980, mas isso não ocorreu, ficando a expectativa de vigorar na outra semana. No mês de abril, os sindicatos do sistema Petrobrás se reuniram para verificar o cumprimento do acordo coletivo de trabalho do ano anterior no tocante à assistência médica dos aposentados, à subinspetoria de segurança industrial, criada e não cumprida, e à contratação de duas enfermeiras profissionais para que as unidades de assistência médica pudessem funcionar 24 horas. (JORNAL A TARDE, 28/03/1980, p. 2 e 18/04/1980, p. 2).

No mês de maio foi realizado, na sede dos funcionários públicos da Bahia, o XVI Encontro nacional dos dirigentes sindicais do petróleo e petroquímica. A abertura do Conclave foi feita pelo Delegado Regional do Trabalho, Ivanilson Trindade, e o professor Rômulo Almeida proferiu palestra sobre *Sindicalismo e política sindical contemporânea*. O STIEP/BA invocou a inconstitucionalidade da lei 5.811/1972, que mudava o regime de trabalho do empregado, que atingia um número considerável de pessoas com o corte de até 58,5% dos adicionais, levando muitos ao sanatório (JORNAL A TARDE, 25/05/1980, p. 3).

Os aposentados da Petrobrás, que vinham se queixando da defasagem salarial, também se mobilizaram e exigiram um aumento de 15% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Essa decisão foi tomada numa assembleia que reuniu 1.500 pessoas dos municípios de Salvador, Catu, Madre de Deus, Candeias, Mata de São João e outros municípios, contando com as presenças dos representantes do STIEP, SINDIPETRO e SOTAPE. Como a base petroleira da Bahia tinha o maior número de aposentados do Brasil,

ela conseguiu incluir na pauta de reivindicação nacional, elaborada pelos sindicatos dos petroleiros, as demandas dos aposentados a serem apresentadas à PETROS (JORNAL A TARDE, 11/08/1980, p. 7).

Os presidentes do STIEP e SINDIPETRO, juntamente com os demais sindicatos do sistema Petrobrás, foram ao Rio de Janeiro discutir os salários, mas não conseguiram chegar a um acordo com a estatal. Milton Cecílio, em nome do STIEP, encaminhou um expediente à direção da Petrobrás informando o repúdio da categoria (na assembleia havia 100 trabalhadores) à posição da empresa de não negociar os 16 pontos da pauta de negociação, principalmente os 15% acima do INPC. Em setembro, mês da data-base dos petroleiros, a direção da Petrobrás reabriu as discussões em torno da taxa de produtividade. No dia 06/09/1980, o *jornal A Tarde* noticiou que os petroleiros ainda nutriam expectativas em relação à negociação do Rio de Janeiro (JORNAL A TARDE, 26/08/1980, p. 3; 4 e 6/09/1980, p. 7).

O SINDIPETRO/BA, em 1981, foi o sindicato dos petroleiros que mais se movimentou, retomando os níveis de mobilização de 1968” (ARAÚJO et al., 1995, p. 89) – pelo visto, Germínio Borges conseguiu realizar o seu desejo de reativar o trabalho sindical na RLAN ao ter feito parte dessa diretoria eleita em 1979 –. Os operários da RLAN se recusaram a receber a alimentação fornecida pela empresa para pressioná-la a reabrir as negociações, ainda em torno do reajuste de 15% superior ao INPC, garantia no emprego por 12 meses e reajustes trimestrais e jornada de 6 horas para os trabalhadores de turno, reivindicados na campanha salarial passada.

Segundo Edmilson Araújo dos Santos, Borges elegeu-se presidente para o triênio 1982-1984. Esta diretoria também contou com a presença de outro alagoanhense, Aloísio Nunes Rodrigues. Na hipótese de estarem certos, tanto Edmilson Araújo, quanto Genice Batista de Araújo, Júlio César Andrade e Paulo Sérgio Neves, Germinio Borges, embora integrasse a diretoria anterior, era da oposição, pois, segundo os autores do artigo *Ideologia e prática sindical. Estudo de Caso com Trabalhadores do Refino do Petróleo*, o SINDIPETRO foi conquistado pela oposição sindical em 1982, inaugurando uma nova fase no movimento dos petroleiros, marcada por uma gestão sindical de confronto. Essa conclusão coincide com a de Carlos Lucena quanto só terem aderido à greve de 1983 as direções sindicais ligadas ao “novo sindicalismo”<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Edmilson Araújo nos prestou essas informações por celular. Ressalta-se que os autores do artigo não apresentaram as fontes que indiquem a vinculação da chapa vencedora nas eleições do SINDIPETRO em 1982 com o “novo sindicalismo”. Tão pouco informou se nela havia alguém remanescente da diretoria anterior.

O que caracterizava o tipo de ação sindical desenvolvida por esta nova direção sindical desenvolvida por esta nova direção era essencialmente a auto-identificação como antagonista, tanto do governo como da gerência da Empresa. Desta forma a organização política e sindical autônoma dos trabalhadores era vista como a única forma de se obter melhorias para o coletivo operário, longe por tanto da visão dominante no período populista e mais longe ainda da inércia vigente após as mobilizações de 1968 (ARAÚJO et al., 1995, p. 89).

Por tudo que apresentamos nesse tópico, a partir das publicações do jornal A Tarde, seria apropriado descrever a década de 1970 como a da inércia do movimento sindical petroleiro? Em 1984, Mário Lima voltou a disputar a direção do SINDIPETRO com o objetivo de encerrar a carreira política das áreas ligadas ao PT, mas, na carta publicada no jornal A Tarde, não disse quando elas iniciaram o seu domínio nessa direção sindical. Contudo, afirmou que no STIEP isso ocorreu a partir de 1975. Como os dois sindicatos tinham uma atuação semelhante, não seria nenhum absurdo pensar que Lima via o SINDIPETRO vinculado ao “novo sindicalismo” anteriormente a 1982. Nos próximos tópicos aprofundamos essa discussão.

### **3.2. SEGUINDO EM FRENTE NA ABERTURA POLÍTICA.**

Os atos do governo Geisel, na maioria das vezes, foram contemporizados pela imprensa, alegando-se a necessidade de apoiá-lo como condição *sine qua non* à abertura política. Mas, em 1978 – ano da reativação da sociedade civil –, observamos uma mudança nessa postura. No espaço do leitor, Jenner F. da Cunha, embora reconhecendo que sob alguns aspectos o governo teria razão em acusar a imprensa de incomodá-lo por contestar o seu *modus operandi*, criticou a sua proposta de endurecimento da LSN, pois viu em tal atitude o retorno do obscurantismo e finalizou a sua opinião com reticências quanto a outros democratas convictos seguirem o exemplo do general Rodrigo Octávio.

Ministro do mais alto Tribunal Militar do país, e um dos líderes incontestes do movimento de 31 de março, além de ser um estudioso profundo da legislação revolucionária que ajudou a ser feita, que desabafou, em pleno Tribunal Militar: “é preciso que cesse de vez a psicose deletéria da existência de uma subversão permanente, justificando a teoria do arbítrio permanente” (JORNAL A TARDE, 1/11/1978, p. 4).



O leitor reconhecia o governo como revolucionário, seguia a mesma linha do colunista Carlos Castelo Branco de acreditar que o *modus operandi* de Geisel teria por finalidade a redemocratização. Contudo, não pôde deixar de reconhecer no endurecimento da Lei de Segurança Nacional, o retorno do obscurantismo. E exortou aos outros democratas convictos a terem coragem de mostrar ao Comando Supremo da Revolução, não haver mais razão para o arbítrio permanente, sendo reticente quanto a isso acontecer.

E, de fato, o governo não estava disposto a abrir mão do arbítrio, ao contrário, passou a discutir o que fazer para não perder o controle da relação capital-trabalho após ter sido tomado de surpresa pelas greves do ABC paulista em 1978, que resultaram nos reajustes salariais, após negociações diretas com os patrões.

Diante da nova situação criada, começam os homens de governo cogitar das medidas que devem ser tomadas, porque, como afirmou o ministro da Fazenda, “não se pode deixar a situação como está, no limbo”, e acredita que o governo está diante de uma alternativa: “Ou tenciona esta situação, admitindo a legalidade da greve, ou declara ser ela ilegal e se reforça a legislação vigente com normas mais expeditas para decretação” (JORNAL A TARDE, 1/11/1978, p. 4)

A imprensa reconhecia à necessidade de adequar a legislação por ser confusa, fragmentária, incompleta e conter sutilezas que impediam caracterizar os movimentos desencadeados como greve, ressaltando não ser possível, àquela altura dos acontecimentos, restaurar “legislações – como a do Estado Novo, por exemplo – que consideravam a greve um delito. Isto equivaleria a um violento retrocesso, até mesmo à ruptura de compromissos internacionais assumidos pelo país” (JORNAL A TARDE, 1/11/1978, p. 4).

A greve do ABC paulista teve ampla repercussão na imprensa de todo país, o jornal A Tarde, por exemplo, republicava as matérias das agências de notícia do sudeste, contribuindo para que as lideranças metalúrgicas de maior expressão se tornassem conhecidas nacionalmente, tornando-se referências as categorias de vários Estados.

Depois de vários anos em que, apesar de reconhecidas nos textos legais – inclusive na Constituição de 1967 –, as greves foram, na prática, impedidas de desencadear-se, voltam elas agora, com amplitude e intensidade crescentes, a manifestar-se nos principais pontos do país (JORNAL A TARDE, 1/11/1978, p. 4).

A imprensa, à época, e o próprio governo reputaram a retomada das greves ao ano de 1978, o historiador Eurelino Coelho chegou a essa mesma conclusão, argumentando que até

mesmo os defensores do não imobilismo da classe trabalhadora, reconhecem que as grandes greves só voltaram a acontecer a partir daquele ano (COELHO, 2012, p. 44-5). Para contê-las, houve o endurecimento da LSN com sanções a quem incitasse a greve ou dela participasse. No ano seguinte, a ditadura buscou retomar a iniciativa política e o controle da relação capital-trabalho mediante legislação aparentemente redistributiva, que na prática seria feita com os recursos dos próprios trabalhadores.

- a) Até três vezes o valor do maior salário mínimo, 11 0% do INPC.
- b) De três a 10 maiores salários mínimos, aplica-se o critério anterior até três mínimos e o que exceder terá reajuste de 100% do INPC.
- c) Acima de 10 maiores salários mínimos, aplica-se os critérios precedentes e o que exceder será reajustado por 80% do INPC.
- d) Com relação à produtividade, foi estipulada a livre negociação entre trabalhadores e empresários, mas o índice resultante da negociação não poderia ser repassado para os preços (D. O.U - Seção 1 -, 30/10/1979, p. 15953).

A Lei 6.708, de 30 de outubro de 1979, instituiu a semestralidade dos reajustes salariais, com base no INPC e de maneira diferenciada. Caso “fosse aplicada ao longo do tempo, todos os salários iriam convergir para um centro de gravidade em torno de 11,5 salários mínimos (COSTA, 1996, p. 201). Mas, o argumento oficial foi o do compromisso de diminuir as disparidades salariais entre os diversos segmentos dos trabalhadores, promovendo uma melhoria na distribuição da renda. Na verdade, visava tirar o governo do isolamento (COSTA, 1996, p.200-1), e conter o “novo sindicalismo” que na prática já vinha conquistando o reajuste semestral e antecipações salariais.

O Presidente do Sindicato dos petroleiros do refino, Gonçalo de Melo, reconheceu que ela só seria boa para as categorias que não estavam organizadas e não conseguiam fazer grandes mobilizações, pois o reajuste seria de seis em seis meses, mas, com isso, elas perderiam a oportunidade de se organizarem. E explicitou que o desejado pelas categorias organizadas era poderem definir o índice de produtividade, segundo ele, único meio de se ganhar algo além do reajuste determinado. O especialista em direito do trabalho, José Carlos Bastos Barreto, a classificou como: “(...) oportunista, e veio de cima para baixo, não sendo, conseqüentemente, uma reivindicação dos trabalhadores. Além disso, os índices poderiam ser manipulados como fora em outras oportunidades” (JORNAL A TARDE, 17/03/1980, p.3).

A ditadura com a Lei 6.708 visou colocar o movimento sindical na defensiva, pois aparentemente a nova política salarial só não contemplaria uma minoria de trabalhadores, com remuneração acima de dez salários mínimos, os menores salários seriam reajustados em 100%

do INPC ou 10% a mais, no caso de quem recebia até três salários mínimos. Assim, quando os trabalhadores mais especializados do moderno parque industrial brasileiro propusessem um movimento contra o arrocho salarial, corriam o risco de serem vistos como preocupados em manter os seus altos salários à custa da miserabilidade dos milhões de assalariados que recebiam salário mínimo. Mas havia o outro lado da moeda que nem a imprensa e muito menos os técnicos do governo tinham interesse em mostrar a sociedade:

a) o fato de uma pequena minoria ganhar acima de 10 salários e não estar satisfeita com sua remuneração sugere que o salário mínimo não estaria correspondendo sequer ao conceito universalmente consagrado de que esse salário deveria corresponder à satisfação das necessidades mínimas do trabalhador e de sua família, o que significaria na sociedade contemporânea o acesso à comida, moradia, medicamentos, vestuário, lazer, etc. Isso levaria à conclusão de que estaríamos numa economia de baixos salários e altas taxas de lucro, o que constituiria, em última instância, uma denúncia do sistema.

b) se o raciocínio precedente é verdadeiro e estamos numa economia de baixa remuneração salarial, as faixas acima de 10 salários mínimos não estariam participando dos lucros das empresas, mas ganhando um salário abaixo de sua qualificação, o que poderia significar também uma compressão salarial nestas faixas mais qualificadas (COSTA, 1996, p. 207).

No início da década de 1980, os petroleiros, além de terem que se preocupar com a nova política salarial, também precisavam defender o monopólio estatal do petróleo, razão pela qual havia rumores de que entrariam em greve. E, assim como ocorreu em 1960, a imprensa reagiu desfavoravelmente:

Petróleo é um setor considerado de interesse nacional e a legislação sobre greve não admite paralisações ali. Os petroleiros estão brincando com fogo, num setor de alta combustão, que pode inflamar a política nacional. Resta a dúvida: será que os 45 mil trabalhadores em indústria de petróleo estão pensando da mesma forma que os pelegos que dizem representá-los? Não cremos, haja vista a experiência de 1964, ocasião em que eles se tornaram verdadeiros marajás da nação, uma espécie de aristocracia operária, à custa da miserabilidade de milhões de trabalhadores de salário mínimo de outros setores não beneficiados com a política de então, baseada na utilização e instrumentalização destes operários para o atendimento do jogo de poder na falida república sindicalista de João Goulart (JORNAL A TARDE, 13/01/1980, p.2).

A matéria buscou deslegitimar a reivindicação dos petroleiros, alegando que eles não entregaram ao país o petróleo desejado e acusou a Petrobrás de ser um cabide de emprego, com salários de verdadeiros marajás. Esse expediente de se referir à remuneração dos operários para tirar a legitimidade das suas greves, não se constituía numa novidade, os

metalúrgicos já haviam sido vítimas dessa artimanha ao terem sido apontados “como categoria mais bem paga do operariado não teria tanto a reclamar” (SOUZA, 1988, p. 51). A principal liderança dos “autênticos” afirmou que as greves metalúrgicas de 1978 desmistificaram essa ideia, reativando as grandes mobilizações da classe trabalhadora. Assim, em 1980, foram definidos pela ditadura militar como sendo grupo de pressão (MOREIRA ALVES, 1984, p. 260-1), passando a ser severamente reprimidos, o que arranhou ainda mais a imagem do Regime.

É inconcebível que a repressão, não se contentando em prender ilegalmente tantos metalúrgicos e ter invadido o gabinete do prefeito de São Bernardo, invadissem agora a igreja, como verdadeiros vândalos. Eu vim aqui esperando encontrar um ambiente mais cordial, por ser a assembleia decisiva, mas encontrei uma verdadeira praça de guerra dentro da própria igreja. O senador disse ainda ver o movimento sindical de São Bernardo como a organização mais viva e palpitante do país, onde a consciência de que o homem disputa o poder mediante suas decisões e ideias e não pela força. Com a greve, não ganhou o operário, não ganhou o empresário, nem o governo. Ganhou a repressão. Houve mais uma demonstração inequívoca da má administração de um governo impotente e incompetente para gerir o país. Concluindo, Teotônio Vilela destacou que São Bernardo é uma lição sob todos os aspectos: o que está em jogo aqui é a formação de princípios, e caráter da não-violência. A greve não é um problema de Polícia, é um fenômeno social que deve ser resolvido como tal (JORNAL A TARDE, 12/05/1980, p. 8).

Essa tática governamental de conter a insubordinação e a influência dos metalúrgicos sobre outras categorias com o uso da força revelou-se ineficaz. No XVI Encontro nacional dos dirigentes do petróleo e petroquímica, realizado na Bahia em 1980, o Presidente da República foi criticado por não ter recebido Lula. Também nesse Encontro, os petroleiros alegaram que o salário mínimo era ilegal, imoral e ilegítimo, responsabilizando o governo por não respeitar o previsto na legislação quando o instituiu. Além disso, disseram estar lutando pela geração de empregos, logo, não seriam egoístas como queria fazer crer a imprensa.

Quanto aos rumores de greve nacional em defesa do monopólio do petróleo no início dos anos 1980, não vimos *no jornal A Tarde* nenhuma notícia a respeito dela ter ocorrido. Maria Moreira Alves registrou a ocorrência de uma greve envolvendo duas mil pessoas no setor de Petróleo e refinação (MOREIRA ALVES, 1984, p.254), mas o que foi aprovado no Encontro Nacional foi a “operação tartaruga”<sup>35</sup> como forma de repúdio à intransigência da

---

<sup>35</sup> Expediente adotado pelos metalúrgicos paulistas em 1977 quando saiu uma publicação da ONU sobre os índices inflacionários da América Latina que comprovou o erro do governo na definição da inflação de 1973, não lhe restando outra alternativa, a não ser reconhecê-lo, mas, definiu um percentual de correção abaixo das expectativas dos trabalhadores.

Petrobrás que encerrou as negociações sem atender a um único item da pauta de reivindicações.

Enquanto a empresa nacional, apontada pela imprensa como a que melhor tratava os seus empregados, assumiu essa postura intransigente, o Secretário geral da Copene-Petroquímica do Nordeste S/A, Christoph Derendinger, que dirigia toda a negociação do Pólo Petroquímico, assim como fizera em 1979, envidou esforços para evitar a reprodução das greves do ABC paulista na Bahia (CRH/UFBA, 02/05/86, p.45 e 48). Assim, mesmo depois de anunciada a “operação tartaruga” e as empresas do Pólo Petroquímico terem negado publicamente a sua existência, ele disse que se chegasse a ser desenvolvida, a única maneira para que não se avolumasse, seria intensificar o diálogo que já vinha sendo mantido no ambiente interno da empresa, visando encontrar uma solução compatível com os interesses de ambas as partes (JORNAL A TARDE, 26/08/1980, p. 3).

Na década de 1980, as dificuldades econômicas eram crescentes com o incremento das taxas de juros internacionais, aceleração inflacionária e novo aumento do petróleo, por isso o Estado mostrou-se tão intransigente, pois estava pressionado a adotar medidas para evitar que o impacto da crise atingisse a economia estadunidense já em recessão, com queda acentuada da produção industrial e do emprego (MANDEL, 1990, p. 176). Por isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) condicionou aos países latino-americanos o cumprimento do seu receituário à celebração de novos acordos (COSTA, 1996, p. 204).

O governo brasileiro, visando atender a essas exigências, iniciou de forma gradativa o retorno à política salarial ortodoxa, desfazendo a Lei 7.147/1974 apresentada por Ernesto Geisel em seu governo, a qual foi responsável pelos índices de reajustes salariais terem sido maiores que o da inflação (JORNAL A TARDE, 25/07/1978, p.9). Nesse cenário, no primeiro Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais da década de 1980, os petroleiros não se mostraram dispostos a aceitar passivamente as imposições governamentais. Eles reivindicaram um reajuste de 15% a mais que o INPC – o mesmo percentual também exigido pelos metalúrgicos do ABC –, ignorando, na prática, a nova política salarial instituída pela Lei 6.708/1979, e, como resposta, obtiveram a intransigência da Petrobrás de não atender a nenhum dos itens da pauta de reivindicação.

Com a reativação da sociedade civil e das lutas operárias, houve resistências às medidas adotadas, mas, antes que a Lei 6.708 começasse a produzir seus efeitos, o governo promulgou o Decreto 6.886 de 10 de dezembro de 1980, mantendo as mesmas normas da Lei anterior até 10 salários mínimos e reajustando as outras faixas salariais da seguinte forma:

- a) De 10 a 15 salários mínimos aplica-se um fator correspondente a 0,8, mantendo-se nas outras faixas a metodologia anterior.
- b) De 15 a 20 salários mínimos o fator seria de 0,5, respeitando-se as normas anteriores.
- c) Acima de 20 salários mínimos, livre negociação (D.O.U - Seção 1 - 11/12/1980, p. 24789).

Segundo Lívio Carvalho, alguns observadores afirmaram que a Lei 6.886 visou especialmente os grandes salários das empresas estatais, uma vez que, para viabilizar a redução do déficit público, era fundamental a redução do custo da mão de obra. Como arrochar os salários mais baixos poderia trazer desgaste político ao governo, optou-se pela contenção das remunerações mais elevadas, especialmente porque nas empresas públicas o percentual de trabalhadores situados nessas faixas, em função de condições históricas determinadas, era bastante expressivo (CARVALHO, 1982, p.70).

Acrescentaríamos a essa preocupação, a intenção em oferecer um salvo conduto aos altos executivos das empresas privadas, pois quem recebesse acima de vinte salários mínimos estaria livre para negociar o seu reajuste, o que contradizia o argumento governamental de combate à disparidade dos salários, haja vista, ao mesmo tempo em que haveria uma aproximação salarial dos que recebessem até vinte salários mínimos, aumentaria ainda mais o abismo entre os assalariados ligados à produção e os integrantes dos cargos diretivos que livremente negociariam seus salários. Segundo Edmilson Costa, esse expediente não se aplicaria aos Executivos do setor estatal devido à tendência ao enfraquecimento das estatais (COSTA, 1996, p.205).

Com essa tendência de enfraquecimento das estatais no início da década de 1980, refletida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-III), que abandonou a política anterior de substituição das importações, e nos Decretos 83.740 de julho de 1979 e 86.215, de 15 de julho de 1981 que, respectivamente, fixaram o Programa Nacional de Desburocratização (D.O.U - Seção 1 - 18/7/1979, p. 10109) e as normas para o processo de privatização, nomeando uma comissão interministerial para esse fim (D.O.U - Seção 1 - 16/7/1981, p. 13309), as lideranças petroleiras, a despeito do baixo índice demissional de 0,6% ao ano na Petrobrás (JORNAL A TARDE, 29/09/1981, p.3), tinham razão em preocuparem-se com a manutenção dos empregos.

Representantes de sindicatos do petróleo de todo o país estão reunidos, até amanhã quinta-feira, em Porto Alegre, debatendo assuntos ligados à política da Petrobrás. Da Bahia, participam representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Extração do Petróleo (STIEP) e do Sindipetro (ligados ao refino), que ficam no Rio Grande do Sul até dia 13, quando

participação de uma intersindical. Do debate aberto, programado pelos sindicatos, constam discussões sobre os contratos de risco, o monopólio do petróleo, o pró-álcool e outras fontes energéticas (JORNAL A TARDE, 11/03/1981, p. 6).

Ressalta-se que nos Encontros Nacionais a partir de 1975, quando os contratos de risco foram instituídos, não vimos no *jornal A Tarde* nenhuma nota dos petroleiros sobre esse assunto. Isso colocou em nós uma dúvida acerca dos sindicalistas petroleiros estarem entre os que dirigiram correspondência direta ao Presidente da República solidarizando-se com as medidas adotadas em relação ao ingresso de empresas internacionais na exploração do petróleo brasileiro, pois jamais poderiam pensar que um homem do quilate moral do General Geisel adotaria medidas prejudiciais à Nação, ou mesmo permitiria a quebra do monopólio estatal do petróleo (Jornal A Tarde, 24/10/1975, p.17). Sabemos que a Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, parou por quatro horas contra a assinatura do contrato de risco, um dia depois do seu anúncio (COSTA, 1996, p, 264), mas não temos maiores detalhes sobre a organização desta greve.

Voltando à década de 1980, o Presidente do STIEP, ao anunciar as resoluções do XVII Encontro Nacional, destacou como principal objetivo da campanha reivindicatória “a garantia de novos empregos, tendo em vista a situação geral do país, no que concerne ao desemprego” (JORNAL A TARDE, 24/07/1981, p.2).

(...) Entre elas estão, a garantia do emprego, 15 por cento de produtividade acima do INPC, turno de 6 horas, reajuste trimestral ou quando a inflação atingir 15 por cento, assim como horas extras a 100 por cento. (...) O sindicato está contratando vários ônibus para o deslocamento dos trabalhadores, disse Milton Cecílio. Ele afirmou também que a Petrobrás vem fazendo acordo mesmo com os empregados estáveis e com tempo para aposentadoria. Esse comportamento frisou o presidente – dá-nos a impressão de que a empresa virá, no futuro a contratar mão-de-obra com salário inferior, isto porque, recentemente a Petrobrás, quebrou um acordo coletivo firmado com sindicato, restringindo em dois níveis todas as faixas salariais. O que representará, conseqüentemente, salário mais baixo para o nível admissional (JORNAL A TARDE, 24/07/1981, p.2).

Dessas reivindicações, duas poderiam contribuir para a contratação de novos trabalhadores: a do turno de 6H e hora-extra a 100%. Também servia como um aceno à sociedade a preocupação com os salários dos novos contratados, pois demonstrava que se importavam com quem poderia vir a ingressar na empresa e não apenas consigo mesmos – embora as contratações de mão de obra mais barata abrissem a possibilidade de demissão das mais onerosas. No tocante ao reajuste salarial, ignoraram o Decreto 6.886/1980, e propuseram

um gatilho salarial a cada três meses ou quando a inflação atingisse 15%. Apesar da inovação da proposta e dos altos índices inflacionários, a imprensa apontou a garantia dos empregos como um dos pontos mais importantes da campanha reivindicatória de 1981 (JORNAL A TARDE, 3/09/1981, p.10).

O Presidente do SINDIPETRO, no anúncio da possível greve, ao frisar estar “embutida na negativa da empresa uma ameaça de demissão aos trabalhadores que se mobilizassem” (JORNAL A TARDE, 18/08/1981, p.3), nos fez enxergar o ano de 1981 como o ensaio geral do que viria a acontecer dois anos depois, pois os petroleiros estavam reagindo às medidas de contenção de despesas na empresa, sendo ameaçados de demissão caso fizessem a greve geral anunciada. Essa ideia servia também para o governo, pois foi a partir deste ano que ensaiou o retorno da política salarial ortodoxa, mas ainda sem reunir as condições políticas necessárias a um ataque direto à política salarial vigente por temer uma repercussão negativa nas eleições de 1982, na qual ocorreria uma disputa importante entre o seu projeto de auto-reforma e as aspirações de redemocratização das oposições (COSTA, 1996, p.211). Um dia após a fragorosa rejeição advinda das urnas, assinou os acordos com o FMI e instituiu o Decreto 2.012 de 25 de janeiro de 1983, deixando claro seus reais objetivos:

Considerando a necessidade de assegurar à indústria brasileira condições de competitividade que lhe permita sustentar o esforço de exportação condizente com os objetivos estabelecidos para o reequilíbrio das contas externas (...) a conveniência de preservar a capacidade de investimento e de geração de emprego no sistema produtivo.

Considerando que a presente sistemática salarial, determinando reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor para os salários mais baixos (...) impõe-se medidas imediatas capazes de ordenar as finanças públicas, garantindo a prestação de serviços a cargo das empresas do governo, a saúde orçamentária da Previdência Social e a manutenção do nível geral de emprego (...) o que, em última análise, redundará em benefício real para a segurança dos trabalhadores (D.O.U - Seção 1, 26/01/1983, p. 1441).

Conforme já discutido no primeiro capítulo, a fórmula tradicionalmente aplicada para garantir a reprodução do capital nos momentos de recessão é o arrocho salarial. O governo, na justificativa do Decreto-Lei 2.012, valendo-se do temor do desemprego, sugeriu aos trabalhadores que recebiam acima de três salários mínimos abrir mão da correção inflacionária definida pelo índice oficial, defendendo esse retrocesso pela necessidade do reequilíbrio das contas públicas, competitividade da indústria nacional e a geração dos empregos. Como só teriam os salários corrigidos integralmente pelo INPC os que recebessem até três salários mínimos, as empresas públicas e as indústrias do parque industrial mais



moderno, onde os salários eram mais elevados, seriam beneficiadas: as primeiras equilibrariam suas contas, e as segundas tornariam os seus operários mais produtivos pagando-lhes vencimentos menores, apropriando-se de mais “mais-valias”.

- I - Até três vezes o valor do maior salário mínimo, multiplica-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1,0 da variação semestral do INPC;
- II - De 3 a 7 salários mínimos aplica-se, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,95;
- III - De 7 a 15 salários mínimos aplica-se, até o limite dos marcos anteriores, as regras nele contidas e, no que exceder, o fator 0,8;
- IV - De 15 a 20 salários mínimos aplica-se, até os limites dos marcos anteriores, as regras neles contidas e, no que exceder, o fator 0,5;
- V - Acima de 20 salários mínimos aplica-se as regras dos incisos anteriores até seus respectivos limites e, no que exceder, o fator zero (D.O.U - Seção 1, 26/01/1983, p. 1441).

Em tese, executivos dos setores público e privado estariam impedidos de negociar os seus salários. Mas, como já mencionado, as resoluções do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS) não se aplicavam rigidamente aos da iniciativa privada. Mas as pressões no Congresso Nacional e do movimento sindical provocaram a substituição do Decreto 2.012 pelo 2.024 de 25 de maio de 1983, ampliando as faixas contempladas com o reajuste de 100% do INPC. Este só durou dezoito dias, tempo suficiente para o governo reorganizar suas forças e implementar o seu verdadeiro objetivo desde 1981 (COSTA, 1996, p. 214) – atender as exigências do Fundo Monetário Internacional, o que requeria conter a insubordinação da classe trabalhadora. Por isso, na justificativa do Decreto 2.045 de 13 de julho de 1983, todo o apelo à segurança nacional:

Considerando que (...) permanecem os fatores de estrangulamento impostos à economia brasileira pela crise internacional, que põe em risco a segurança nacional.

(...) Considerando ser indispensável à adoção de medidas incisivas, ainda que transitórias, no programa de saneamento econômico, a fim de evitar a deterioração financeira, suscetível de afetar a segurança nacional (Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1983, p.12433).

Depois de invocar a segurança nacional, considerou “que o êxito do programa de recuperação econômica dependia “substancialmente de uma política consistente de rendas, a fim de se distribuir com justiça o ônus do processo de ajustamento”. Assim, o Decreto 2.045/1983 determinou que a correção salarial fosse feita “multiplicando-se o montante do salário ajustado por um fator correspondente a 0,8 da variação semestral do INPC”. Também previa a negociação da produtividade, mas impondo como “limite a variação do produto real

per capita por ocasião da data-base” (D.O.U - Seção 1 -, 14/7/1983, p. 12.433). Essa foi fixada em zero pelo Decreto Executivo 88.705/1983 (D.O.U, 16/09/1983, p. 16.064).

Esta legislação era tão restritiva e truculenta que, apesar da maioria do governo no Congresso (...) Brasília sob estado de emergência por ocasião da votação, os parlamentares rejeitaram o decreto, impondo ao governo uma grave derrota e sinalizando no sentido de que os tempos estavam mudando. No entanto, como é comum acontecer nessas fases históricas, o regime permanecia cego, surdo e mudo, como se estivesse nos velhos tempos, ditando solitariamente as regras do jogo. É nesse contexto que edita o Decreto 2.064 de 19 de outubro de 1983, com regras que apresentavam algum recuo, como o reajuste integral para faixas até 3 salários mínimos, mas com outras até pitorescas, pois estabeleciam normas para os reajustes salariais até 1988, como se a continuidade do regime fosse um fato natural (COSTA, 1996, p. 217).

Essa observação de Edmilson Costa é interessante porque sinaliza uma maior fragilidade do Regime no Congresso Nacional após os resultados eleitorais de 1982, tendo decretos revogados – o primeiro foi o 2.024, através do Decreto Legislativo nº 69 de 26/09/1983 (D.O.U, 27/09/1983, p. 16595). Contudo, o regime, mesmo com a deserção de frações da classe burguesa, continuava ditando as regras, utilizando-se do seu arsenal repressivo no intuito de permanecer útil aos interesses dos Estados Unidos e das frações de classe associadas ao capital estrangeiro para que estes seguissem apoiando-o. Mas, por outro lado, precisava “conciliar as divisões internas dentro de sua base de sustentação já não unânime quanto à sua continuidade na sociedade brasileira” (LUCENA, 2014, p. 242).

A posse dos governadores eleitos em 1982 pelas oposições ampliou os espaços democráticos dos trabalhadores nos principais Estados, visto que grande parte destes defendeu plataformas de lutas em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas (COSTA, 1996, p. 295-6). O que demonstra o impacto na sociedade da retomada das grandes mobilizações da classe trabalhadora a partir de 1978, impondo derrotas ao governo, chamando a atenção do mundo político partidário, que reverberou essas lutas, e dos próprios trabalhadores, que passaram a reivindicar o direito de representarem a si mesmos nesse ambiente tido como próprio dos doutores.

A classe trabalhadora foi condicionada, historicamente, a não fazer política, apenas a votar. Esta frase foi ontem cunhada pelo presidente nacional do PT, Lula, completando que se necessário e se Deus quiser, faremos outra greve em 81 para mostrar a organização da classe trabalhadora. Garante Lula que o PT está se preparando para concorrer às eleições de 82 em todos os níveis e em condições de igualdade com qualquer outro partido (JORNAL A TARDE, 05/01/1981, p. 5).

Havia um amplo debate no Brasil, na década de 1980, entre os defensores da abertura da economia como saída para o país e os nacionalistas, divididos em dois principais grupos distintos entre si. O primeiro grupo, composto por segmentos sociais e partidos sustentados no pensamento de Vargas e JK, via na manutenção da política de substituição de importações como estratégica para aproximar o país das nações centrais; o segundo, formado por partidos críticos à ditadura, intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e sindicatos autênticos em defesa da centralidade do Estado, como estratégia para a emancipação social (LUCENA et al., 2014, p. 235).

No caso das “lideranças combativas”, não havia consenso quanto ao Estado desejado. Os “autênticos” lhes atribuía “o papel de árbitro justo, no sentido de regular o uso de mecanismo de pressão (...) dando-lhe uma autonomia enquanto legislador e aplicador das leis”. Porém, João Paulo Vasconcellos introduziu o elemento classista da necessidade dos trabalhadores terem os seus representantes, “pois só a estes interessava um sistema econômico socializado, e um sistema político democrático”. Enquanto José Ibrahim, principal porta-voz das “oposições sindicais”, defendia o socialismo (SOUZA, 1988, p. 99-100). Independentemente dessas variadas posições, os “combativos” buscaram a construção de um caminho próprio para a classe trabalhadora, conforme expresso no discurso do seu principal porta-voz, Luís Inácio Lula da Silva:

(...) não temos nada a ver com o Partido do Leonel Brizola, da Ivete Vargas ou de quem quer que seja. Eu sou a favor que eles possam fundar seus partidos e que o Luiz Carlos Prestes possa legalizar o seu, de que todos possam se manifestar livremente. Mas entendo que o trabalhador precisa do seu próprio partido para se defender (SOUZA, 1988, p.120).

Essa visão, expressa em 1979 pela principal liderança dos “autênticos”, que havia envidado todos os esforços para ter a “Unidade sindical” na construção do Partido dos Trabalhadores, demonstra como o “sindicalismo combativo” foi sendo definido, resultando na divisão orgânica do sindicalismo brasileiro, em 1983, com a criação da CUT sem a “Unidade sindical” do “Joaquinzão” e sem a maioria dos sindicalistas ligados aos Partidos Comunistas receosos “que as ondas de greves sob o comando das lideranças combativas estivessem cutucando o bicho com vara curta” (GIANNOTTI; NETO, 1990, p. 33).

Nos dois primeiros anos da década de 1980, o movimento operário passou por um acentuado refluxo; as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) se apresentaram negativas em dois anos pela primeira vez nas últimas quatro décadas. Mas, apesar da recessão

e do desemprego, em 1983 as greves mais que dobraram em relação a 1981, possivelmente em função da diminuição do poder de compra dos salários (COSTA, 1996, p. 293-6), provocada pelos decretos anteriormente mencionados. Nesse contexto, o Decreto Lei 2.036, de 28 de Junho de 1983 foi o pivô da greve dos petroleiros.

Art. 26. As entidades estatais deverão realizar uma redução de seus gastos de custeio, excetuados os relacionados com matérias primas e variação de estoques, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) dos gastos totais, dessa natureza, previstos no orçamento aprovado pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST, para cada um dos seguintes períodos: I - julho a dezembro de 1983; II - janeiro a junho de 1984. Parágrafo único: Somente por ato do Presidente da República poderá ser alterado o percentual previsto neste artigo, nos casos em que for impossível à entidade estatal realizar a redução acima estabelecida (D.O.U, 29/06/1983, p. 11354).

Na avaliação dos sindicalistas, a redução semestral de 5% do valor total de custeio resultaria na demissão de 15% do efetivo da Petrobrás, ou então a substituição de 30% dos seus funcionários com novas contratações pela metade dos salários praticados. O governo, visando desmobilizar a resistência dos petroleiros, restringiu a aplicação dos cortes dos direitos previstos no decreto aos contratados a partir da sua vigência, mas não logrou êxito porque as lideranças interpretaram o artigo 26 como “vai ter demissões!” (FUP, 05/07/2013, p.2), razão pela qual articularam a construção da greve geral para barrar o Decreto 2.036.

Segundo Carlos Lucena, a expansão do novo sindicalismo no final dos anos 70 do século XX é fundamental para a análise da greve dos petroleiros. A organização da resistência ao “Pacote das estatais” teria sido construída interna e externamente aos muros da REPLAN e RLAN, as duas únicas bases cujas representações tinham vínculos com o “novo sindicalismo”, “isso se explica nas alianças sindicais motivadas pelo crescimento do sindicalismo autêntico no Brasil” (LUCENA, 2014, p.238-9). Essa é uma afirmação controversa porque as entidades sindicais petroleiras, desde a década de 1960, já tinham um histórico de atuação conjunta. Preferimos dizer que a expansão do novo sindicalismo ampliou a repercussão desta greve no movimento sindical brasileiro – foi na assembleia dos metalúrgicos para se definir a continuidade da paralisação em apoio aos petroleiros que foi deliberada a data da greve geral, organizada pela Comissão Pró-CUT.

Eu tinha por compromisso e por obrigação a mobilização dos trabalhadores da refinaria para a greve geral, que aparentemente estava marcada para o dia 25/07. O pessoal não acreditava que a greve fosse sair. No dia 05, eu fui a Brasília conversar com o Ministro Murilo Macedo, mostrar que não era nada absurdo o que pedíamos. Ele ficou de ligar de volta, e ia fazer uma

intervenção na Petrobrás para um acordo. Só que não houve retorno. Quando foi a três horas da tarde, no dia 06, houve uma queda de tensão. Isso era muito difícil de acontecer, foi combinado com a Companhia paulista de força e luz. Vinte minutos depois, veio ordem para paralisar a refinaria. Deles, da Petrobrás. Não foi uma ordem nossa (PETROBRÁS, 2003, p.74).

Jacó Bittar, claramente identificado com os “autênticos”, estava incumbido de mobilizar os operários da REPLAN para a greve geral pelas diretas já! Quanto à paralisação dos petroleiros, que atendia “a expectativas políticas diferenciadas no cotidiano dos petroleiros” (LUCENA, 2014, p.238), tentou evitá-la indo a Brasília falar com o Ministro do Trabalho, mas Murilo Macedo não deu o retorno esperado e a greve iniciou-se às 23:30 horas do dia 05/07 – “adiantamos o início da mobilização. Foi uma forma de surpreender. Articulamos esse golpe contra a polícia do Exército e os vigilantes da empresa, já que todos imaginavam que a greve começaria no turno da manhã seguinte” (FUP, 05/07/2013, p.3) – para Carlos Lucena essa antecipação teve o intuito de exaurir fisicamente os operários, obrigando a direção da refinaria a parar a produção.

Nas reconstruções históricas do passado feitas por Jacó Bittar e Antonio Spis, não houve nenhuma menção à tentativa dos trabalhadores assumirem o controle da produção. Segundo Bittar, foi a Petrobrás que, após a incomum queda de energia, determinou parar a refinaria. Enquanto Antonio Carlos Spis esqueceu esse episódio<sup>36</sup> e exaltou a ação dos grevistas para surpreender a polícia do Exército e os vigilantes da empresa, que esperavam o início da greve no dia 06/07. Não reconhecer os esquecimentos se constitui num abuso da memória, pois os seres humanos não se lembram de tudo, haja vista a memória ser seletiva e se fazer a partir do presente, resultando em várias reconstruções do passado (MACIEL, 2014, p. 129).

As seletividades nos depoimentos de Jacó Bittar e Antonio Spis explicam-se pela temporalidade do tempo presente, o relato de Bittar foi dado num momento em que havia grandes expectativas quanto à postura das ex-lideranças sindicais na direção da empresa. Enquanto o de Antonio Spis seria publicado na FUP, entidade por ele dirigida entre 1993 a 2000, e que estava, desde 2006, sendo criticada de estar vendendo direitos em troca de cargos no alto escalão da Petrobrás<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Talvez ele tenha silenciado e não esquecido. Silêncio é um ato consciente na disputa por um lado da história. Neste caso, ele parece querer preservar a iniciativa dos trabalhadores em detrimento das sinalizações de Bittar que a atribuiu à própria empresa.

<sup>37</sup> Segundo o site da FNP, em 2006, os Sindipetros do Rio de Janeiro, Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá, Alagoas/Sergipe, São José dos Campos e Litoral Paulista decidiram pela desfiliação. No dia 03 de agosto do mesmo ano foi fundada a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) sob a alegação de resgatar uma direção sem rabo preso com o Governo e com o patrão.

Parar uma refinaria invariavelmente implicaria num confronto entre a sua administração e os operadores pelo controle da produção, pois, num contexto de greve, entra em discussão a possibilidade do desabastecimento da população e das fábricas e, em especial, o escoamento de toda a produção nacional. E isso poderia favorecer os petroleiros em caso de uma possível negociação. Bittar pôs um ponto de inflexão nessa análise de Carlos Lucena: a ameaça de parar a produção poderia ser utilizada, não em favor dos grevistas, mas sim da Petrobrás, que a utilizaria para jogar a opinião pública contra a greve (LUCENA, 2014, p.240).

Há algumas questões mal resolvidas sobre o início desta greve: os Sindipetros Bahia e Paulínia iniciaram a construção da greve, mas não pararam no mesmo dia. No dia 07/07, quando a refinaria de Mataripe foi ocupada pelos operários, a de São José dos Campos também ameaçou entrar em greve, mas os trabalhadores não tiveram o mesmo êxito visto na RLAN ao enfrentarem os militares e acabaram recuando – o mesmo ocorreu com os operários que pararam alguns campos de petróleo da RPBA. Foi também nessa data que as refinarias de Minas Gerais, Cubatão e Paraná hipotecaram solidariedade e os metalúrgicos cumpriram a resolução definida em assembleia de apoiar os petroleiros caso entrassem em greve (LUCENA, 2014, p.238-40). Evidências de que esta seria a data prevista para a paralisação geral dos petroleiros – no boletim do SINDIPETRO/BA não foi feita alusão aos operários de Paulínia estarem programados para parar no dia 06/07, decidiram iniciá-la antes, acreditando que isso estimularia as outras bases a segui-los.

A motivação da greve, segundo Spis, teria sido o Decreto 2.036 e a Carta de intenções com o FMI, sem mencionar que inicialmente o governo havia editado o Decreto 2.024 ou 2.025, tendo recuado devido à pressão dos trabalhadores e de grupos nacionalistas. No Boletim do SINDIPETRO/BA (04/07/1983, p.2) e no artigo de Carlos Lucena, foi mencionada a edição de um decreto retirando direitos dos funcionários do setor estatal que teria sido substituído pelo 2.036, cujos efeitos ficariam restritos aos novos contratados. Não há nenhuma contradição entre as versões, pois, como o governo havia recuado retirando o Decreto 2.024 / 2.025<sup>38</sup>, a greve de fato teria ocorrido em função do 2.036, temos apenas mais um exemplo de apagamento da memória.

---

<sup>38</sup> A divergência na numeração do decreto existente entre Carlos Lucena e o Boletim do SINDIPETRO/BA pode ter ocorrido por um erro de digitação ou equívoco devido aos sucessivos decretos editados em 1983. Pesquisamos no Diário Oficial da União e os decretos 2.024 (D.O.U, 26/05/1983, p. 8.948) e 2.025 (D.O.U, 8/6/1983, p. 9.713) não se referiam à retirada dos direitos dos funcionários do setor público, mas, como o governo o teria retirado, possivelmente, essa numeração tenha sido herdada por outro decreto.

Para Lucena, a greve teve um tom metafísico devido à falta de compreensão das lideranças petroleiras de que estava em jogo “formas de reprodução e acumulação do capital financeiro manifesto na cobrança de juros sobre juros” e o impacto nas economias centrais, independentemente da “elevação da pobreza na periferia do capitalismo”, por isso, enquanto se defrontavam com a fase embrionária do projeto neoliberal no Brasil, atribuíam ao governo uma autonomia política e centralidade das quais era desprovido.

Na prática, a greve parcial de uma única categoria profissional teve poder político limitado em barrar este processo mundializado, cuja resistência, tomando como referência sua amplitude, teria maior possibilidade de êxito através de uma organização dos trabalhadores em âmbito internacional. Os petroleiros estavam em disputa contra frações de classe burguesa vinculadas à reprodução do capital, principalmente, em sua forma financeira cuja ação se explica na circulação do capital em âmbito internacional (LUCENA, 2014, p. 244-5).

Para Carlos Lucena, os trabalhadores brasileiros, destacando os petroleiros, não compreendiam esse processo porque os debates sobre as contradições internas e externas manifestas no empobrecimento dos países periféricos e seus impactos na economia e na política estadunidense eram restritas aos centros acadêmicos. Diríamos que, independentemente disso, essa desejada articulação sindical internacional seria improvável porque sequer havia no sindicalismo brasileiro um consenso de como enfrentar a ditadura, o que dificultou a criação de uma central única dos trabalhadores, e, sem essa direção nacional, tornava-se mais difícil pensar numa articulação com sindicalistas de outros países. Além disso, o momento do sindicalismo brasileiro era assimétrico ao Europeu e ao dos Estados Unidos, que já haviam sofrido as consequências do neoliberalismo (RODRIGUES, 2002, p.34, 41, 44, 45, 53, 54 e 59; MCLLROY, 2002, p.40), e na América Latina havia diferenças substanciais entre os processos de enfrentamento aos regimes autoritários.

O próprio Carlos Lucena reconheceu inexistirem as condições materiais para a ruptura com o modo de produção capitalista, visto que os movimentos sociais acompanhavam a tendência existente no Brasil de um gradativo processo de transição burguesa (LUCENA, 2014, p. 244-9). Então, mesmo tendo sido uma resposta insuficiente, a greve petroleira de 1983 contribuiu para a revogação do Decreto 2.036 em 20/10/1983 (D.O.U, 24/10/1983, p. 17.961) e constituiu-se num passo importante para a consolidação de um campo de resistência próprio dos trabalhadores que, seis anos depois, voltaria a se confrontar no segundo turno das eleições presidenciais com os defensores do neoliberalismo no Brasil.

Como a greve dos petroleiros se confrontou com esse processo internacional, a ditadura sabia o quanto lhe era vital derrotá-la para continuar sendo vista como necessária aos EUA e às frações da classe burguesa vinculadas principalmente à forma financeira de reprodução do capital, assim, utilizou as mais variadas táticas repressivas.

O próprio Presidente da empresa foi à REPLAN pressionar os trabalhadores a voltar ao trabalho; gerentes com cargos administrativos, acompanhados de policiais federais, foram à casa dos funcionários ameaçando-os de demissão caso não retornassem ao trabalho; proibição da imprensa cobrir a greve ao vivo, e ainda, uma parcela dela criminalizou a ação dos grevistas; repressão policial a toda manifestação favorável aos petroleiros e o 2º Exército ficou de prontidão. No dia nove de julho, foram demitidos cem petroleiros em Paulínia e cento e oitenta em Mataripe, criando o terror numa categoria profissional que não conhecia no seu cotidiano de trabalho a demissão por “justa causa” e o conseqüente desemprego.

As demissões continuaram após o término da greve, no local de trabalho ou depois do expediente, criando a expectativa funesta da divulgação de novas listas de demissão. Na porta das refinarias foram criadas filas de identificação e palestras de conscientização empresarial para discutir as conseqüências da greve. A direção da Petrobrás afirmou que aquele era um exemplo de que os trabalhadores não deveriam se envolver com o sindicato, pois militância era sinônimo de demissão (LUCENA, 2014, p.240-2).

Nem mesmo as solicitações de conciliação feitas por interlocutores de peso na sociedade, a exemplo de Dom Avelar Brandão Vilela, foram atendidas pela direção da Petrobrás.

(...) petroleiros estáveis demitidos da Petrobrás em meados do ano passado, por terem participado da greve na Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, tiveram outra vitória na Justiça: em sessão, ontem à tarde, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), foi rejeitado o mandato de segurança impetrado pela empresa contra a medida cautelar acatada inicialmente pela Junta de Conciliação e Julgamento de Santo Amaro da Purificação, garantindo aos trabalhadores o direito de receberem o pagamento de seus salários, enquanto não é proferida a sentença da questão envolvendo a Petrobrás e os petroleiros. (...), porém, o advogado da empresa, Manoel Machado, ao final da sessão, disse que a empresa recorrerá da decisão junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e, assim, a vitória de ontem não representa muita alegria para os petroleiros, os quais continuam apreensivos, sob expectativa e enfrentando todo tipo de dificuldades para sobreviverem. (...) Na sua intervenção, Calmon de Passos fez sérias críticas à Petrobrás, referindo-se, inclusive, a falta de sensibilidade do presidente da empresa, Shigeaki Ueki, em relação à questão dos petroleiros até quando o cardeal Avelar Brandão Vilela tentou interceder junto a ele em favor dos trabalhadores (JORNAL A TARDE, 19/01/1984, p.3).



A influência da greve de 1983 nas futuras lutas petroleiras já foi sentida na campanha reivindicatória de 1984, além do conteúdo político dos anos anteriores, como a garantia do emprego, primeirização<sup>39</sup> da mão de obra nos estaleiros, reajustes salariais acima do índice oficial, constou a reintegração dos demitidos de Paulínia e Mataripe<sup>40</sup>.

O Presidente Milton Cecílio de Freitas revelou que a assembleia realizada pela categoria decidiu exigir um reajuste de 110% acima do INPC para quem ganha até três salários mínimos e 100% para as demais faixas salariais; a derrubada do Decreto 2.065, quebrado pelo próprio presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, quando solicitou um reajuste ao Conselho Nacional de Política Salarial, em benefício próprio. Seriam realizadas assembleias nas áreas de trabalho dos petroleiros e a categoria estava em estado permanente de mobilização com a formação de comissões na capital e no interior do estado. Havia 22 reivindicações, dentre as quais garantia no emprego, reajuste trimestral, negociação para índice de produtividade, impedimento de contratação de mão-de-obra empreiteira nos estaleiros e luta pela reintegração dos demitidos em Mataripe e Paulínia na greve do ano passado (JORNAL A TARDE, 28/07/1984, p.4).

Em 1984, na vigência do Decreto 2.065 (D.O.U, 28/10/1983, p. 18.281), os operários da Petrobrás estavam pedindo a sua revogação, alegando que o mesmo já havia sido derrubado quando Shigeaki Ueki, Presidente da Companhia, em benefício próprio, pediu um aumento diferenciado do previsto na Lei, constituindo-se num instrumento político importante contra a Política salarial, pois, se nem os cargos de confiança estavam querendo respeitá-la, não seriam os operários que o faria.

Não encontramos no *jornal A Tarde* o desfecho desta campanha reivindicatória, mas, antes mesmo da data-base, vimos uma nota sobre a ameaça de greve dos operários da refinaria de Cubatão contra a pressão da gerência para forçar os trabalhadores a assinarem o acordo coletivo abrindo mão do turno de 6H (JORNAL A TARDE, 9/02/1984, p.10), conquistado nos anos 1960, e que constou da pauta reivindicatória aprovada no Encontro Nacional dos Dirigentes de 1981. A Petrobrás seguia a política de redução dos custos e os operários de Cubatão, apesar da repressão vista no ano anterior, continuaram apostando na greve como instrumento de resistência à retirada dos direitos.

Em 1984, também ocorreram as eleições nos sindicatos dos petroleiros da Bahia tendo como novidade a eleição de Mário Lima para Presidência do SINDIPETRO, que não

<sup>39</sup> Promover a reversão da terceirização.

<sup>40</sup> Segundo Carlos Lucena foram 152 demissões em Paulínia e 189 na Bahia. O boletim do Sindipetro/BA reporta 205 demissões na Bahia e 153 em Paulínia. Enquanto o jornal A Tarde apresentou um total de 349 demitidos, sendo readmitidos em 1985, por força do acordo com a Petrobrás, 247, destes, 117 eram baianos (JORNAL A TARDE, 2/05/1985, p.9).

satisfeito em ter aposentado “as áreas radicais minoritárias ligadas ao PT” da direção deste sindicato, buscou fazer o mesmo no STIEP, lançando uma carta aberta aos seus associados pedindo voto para a chapa 2, para impedir que Milton Cecílio, segundo ele, militante do PT, permanecesse no poder por mais três anos, totalizando doze anos de domínio dos “pretensos radicais” responsáveis pela divisão do movimento sindical brasileiro (JORNAL A TARDE, 15/10/1984, p.8).

Nas eleições sindicais de 1984, a conjuntura foi favorável a Mário Lima, pois, num momento em que a categoria estava preocupada em reverter as demissões do ano anterior, a sua vinculação com o movimento dos anistiados pela reintegração de todos os demitidos de 1964 (COSTA, 2012, p.9), poderia lhe render dividendos eleitorais e ele soube explorar as consequências da greve de 1983, acusando os dirigentes sindicais de aventureiros, responsáveis pelo isolamento do sindicato e por levar o sofrimento aos trabalhadores. A forma como os dois sindicatos dos petroleiros da Bahia foram caracterizados por Mário Lima, nos levou a discutir no próximo tópico quais teriam sido os critérios adotados por Carlos Lucena para dizer que apenas o Sindipetro tinha ligações com o “novo sindicalismo”.

### **3.3. O NOVO SINDICALISMO E OS PETROLEIROS DA BAHIA.**

A primeira análise do “novo sindicalismo”, segundo Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez Souza, foi feita em 1975 por Maria Hermínia Tavares Almeida, na qual os seus integrantes teriam em comum a oposição à política salarial e a defesa da autonomia sindical. Essa nova corrente sindical tinha múltiplos subgrupos, dentre os quais, Isabel Ribeiro Souza identificou esses quatro como os principais:

“Unidade sindical”, de postura moderada, cujo presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foi o principal porta-voz; “Autênticos”, que tinha como figura de maior destaque o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, se diferenciava do primeiro pela independência frente ao aparato estatal e por ter a mobilização como principal recurso de poder; “Oposições sindicais”, crítica aos dirigentes sindicais, mas, possuía afinidades com os “Autênticos” e os “Radicais”, grupo minoritário, contudo influente, devido à formação marxista dos seus militantes, que não aceitava subordinar-se aos limites da estrutura sindical, sendo áduos defensores dos delegados sindicais e das comissões de fábrica (SOUZA, 1988, p.46-7).

Na análise preliminar de Maria Hermínia Almeida, essa nova corrente sindical se assemelharia ao sindicalismo estadunidense, com muita formação técnica, mas despolitizada. Almeida, em 1978, segundo Isabel Ribeiro, reconsiderou sua interpretação inicial, dizendo

que ela não teria se concretizado devido à politização das “lideranças combativas”, conforme pudemos perceber no Manifesto lançado na abertura do Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI).

É preciso que se diga que a exigência número um das entidades sindicais de trabalhadores é a plena liberdade sindical. A evolução da autonomia dos sindicatos se confunde com a restauração do direito de greve para que na luta pacífica, igualitária, fraterna, conquistemos a liberdade da contratação coletiva do trabalho, a estabilidade no emprego, suprimida pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), bem como a libertação do Ministério do Trabalho.

O descompasso entre os anseios do nosso povo e o regime legal vigente que regula as relações entre o capital e o trabalho está comprovado com os movimentos grevistas vitoriosos no ABC paulista e em outras partes do país. O direito de greve deve ser plenamente assegurado para permitir nossa participação nas comunidades a que emprestamos nossos esforços produtivos, que precisa reverter em proveito de todos, a começar de nós mesmos. Não nos esqueçamos que mais de 90 % dos trabalhadores brasileiros recebem entre um e cinco salários mínimos, enquanto uma minoria insignificante de exploradores obtém lucros escorchantes. Não se pense que os sindicatos “autênticos” silenciaram a força das leis de exceção, acreditando no “diálogo”.

Não podemos nos conformar com as peias e restrições que nos prendem. Queremos nos libertar do AI-5 que pesa sobre o trabalhador, que é a Consolidação das Leis do Trabalho. Como, pois, pensar em reformas políticas e, ou reformas institucionais, sem reformar a atual legislação trabalhista copiada do modelo corporativo da Carta Del Lavoro quando imperavam as idéias de atrelar os sindicatos ao Estado Novo? Deixar a reforma sindical para depois, significa mais uma frustração das Justas aspirações dos trabalhadores que se sentem em condições de dialogar, de igual para igual com as representações das categorias econômicas (JORNAL A TARDE, 25/07/1978, p.9)

Os signatários desse Manifesto rivalizaram com a propalada reforma institucional do Presidente Ernesto Geisel: “não se pense que os sindicatos “autênticos” silenciaram à força das leis de exceção, acreditando no ‘diálogo’”. O diálogo entre aspas representava a insatisfação com as modificações que o governo vinha introduzindo na área trabalhista, sem abrir mão da CLT, considerada por eles, o AI-5 que pesava sobre os trabalhadores. O Presidente da CNTI, Ary Campista, teve frustradas suas pretensões de apresentar a reforma institucional como positiva e esvaziar a convocação das “lideranças combativas” para o Congresso dos metalúrgicos em outubro (SOUZA, 1988, p.54), devido à articulação dos “combativos” (SARTI, 1981, p.6).

Esse Manifesto, claramente de oposição à ditadura e em defesa da autonomia sindical, foi assinado por quarenta e sete entidades, entre Confederações, Federações e Sindicatos, mas

nem todas se constituíram como do “novo sindicalismo”. Essa definição identitária do “novo” é complexa porque ela foi sendo forjada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica na qual houve excessos no corte entre o “novo” e o “velho” que obscureceram as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos, resultando num reducionismo nas visões sobre o passado que serviu para a idéia de ruptura total entre o “novo” e o “velho” (SANTANA, 1998, p. 19-35).

Marcelo Badaró Mattos sugeriu a necessidade de atualizar ou rejeitar teses e interpretações tradicionais que não comprovam que o “novo sindicalismo” representou efetivamente uma novidade, pois também reconhece que essa categoria se construiu em meio à erupção do fenômeno, precisando os analistas acadêmicos atualizar, ou rejeitar, teses e interpretações tradicionais, que não comprovam a novidade do “novo sindicalismo” (MATTOS, 1998, p.55). Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez Souza diz que, inequivocamente, a novidade do “novo sindicalismo” foi o surgimento de novas lideranças e a defesa da unidade e solidariedade de classe, não se restringindo ao moderno parque industrial brasileiro.

Tal como em 1978, o movimento grevista se espalhou para outras categorias e outros Estados, cabendo registrar apenas nova atuação da “Unidade sindical” por ocasião de uma greve extremamente caótica de operários da construção civil de Belo Horizonte. Esta greve, ocorrida em meados do segundo semestre de 1979, acabou sob o controle de Lula, Henos Amorina, Hugo Perez e Jacob Bittar, que para lá se deslocaram. Cabe notar que numa das assembleias então realizadas Lula já afirmava representar 60 sindicatos (SOUZA, 1988, p. 59-0).

Ao passo em que o “novo sindicalismo” foi se definindo a partir das experiências vividas pelos trabalhadores, os grupos foram modificando as suas composições com adesões e dissidências. No III Congresso dos metalúrgicos de 1978 foi criada a intersindical, mas sem muita efetividade, pois até mesmo os “autênticos” estavam sendo criticados pelas “oposições sindicais” por apresentarem-se muito conciliatórios. Em janeiro do ano seguinte, no Conclave de Lins, elas foram impedidas de participar e excluídas da aliança entre os “autênticos” e a “Unidade sindical” que recebeu essa mesma denominação. “Neste Congresso, tenso e conflitado, ainda foi possível obter uma pauta comum em torno da rejeição da Lei de greve, da importância de se realizar greves de solidariedade, de se criar uma Central única, dentre vários outros pontos” (SOUZA, 1988, p. 83-5). Já a proposta de criar o Partido dos trabalhadores nos moldes que foi aprovada não foi bem recepcionada por muitos dos “combativos” (MARANHÃO, 1981, p.7).

Entre os que optaram pelo PT, a discussão passou a girar em torno de três pontos: base do partido, sua ideologia e estabelecimento adequado para o seu lançamento público. Mas esta última questão foi resolvida na prática por líderes “radicais” que no 1º de maio lançaram o Manifesto de Criação do Partido dos Trabalhadores. Esta iniciativa criou dificuldades para os “autênticos”, até então aliados aos líderes da “unidade sindical” (SOUZA, 1988, p.124).

As “oposições sindicais” realizaram, em abril de 1979, um Congresso no qual os “radicais” constituíram-se a maioria e aprovaram a rejeição a qualquer tipo de aliança com a “Unidade sindical” (SOUZA, 1988, p.86). Como este subgrupo e muitos “autênticos” viram na criação do novo partido uma atitude divisionista, os “radicais” os atropelaram, lançando, no 1º de maio de 1979, o Manifesto de Criação do PT, causando dificuldades para os “autênticos” manterem-se aliados à “unidade sindical”, pois, de um lado as “oposições sindicais” repudiavam a aliança com “Joaquinzão” e Argeu dos Santos, e, do outro, o próprio Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo acusava o novo partido de ser divisionista. Isso levou os “autênticos” a terem uma posição mais definida frente à fundação do partido, mas sem descartarem a possibilidade de convencer as lideranças da “unidade sindical” a inserirem-se nesse projeto (SOUZA, 1988, p. 122-5).

Segundo Carlos Lucena, as discussões, debates, acordos e alianças de diferentes tendências sindicais para a fundação do PT e da futura Central Única dos Trabalhadores fortaleceram o estabelecimento de pactos políticos de enfrentamento ao governo militar-civil. Ainda segundo ele, a aliança entre os petroleiros e os metalúrgicos do ABCD teria ocorrido por serem suas diretorias compostas por diretores que, em sua maioria, pertenciam à “Articulação”, tendência política interna do Partido dos Trabalhadores.

Essa afirmação se justifica na realização de uma assembleia conjunta entre petroleiros e metalúrgicos ocorrida em 03 de julho de 1983 à qual foi votado que caso os primeiros entrassem em greve, essa ação seria acompanhada pelos trabalhadores do ABCD paulista (LUCENA, 2012, p.238).

Observamos nas alianças entre petroleiros e petroquímicos na Bahia, mencionadas no tópico anterior, a presença de lideranças vinculadas ao “novo sindicalismo”, mas elas não se constituíam maioria nas direções do SINDIQUÍMICA e STIEP, e isso não impediu que o SINDIPETRO, apontado por Lucena como ligado ao “novo sindicalismo”, agisse conjuntamente com esses dois sindicatos.

Entre os petroquímicos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era hegemônico, mas, “depois de 78 começa [sic] a aparecer forças (...), ou seja, começa a aparecer o MR8 (...) o PC do B tinha alguns simpatizantes, né? A AP aparece como uma força (...) o PCB retoma mais [sic] começa a haver cisões internas” (CRH/UFBA, 02/05/86, p.89). Segundo V. R, apesar dos militantes do PT serem uns gatos pingados, eles “jogavam assim pesado o [sic] discurso assim de arrasar, pois eles achavam que o pessoal do PCB era imobilista” (CRH/UFBA, 02/05/86, p.91-2). Na votação “a esquerda toda estaria lá presente, tava o pessoal do PT, tava o MR8, tava o Partidão” (CRH/UFBA, 02/05/86, p.62). O primeiro Presidente do SINDIQUÍMICA se considerava um inocente útil, “o PCB achava que eu podia ser captado prá o PCB (...) todas as tendências fizeram assim um trabalho de captação (...)”, mas, ele permaneceu na condição de independente (CRH/UFBA, 02/05/86, p.92).

Antes mesmo do surgimento do SINDIQUÍMICA em 1978, petroquímicos e petroleiros já atuavam conjuntamente, mesmo tendo o fundador da ASPETRO, Jair Brito, militante do PCB, a compreensão de que os presidentes do Sindipetro e STIEP fossem pelegos e “não se afinavam com os movimentos e com o Comando Geral dos Trabalhadores” (CRH/UFBA, 02/05/86, p.54); o que evidencia que os petroleiros já tinham uma tradição de alianças com outras direções, independentemente de terem a mesma orientação política. Interessante destacar que os sindicalistas do pré-64, acusados de praticarem o “comuno-peleguismo”, ao defenderem um comando unificado para os trabalhadores, inclusive solidarizando-se com categorias de fora da área industrial (NÓVOA, 1990, p. 66-7), assemelhavam-se aos “combativos” do “novo sindicalismo”.

Restringindo a nossa análise aos sindicatos dos petroleiros da Bahia, observamos o STIEP e o SINDIPETRO atuando conjuntamente na maior parte do tempo, sendo suas ações assemelhadas; inclusive Mário Lima apontou as suas direções como vinculadas às áreas radicais minoritárias do PT.

#### CARTA ABERTA AOS COMPANHEIROS DO STIEP.

- 1) Todos os companheiros trabalhadores do petróleo conhecem a minha luta desde a fundação do SINDIPETRO. Sempre estive ao lado do STIEP nas suas reivindicações e sempre compartilhei das muitas conquistas conseguidas pelo esforço coletivo dos petroleiros;
- 2) Nesta oportunidade, numa linguagem clara, direta e firme, quero prestar alguns esclarecimentos e lembrei alguns fatos da maior importância para todos nós, sem os quais a categoria poderia ficar confusa ou enganada;
- 3) Fui eleito recentemente para a presidência do SINDIPETRO, sindicato irmão do STIEP, figurando na Chapa 2, enfrentando a Chapa 1, que era controlada pelo PT. Nesta eleição o Sr, Milton Cecílio, militante do PT e presidente do STIEP, juntamente com o presidente da Sotape, Astério Costa, participou ativamente da campanha da Chapa 1, sendo derrotado pela Chapa 2, por mim encabeçada, que teve dois terços dos votos;

4) Concorri e ganhei porque considero que o sindicato é coisa muito séria e não pode ficar entregue a setores que dividem o sindicalismo, como algumas áreas do PT, que mais parecem “macacos em casa de louça”. Por todo o Brasil, os setores pretensamente radicais do PT, adeptos da tese “quanto pior melhor”, só têm provocado a divisão do movimento sindical, as aventuras em que tem jogado os trabalhadores já provocaram muito sofrimento aos operários e o esvaziamento de muitos sindicatos. No SINDIPETRO encerraram a carreira, salvo se mudarem de posição, e passarem a atuar de maneira unitária e não aventureira.

5) Nas eleições do STIEP, que se iniciam nesta segunda-feira, dia 15 de outubro, não abro mão do democrático direito de apoiar e participar da campanha da Chapa 2, de maneira clara e destemida, para ajudar a acabar com o continuísmo que já dura quase 10 anos e que pretende manter o STIEP subserviente e comprometido com a estreita política partidária de setores minoritários do PT.

6) Temos uma posição muito clara a respeito dos partidos. Eles são necessários, fundamentais à democratização são a consolidação da democracia em nosso País. Mas os sindicatos não podem e não devem estar atrelados ou subordinados a qualquer partido político, como vem fazendo o Sr. Milton Cecílio com o STIEP e a SOTAPE; (JORNAL A TARDE, 15/10/1984, p.8).

Nos seis primeiros itens, que correspondem a 50% da Carta, Mário Lima recorreu à memória do passado com o intuito de lembrar “alguns fatos da maior importância para todos nós, sem os quais a categoria poderia ficar confusa ou enganada”. Assim, apresentou-se como alguém que participou da origem do movimento sindical petroleiro, atuando de forma conjunta com o STIEP e partilhando conquistas para revestir-se da autoridade necessária para pedir aos associados deste sindicato o fim do continuísmo de quase dez anos de uma direção ligada aos setores responsáveis pela divisão do sindicalismo brasileiro e por levar o sofrimento aos trabalhadores, por serem adeptos do “quanto pior melhor”.

Mário Lima vinha de dentro do movimento sindical, ele conhecia o processo de formação do PT e as disputas entre os denominados “moderados” e “radicais” no interior do sindicalismo brasileiro. Mas cabe ao historiador investigar as representações do real contidas nos depoimentos, pois não são apenas meras exteriorizações de realidades (CARDOSO, 2012, p. 29). Assim, não seria nenhum absurdo pensar na possibilidade de Lima ter recorrido ao passado motivado pelas questões do presente, no qual os petroleiros estavam fragilizados devido às demissões dos grevistas de 1983, para vincular as direções dos dois sindicatos às “lideranças combativas” acusadas de se comportarem de forma “aventureira”, com o intuito de obter dividendos políticos para o grupo que ele apoiava nas eleições do STIEP, haja vista já ter tido êxito no pleito do SINDIPETRO.

Consideremos as inúmeras armadilhas encontradas em torno dos processos de elaboração de versões sobre determinado passado. Partindo de um pressuposto lógico de tensões e complexidades de conceitos ideológicos e formativos de cada indivíduo, sua memória estará estritamente atrelada aos seus interesses e suas formas de observar o que viveu, bem como sua visão política (CARDOSO, 2014, p. 400).

Quando perguntamos a Alberto Sampaio, que em 1984 disputou a presidência do STIEP pela Chapa 2, sobre o posicionamento político de Milton Cecílio, ele respondeu que o Presidente do STIEP não era filiado ao PT, e sim ao PMDB, e que era receptivo a todos que quisessem participar do sindicato, independentemente da orientação política, inclusive dos mais jovens ligados ao Partido dos Trabalhadores<sup>41</sup>. A caracterização feita por Sampaio nos permite concluir que a direção do STIEP não era vinculada ao “novo sindicalismo”, mas sim influenciada por essa corrente sindical. Essa visão de Alberto Sampaio nos pareceu mais realista, pois, se o STIEP fosse atrelado ou subordinado ao partido, conforme Lima sugeriu, com a vitória de Cecílio nas eleições de 1984, ele o teria filiado à CUT, contudo isso só aconteceu em 1991.

Milton Cecílio, por exemplo, em 1983, havia apoiado o movimento dos anistiados do qual Mário Lima fazia parte e, dois anos depois, esteve junto com ele na reunião com o Ministro das Minas e Energia em defesa dos anistiados, realizada na sede do SINDIPETRO. Alberto Sampaio, que havia recebido nas eleições de 1984 o apoio de Mário Lima para acabar com o continuísmo de Milton Cecílio na direção, na sucessão seguinte compôs com ele uma chapa e conseguiu tornar-se Presidente. A primeira chapa cutista, segundo Ednaldo Sacramento, contou com o apoio de Sampaio em 1990, em troca do apoio do STIEP a sua candidatura à Presidência da Federação Nacional dos Petroleiros (FENAPE)<sup>42</sup>.

Percebe-se que, mesmo com a denominada ruptura orgânica no movimento sindical brasileiro ocorrida em 1983, os chamados “sindicalistas petistas” ou “cutistas” fizeram as alianças possíveis e necessárias para assumir as direções das entidades, desta forma, seria ingênuo pensar que todos os integrantes das diretorias sindicais vinculadas à CUT nos anos 1980 tivessem o perfil político descrito por Marcelo Badaró Mattos:

---

<sup>41</sup> Encontrei de forma fortuita com Alberto Sampaio no estacionamento da Prefeitura de Alagoinhas/BA acompanhado por Itamar Gomes que o apresentou. Após uma breve conversa, peguei o número do seu telefone celular e passamos a trocar mensagens via whatsapp.

<sup>42</sup> Segundo Ednaldo Sacramento, esse acordo foi articulado por dois integrantes da “Articulação”, que compunha a chapa, sem ter sido do conhecimento de todos. Ele, que era independente e cortejado por várias tendências, só ficou sabendo depois. Também obtivemos essas informações através do whatsapp.



Se assentar na defesa de um modelo alternativo, um “novo sindicalismo”, pautado pela atuação “classista” e combativa e organizado a partir da base, ou seja, enraizado nas empresas através das organizações por local de trabalho (...) orientação classista e ênfase na organização por fábricas, seriam então o núcleo desta proposta de “novo sindicalismo” (MATTOS, 2009, p.120).

Estamos convencidos que a feição assumida pelos “combativos”, a partir de 1983, explica-se em grande parte pela militância das “oposições sindicais”, especialmente dos “radicais”, fazendo com que as duas maiores expressões políticas do “novo sindicalismo” – o PT e a CUT – trilhassem nos anos 1980, considerados o da era do “novo sindicalismo” (MATTOS, 2009, p.68) um caminho próprio da classe trabalhadora sem subordinar-se à Frente ampla pela redemocratização hegemônica pelos liberais.

Em 1983 os integrantes da Unidade Sindical recebiam que as ondas de greves sob o comando das “lideranças” combativas estivessem “cutucando o bicho com vara curta”. Cinco anos depois, mais uma vez, tiveram posicionamentos diferentes quanto ao combate à estrutura sindical do pré-64. Enquanto os “combativos” invocavam a convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), defensora da autonomia sindical. Os “moderados” não romperam com o atrelamento dos sindicatos ao Estado. O bloco dos PCs fez acordo com os setores mais conservadores da sociedade e saiu vitorioso. Ficou mantida a unicidade e o imposto sindical. A Convenção da OIT foi rejeitada. No Brasil legal, não se deixará espaço para a liberdade sindical. Depois desta derrota, a CUT mais uma vez voltará às bases e repetirá o seu refrão: “A luta continua...” (GIANNOTTI; NETO, 1990, p. 33-41).

Na greve dos petroleiros de 1983, segundo Carlos Lucena, a resistência ficou restrita a duas bases dirigidas pelos dois únicos sindicatos do sistema Petrobrás vinculados ao “novo sindicalismo”. Embora relativizemos essa afirmação, pois a existência de uma direção avançada ou até mesmo radical não garante que a base irá acompanhá-la, sabemos que a direção do SINDIPETRO, desde o ano de 1981, quando realizou a greve de fome na refinaria, assumiu uma postura mais combativa que o STIEP. Na própria greve de 1983, mesmo tendo parado alguns campos de petróleo por algumas horas, só encontramos a menção de solidariedade feita por um dos seus diretores aos grevistas da RLAN, sendo, inclusive, demitido por isso.

Ressentimo-nos dos boletins, atas e das fontes orais para definir se em 1983 o STIEP e SINDIPETRO eram do “novo sindicalismo”<sup>43</sup>. Inegavelmente suas direções tiveram uma atuação conjunta e nas eleições de 1984 estiveram juntas contra Mário Lima. Apesar disso, não podemos afirmar terem tido a mesma orientação política, pois dada as características do sindicalismo petroleiro, as parcerias entre os diferentes sindicatos era algo comum. Acreditamos que havia no movimento sindical petroleiro baiano o contato com as proposições do “novo sindicalismo”, e inclusive havia militantes de correntes políticas marxistas que contribuíram na formação política desses operários, afinal de contas, é através das experiências vividas pelos trabalhadores que eles adquirem a consciência de classe (THOMPSON, 2002, p.10).

No caso específico dos petroleiros baianos, entre 1938 e 1954<sup>44</sup>, foram tomando consciência dos sentimentos e sofrimentos alheios, identificando-se com outros sujeitos em mesma situação, ou seja, a “consciência de si”, tornando-se capazes de apreender a realidade que os cercavam. Nesse processo, eles protagonizaram uma importante greve pela equiparação salarial em 1960, contudo, não romperam com a construção ideológica acerca das estatais e de os seus empregados estarem imbuídos dos mesmos propósitos de desenvolvimento do país, razão pela qual deveriam primar pelo diálogo ao invés do confronto.

A ruptura com essa postura iniciou-se a partir de meados dos anos 1970, com os dois sindicatos baianos assumindo uma proposição mais reivindicatória, contudo, mesmo tendo participado da criação de um partido para a classe trabalhadora, ainda não tinham atingido a “consciência para si”, pois essa contém a percepção de que a organização enquanto classe unida é a chave para a ação política em direção à transformação do *status quo*. Segundo a teoria marxiana, a “classe em si” é a condição para se chegar à “classe para si” (ENGELS, 2005; MARX, 2003; MARX, 2004; MARX; ENGELS, 2005). Inegavelmente, o processo de fundação do PT propiciou mediações sociais importantes para a intensificação do grau de intensidade da consciência de classe que não é linear e está sujeito a saltos e retrocessos.

Como lembrado por Marcelo Badaró, “os abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC, desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983”, e estes não ficaram restritos à região do ABC paulista, embora os estudiosos e a imprensa tenham dado mais atenção a eles, algo

---

<sup>43</sup> Não conseguimos maiores informações sobre o SINDIPETRO, mas sabemos que, diferentemente de nós, Carlos Lucena teve acesso aos boletins informativos e às Atas do Sindipetro de Paulínia. Isso dá a ele uma melhor condição de definir o perfil político da direção desse sindicato em 1983. E, em 1962, uma chapa vinculada a POLOP e outra à AP, juntas alcançaram 7%, enquanto Mário Lima foi eleito com 93% dos votos.

<sup>44</sup> Respectivamente, o ano da criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e o da fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo.

plenamente justificado por Eurelino Coelho, por terem ocorrido no centro nevrálgico do capitalismo brasileiro (COELHO, 2012, Pág. 49). O próprio jornal A Tarde, ao retratar as conquistas dos petroquímicos em 1979, comparou os ganhos aos dos metalúrgicos paulistas (SENA, 2011, p.99), àquela altura referência do “sindicalismo combativo” no Brasil (MATTOS, 1998, p. 148). Assim, pouco se fala que a proposta de criação do PT foi apresentada pela primeira vez na Bahia, no Congresso dos petroleiros e petroquímicos, realizados em Salvador em 1978, e do partido ter sido fundado nesse Estado, antes que no Brasil (PARANHOS, 2011, p.94).

O “tipo ideal” de partido dos trabalhadores adotado pelo jornal A tarde teve também os metalúrgicos do ABC paulista como referência. Por essa razão, publicou uma nota apontando que o partido na Bahia estava sendo estruturado por estudantes universitários com um caráter radical distinto do seu idealizador, Lula. O jornalista sugeriu que, se as palavras proferidas na reunião fossem espremidas, pingaria sangue, a ponto de o único operário presente ter saído com medo do que ouviu.

Quem escreveu a matéria sugeriu um erro de interpretação dos que estavam estruturando o PT na Bahia, mas, na verdade, essa observação revelava o seu desconhecimento quanto às lutas operárias não terem sido as únicas a se destacar, outras experiências organizativas das classes subalternas fora do mundo do trabalho também ganharam impulso: associações e movimentos de moradores, de usuários de transportes coletivos, de negros, comunidades eclesiais de base (COELHO, 2012, p. 435). Além disso, jovens baianos do movimento estudantil secundarista e universitário estavam entre o operariado (PARANHOS, 2011, p. 96), especialmente na indústria petroquímica, cujos índices de crescimento no Estado foram maiores do que o nacional (CRUZ, 1999, p. 169). Trabalhadores com esse perfil também entraram na Petrobrás, a exemplo de Germínio Borges<sup>45</sup>, que ingressou na RLAN em 1973, tornando-se dirigente sindical seis anos depois.

O Pólo petroquímico ter entrado em funcionamento em 1978 não mudou apenas a feição da Bahia, o movimento dos petroquímicos também passou por um processo de transformação com a imigração de jovens que já haviam vivido a experiência do mundo do trabalho em outros Estados, vindo para o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) por não mais encontrar emprego na sua região de origem devido ao envolvimento com a luta sindical.

---

<sup>45</sup> No almanaque memórias dos trabalhadores da Petrobrás, ele apenas disse que atuava no movimento estudantil, mas não disse se era secundarista ou universitário. Edmilson Araújo acredita que era secundarista.

Ao chegar à Bahia, J.R.S. procurou emprego numa fábrica de celulose que estava sendo inaugurada no Pólo. A partir daí, “em função da minha experiência e da luta do movimento sindical em Minas Gerais..., eu acabei participando de toda a campanha salarial dos químicos e petroquímicos de 1979, na verdade, sem ser petroquímico”, e completa enfatizando: “eu era apenas um ativista”. Essa empresa de celulose entrou em crise, esse militante e outros trabalhadores foram demitidos, e dessa forma ele foi empregado numa empresa do ramo químico. Além disso, ele enfatiza que, ao chegar à Bahia, “tive a honra de participar da primeira reunião que Lula veio à Bahia pra tentar fundar o PT... e nós fundamos o PT na Bahia antes do Brasil” (PARANHOS, 2011, p. 94).

A fundação do PT na Bahia não esteve desassociada das lutas operárias, como insinuou a matéria do jornal A Tarde. E ela passou pelo movimento dos petroquímicos e petroleiros, constituído por jovens secundaristas e universitários, tendo muitos deles a crença de que poderiam fazer a revolução socialista no Brasil. Alagoinhas, que tinha campos de petróleo no seu território, abrigava também trabalhadores das indústrias petrolífera e petroquímica que trabalhavam fora, repercutindo na sua vida política todo esse processo de politização das lideranças combativas resultante na criação do PT – contamos essa história no próximo capítulo.

## 4. POLÍTICA BAIANA E CRIAÇÃO DO PT EM ALAGOINHAS

### 4.1. O CENÁRIO POLÍTICO

O governador Antonio Carlos Magalhães (ACM), que disputava internamente com os seus correligionários a condição de liderança regional (SNI nº 026/115/ASV/75, fl. 2)<sup>46</sup>, declinou publicamente o seu apoio ao emedebista Murilo Coelho Cavalcanti, contrariando os dois prefeituráveis da ARENA que fecharam os Comitês eleitorais e colocaram uma tarja preta em sinal de luto (PINTO NETO, 2014, p.95). Dois anos depois, às vésperas das eleições, Cavalcanti aderiu ao partido governista que, com esse reforço e por estar unificado na cidade, foi apontado como invencível. Mas, “deu zebra!”<sup>47</sup>: o jovem jornalista Judélio de Souza Carmo, com apenas 27 anos de idade, se elegeu prefeito, frustrando as pretensões dos arenistas (JORNAL A TARDE, 04/08/1972, p. 3 e 19/10/1972, p.3).

Segundo Pedro Marcelino Pinto Neto, isso teria acontecido porque “aglutinaram-se estudantes, em luta contra a ditadura, operários, comerciantes e todos os setores que já tinham transformado nossa cidade numa trincheira das grandes lutas libertárias” (PINTO NETO, 2015, p.96). No entanto, o próprio Judélio afastou-se desse viés mais oposicionista, atribuindo a sua provável vitória à juventude e ao apoio recebido de membros das classes produtoras, citando Miguel Santos Fontes (JORNAL A TARDE, 12/10/1972, p.8), que posteriormente viria a ser prefeito de Alagoinhas pela ARENA.

Essa postura de Judélio Carmo, antes de se eleger, revela a sua intenção de apresentar-se como conciliador, possivelmente temendo um desgaste junto ao eleitorado mais conservador. Ou ainda, de demonstrar não estar tão unificado o campo arenista como queriam fazer crer as suas lideranças. No tabuleiro das eleições, as pedras estavam sendo jogadas de parte a parte. Assim, provavelmente, numa iniciativa dos situacionistas, foi elaborado um abaixo-assinado em prol do Centro Industrial de Alagoinha endereçado ao governador, no qual o empenho do Presidente da República em promover o progresso do país foi enaltecido.

Abaixo-assinado com 8.120 assinaturas em prol do centro industrial de Alagoinhas, endereçado ao governador e com reconhecimentos ao Presidente Médici e Magalhães Neto por empenharem-se pelo progresso do país As assinaturas do citado documento representam instituições filantrópicas, associações civis, entidades religiosas e recreativas e pela população que compõe aquela zona. Na justificativa apresentaram dados do IBGE de 1951,

<sup>46</sup> Os generais monitoravam as querelas internas da ARENA, conforme visto neste documento.

<sup>47</sup> “Vai dar zebra” foi o mote de campanha utilizado por Judélio de Souza Carmo.

segundo o qual, “naquele município possuía 200 indústrias, sem qualquer auxílio governamental, o que demonstrava a sua vocação industrial”. “O lençol petrolífero, donde são extraídos o petróleo e o gás natural e o extenso lençol de água potável, são também citados como exemplos”. Além disto, destacaram a baixa renda per capita de Alagoinhas e região (JORNAL A TARDE, 16/10/1972, p.11).

Em Alagoinhas, não havia grandes diferenças entre situação e oposição no tocante ao ideário do “Brasil grande potência”, mote propagandístico do regime ditatorial, constante nesse abaixo-assinado. Judélio Carmo chegou a anunciar no jornal A Tarde que Alagoinhas poderia ter o seu Centro industrial (JORNAL A TARDE, 16/10/1972, p.11). O recrudescimento do conflito entre ARENA e MDB em Alagoinhas ocorreu a partir do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. Esse episódio fez subir a temperatura política porque o crime foi atribuído ao prefeito arenista ainda em exercício e a seu irmão.

O jornal A Tarde, ao noticiar a prisão dos dois, publicou, ao lado da matéria, uma nota informando que o vice-presidente nacional do MDB antecipou a sua visita à Bahia por conta dos acontecimentos políticos em Alagoinhas e da sua intenção de reorganizar regionalmente o partido oposicionista.

O Senador Danton Jobim, vice-presidente do Diretório Nacional do MDB, ao chegar ontem a Salvador, disse que precipitou a sua vinda à Bahia a fim de se inteirar dos acontecimentos políticos que abalaram Alagoinhas culminando com a morte do Vereador Celso Magalhães, eleito pela legenda do partido da Oposição. Em sua visita àquela cidade, o Senador, além de conversar com os Integrantes do Diretório Municipal, fará uma visita à família do Vereador assassinado. Informou, ainda, que veio a Bahia para manter entendimentos com as lideranças partidárias, objetivando a reorganização do Diretório Regional, não precisando a data desse encontro em virtude da maioria dos políticos nesta época, encontrarem-se fora da Capital (JORNAL A TARDE, 25/01/1973, p.1).

O assassinato de Celso Magalhães assumiu uma conotação de embate entre governistas x oposicionistas, sendo explorado a nível estadual e nacional pelos emedebistas. O partido oposicionista havia vencido em trinta e um municípios baianos, sendo destes, quatro importantes colégios eleitorais com mais de vinte mil eleitores (BRASIL, 1988, p.43): Feira de Santana (59.446), Vitória da Conquista (36.172), Jequié (27.834) e Alagoinhas (24.989). Isso aumentava as expectativas do MDB quanto ao desempenho nas eleições de 1974 no Estado e acendia a luz amarela para a ARENA.

Na cerimônia de posse de Judélio Carmo, apesar da tensão reinante na cidade, não houve maiores incidentes, mas estiveram presentes apenas sete vereadores, sendo três da

ARENA, dos treze eleitos. E, por não ter havido a transmissão do Cargo na Prefeitura pelo prefeito em exercício, Judélio já tinha a dimensão das dificuldades que enfrentaria. Fato destacado pelo ex-Senador, Josafá Marinho.

Quanto às possíveis dificuldades que Judélio Carmo encontrará para administrar, pois conta com minoria na Câmara de Vereadores, declarou: para uma administração que se inicia e que é dirigida por um prefeito jovem, o que mais importa é trabalhar, conquistando, através do esforço em benefício da coletividade; o clima de paz e de tranquilidade que a população reclama e merece (JORNAL A TARDE, 2/02/1973, p.3).

Possivelmente em função do assassinato do vereador emedebista em Alagoinhas, cujo mesmo grupo arenista local foi também acusado de querer assassinar o prefeito de Jequié (JORNAL A TARDE, 7/02/1973, p.8), a cidade foi escolhida para sediar o Encontro dos prefeitos eleitos pelo MDB na Bahia, com a presença do Sr. Rômulo Almeida e os deputados estaduais oposicionistas (JORNAL A TARDE, 09/02/1973, p.10). Nesse evento, foi aprovada a proposta de criação de uma assessoria intermunicipal (JORNAL A TARDE, 10/02/1973, p.8), sendo posteriormente, no Encontro realizado em Feira de Santana, definida a COTISA<sup>48</sup> para exercer essa função. (JORNAL A TARDE, 29/03/1973, p.3).

Judélio Carmo, para driblar a dificuldade de administrar sem ter a maioria dos vereadores, utilizou-se da pressão popular, alegando que o sonho de industrializar a cidade não se efetivava graças aos edis que não aprovaram o crédito especial destinado à implantação do parque industrial. O que o vereador Dimas Campos, pronunciando-se na Tribuna da Câmara, tratou de contestar.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, participamos de uma reunião na Associação Comercial, na qual toda Alagoinhas tinha as vistas voltadas para a Câmara de vereadores e esta casa se comportou à altura das suas atribuições. Temos conhecimento que o Sr. Prefeito anda anunciando que, se não existem indústrias a culpa cabe a esta casa, uma vez que, deixou de aprovar um crédito especial destinado à implantação do Parque industrial. (...) Saiba Alagoinhas que, se essas indústrias não vierem, culpa esta casa não tem e sim o Sr. Prefeito do Município. Estaremos ao lado daquilo que vier em benefício de Alagoinhas, em benefício do seu soerguimento, é com este propósito que fazemos política, através de um ideal, de um princípio filosófico que tem como objetivo servir, porque assim se comportaram os meus antepassados e conseqüentemente foi o que adquirimos. E esta voz jamais se apagará nesta Tribuna, continuaremos clamando em benefício dos funcionários públicos, da classe operária, enfim das causas que abraçamos” (ACMA, 1974).

<sup>48</sup> Sigla da cooperativa que iria assessorar os prefeitos eleitos pelo MDB, em 1972. No jornal não constou o seu nome.

Como visto no pronunciamento do vereador Dimas Campos, as disputas entre o MDB e ARENA diziam respeito ao prestígio junto ao eleitorado para se manter ou voltar ao poder. O posicionamento em defesa dos trabalhadores, em especial os servidores municipais, tinha como pano de fundo a justificativa para o pedido do impeachment do prefeito que vinha atrasando o pagamento dos salários do funcionalismo. Também servia para desgastar o prefeito, criando-lhe dificuldades para eleger os seus candidatos no município.

Para alguns se constitui surpresa o resultado das eleições em determinados Estados, mas para nós, que ainda somos jovens, não causou surpresa em face do processo de renovação de valores que ocorre em todas as áreas do país, razão porque não poderíamos analisar os aspectos da eleição que passou em termos políticos e sim em termos sociológicos. Vemos um povo sofrido esperando melhores dias. (...) O Presidente Nacional do nosso partido não soube escolher bem os seus representantes (...) A Bahia Célula Mater deste país disse não a demagogia, escolhendo um homem a altura de lhe representar. Alagoinhas, se foi sábia, só o tempo dirá. Esperamos que os candidatos que receberam o voto deste povo saibam fazer jus a esse sufrágio, que quer acima de tudo indústria; trabalho para os jovens que se encontram necessitando de empregos... (ACMA, 26/11/1974).

O vereador arenista Antonio Fontes viu os resultados eleitorais de 1974 como consequência da renovação dos valores que ocorria em todas as áreas do país, portanto precisariam ser analisados do ponto de vista sociológico e não político. Mas, apesar de descrever um povo sofrido esperando dias melhores, não responsabilizou o governo Geisel pelo insucesso da ARENA, e sim o Presidente nacional do partido governista por não ter escolhido bem os seus representantes para o pleito. Para o seu consolo, a Bahia e Alagoinhas disseram “não à demagogia”. A sua expectativa era que os votos dados pelos alagoinhenses resultassem em indústria e trabalho para os jovens necessitados de empregos, só restando ao tempo dizer se Alagoinhas foi sábia (ACMA, 26/11/1974).

O vereador Crisanto Borges, na mesma sessão da Câmara de Vereadores, alegou que Alagoinhas era opositorista por natureza, sendo ele próprio favorável à oposição nas últimas eleições, mas, desta vez, graças à irresponsabilidade do governo municipal, isso não ocorreu. E ainda insinuou que o prefeito, num ato desesperado, teria utilizado o dinheiro público para desgastar o seu desafeto Murilo Cavalcanti e eleger o seu candidato Marco Antunes – nenhuma menção foi feita às campanhas para o Senado e Câmara Federal, o que sugere que Judélio Carmo tenha dado mais atenção ao cenário político local, esquecendo-se do quanto a



derrota das candidaturas do MDB na cidade poderia ter sido explorada politicamente pelos seus adversários.

Obviamente que a oposição iria explorar o fato dos candidatos emedebistas terem sido derrotados na cidade onde o Chefe do Poder Executivo era do MDB, mas o candidato ao qual pesava a acusação de Judélio Carmo ter feito de tudo para eleger não foi mal votado. Havia uma expectativa que ele, Jairo Azi e Murilo Cavalcanti fossem eleitos deputados estaduais devido à votação recebida; o que não se concretizou, só tendo êxito os dois candidatos arenistas.

Na ata da sessão da câmara de vereadores do dia 13/10/1978, mais um elemento para minimizar a derrota eleitoral do prefeito: Marco Antunes sofria a resistência do eleitorado por ser rico – essa afirmação do vereador José Ribeiro Libório requer um estudo para ser comprovada, mas, de fato, tanto Murilo Cavalcanti quanto Judélio Carmo se elegeram pelo MDB com uma campanha de forte apelo popular. Isso pode nos dizer algo sobre o eleitorado emedebista na cidade<sup>49</sup>.

A ARENA local encerrou o ano de 1974 numa condição mais confortável que a do seu adversário; o Centro industrial continuava sendo apenas um sonho, apresentado pela oposição como um instrumento para gastar dinheiro público e ser utilizado como propaganda eleitoral para enganar e iludir o povo (ACMA, 26/11/1974). O constante atraso dos salários dos servidores públicos foi adotado como justificativa do pedido de impedimento de Judélio Carmo (ACMA, 29/11/1974), o que ocorreu no ano seguinte. Contudo, “o tiro saiu pela culatra”, pois a maioria dos emedebistas uniu-se para defender o prefeito do impeachment, definido pelo jornal A Tarde como sendo um caso de inconformismo das oligarquias locais.

A política de Alagoinhas toma aspectos deveras desagradáveis. Não contando com maioria na Câmara Municipal, pois o Partido porque se elegeu não conseguiu fazê-la, o Prefeito daquele Município está sofrendo a pressão de adversários apatacados, que se consideram os donos da terra. Que a política de Alagoinhas é pródiga em funestos episódios, a história do Município registra. No pé em que a coisa vai, já nos parece oportuna a interferência do Governo do Estado, para aplacar a sanha de pseudos-correligionários, que querem a Prefeitura que o povo lhes negou, a menos que esteja esperando novas mortes ali para se fazer presente. Isto é inacreditável, pois são conhecidos os propósitos pacifistas da atual administração do Estado. E justamente em nome deles é que lhe despertamos a atenção para o que se está passando no importante município, cuja

<sup>49</sup> No programa *De frente com Juscélio Carmo*, do dia 14/09/2019, o mesmo explicou o porquê de Marco Antunes, filho de funcionário do Banco do Brasil, ter sido visto como “rico”, enquanto essa pecha não recaiu sobre o seu irmão cujo pai tinha posses. Segundo o apresentador, Antunes descendia de franceses e a sua educação e refinamento o distanciava do chamado povão. Já Judélio adentrava nas mais simples cozinhas, abria as panelas e não se furtava a experimentar o que estava dentro delas.

administração, se tem falhas, tem também quem as corrija, que não são, evidentemente, políticos de duvidoso comportamento, inconformados com a repulsa pública. Se querem o poder, que o conquistem nas urnas; intranquilizar toda uma população por ambições pessoais é que é intolerável (JORNAL A TARDE, 19/05/1975, p.4).

No pronunciamento oficial do Prefeito no dia seguinte à publicação da matéria no jornal A Tarde, o mesmo tom de cobrança ao governador do Estado porque, na condição de liderança máxima da ARENA, não fez nada para impedir os seus correligionários alagoinhenses (JORNAL A TARDE, 20/05/1975, p.2). Na Assembleia legislativa, o deputado Jairo Azi quase foi às vias de fato com Elquisson Soares, do MDB, que denunciou a trama para tirar Judélio Carmo do poder (JORNAL A TARDE, 22/05/1975, p.1).

Enquanto o jornal A Tarde, o próprio prefeito e o deputado estadual deram ao caso uma conotação local, relacionando-o às ambições pessoais dos inconformados com a perda da prefeitura, o MDB nacional viu no episódio a oportunidade de pacificar o partido na Bahia, visando um melhor desempenho eleitoral e também desmistificar a distensão política anunciada por Ernesto Geisel. Assim, o deputado federal Ulisses Guimarães prometeu pronunciar-se na Câmara dos deputados federais, e o Senador Orestes Quércia veio à cidade para assistir ao julgamento do impeachment (SNI - Agência Salvador - nº. 0264/15/ASV/75)<sup>50</sup>.

Deputado Ulisses Guimarães, anunciou que ocupará a tribuna da Câmara Federal para analisar a situação em Alagoinhas, enquanto assegurou que estará presente àquela cidade no dia da votação do “impeachment”, juntamente com os Senadores Orestes Quércia, Nelson Carneiro e Marcos Freire. Os líderes nacionais do MDB farão uma concentração em praça pública (JORNAL A TARDE, 22/05/1975, p.1).

Após ter sido aprovado o impeachment pelos vereadores, o prefeito conseguiu uma liminar para manter-se no cargo e procurou entender-se com a direção regional do MDB, enquanto o Diretório nacional continuou acompanhando o desenrolar do seu retorno à Prefeitura. Entrementes, na Assembleia Legislativa, as acusações não se restringiam mais ao beneplácito dos dirigentes regionais da ARENA com a tentativa dos seus correligionários alagoinhenses de impedir Judélio Carmo. Sob eles passou a pesar a denúncia de estarem aliciando os prefeitos eleitos pelo MDB no Estado com pressões e diversas formas de coação e, quando não conseguiam êxito, apelavam para o impeachment.

---

<sup>50</sup> Este documento foi fotografado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

O prefeito Landulfo Caribe de Jequié rendeu-se a prepotência e se filiou à ARENA. O prefeito de Riachão de Jacuípe, Gildásio Oliveira, seguiu o mesmo caminho e outros estão sendo assediados. Resistem, tenazmente, com bravura, como o Prefeito Judélio Carmo, em Alagoinhas, Isto porque, onde não obtém êxito o aliciamento, segue-se o impeachment. Na opinião do Deputado baiano, “a Justiça não compactuará com tamanha vilania e estará soberana, acima dos Interesses políticos escusos, pois o povo, na sua vontade, vem sendo traído”. A manifestação popular no dia do julgamento foi a maior prova do repúdio. O Sr. Noide Cerqueira manifestou a esperança de que o Governo Federal, atento e desejoso da reabertura democrática através da distensão gradual e lenta, não permita que se consume tamanho crime. Afirmou que nenhum Prefeito se manteria no cargo por mais de quarenta e oito horas, sem infringir a Lei 201, cuja revogação pediu por se constituir verdadeiro atentado à vontade livre do povo (JORNAL A TARDE, 3/06/1975, p.2).

O deputado Noide Cerqueira era “neo-autêntico”<sup>51</sup>, isso explica a sua esperança na “reabertura democrática”, enquanto os dirigentes nacionais do seu partido, aproveitavam do episódio de Alagoinhas para desmistificá-la, acusando o partido governista de querer revogar o mandato de um prefeito emedebista eleito pelo povo, justamente após o anúncio da “distensão, lenta, gradual e segura” do Presidente Geisel. Ele tinha razão em nutrir a expectativa em relação a Justiça não compactuar com a “vilania dos arenistas”, pois, por decisão liminar, da qual os arenistas alagoinhenses, cada vez mais isolados, sequer recorreu, Judélio Carmo já havia retornado ao cargo.

O Deputado Jairo Azi, para surpresa de todos, disse que a ARENA de Alagoinhas também acatava a Justiça. Mas, afirmou que o Juiz que concedeu a liminar foi pressionado pela Imprensa baiana, inteiramente ao lado do sr. Judélio Carmo. Suas palavras provocaram fortes reações dos emedebistas e, veladamente, de elementos da ARENA (JORNAL A TARDE, 5/06/1975, p.2).

Na Coluna Bastidores, publicada no jornal A Tarde do dia 9/06/1975, na segunda página, há a revelação de que a orientação partiu do próprio governador Roberto Santos para a ARENA de Alagoinhas deixar o caso do impedimento do prefeito ao encargo do Judiciário. Judélio Carmo, que dele havia recebido telegrama de apoio durante a tentativa de cassação do seu mandato, foi visitá-lo no hospital em Salvador para agradecer a solidariedade e, ao mesmo tempo, fazer uma visita ao amigo, deixando evidente, assim, o quanto a questão de Alagoinhas se referia mais à querela local do que a qualquer outra coisa.

---

<sup>51</sup> Essa facção do MDB apoiava a distensão política do Presidente Geisel, tanto que, no dia 11 de novembro de 1977, Noide Cerqueira e mais 14 parlamentares participaram de uma reunião articulada pelo marechal Osvaldo Cordeiro de Farias com o objetivo de discutir os rumos institucionais do país diante do chamado processo de abertura proposto pelo governo (FGV, 2009).

Na avaliação do colunista de “Os Bastidores”, o MDB baiano não soube “tirar maiores vantagens da situação oferecida em Alagoinhas pela ARENA”, o maior beneficiado foi o próprio Judélio Carmo, com o nome cotado para ser deputado estadual ou até mesmo federal, dada a repercussão dos episódios por ele protagonizados. A união entre ortodoxos e adesistas para defender o alcaide, não se manteve para a disputa eleitoral de 1976 – os adesistas constituíam a maioria do partido na Bahia (JORNAL A TARDE, 16/06/1975, p.2).

Até o final do primeiro semestre, o prestígio de Judélio Carmo era incontestável, a Ala jovem do MDB o indicou para concorrer à presidência do partido na Bahia, argumentando ser “a melhor resposta do partido da oposição contra o ato de violência praticado pela ARENA de Alagoinhas” (JORNAL A TARDE, 18/06/1975, p. 2). Mas, com o passar do tempo, ele foi se desidratando, a ponto de os dirigentes dos diretórios local e regional da ARENA afirmarem que ele não soube aproveitar as chances que teve para fixar a sua liderança.

Nas eleições de 1976, a ARENA queria recuperar-se dos resultados negativos obtidos em 1972 nos grandes municípios baianos<sup>52</sup>. O deputado Fernando Wilson Magalhães, Presidente do Diretório Regional, dizia-se preocupado só com Vitória da Conquista, onde, segundo ele, existia um MDB realmente forte. Em sua opinião, Jequié e Alagoinhas “era tranquilo para a ARENA”, por Judélio Carmo não ter aproveitado as chances que teve para fixar a sua liderança e não estar convencendo o eleitorado pela sua administração. Em Feira, o ex-deputado Francisco Pinto, que poderia dificultar as coisas, tornou-se muito mais forte em termos estaduais do que municipais. Continuando com suas otimistas avaliações, anteviu vitórias em Ilhéus e Itabuna onde, segundo ele, o eleitorado era naturalmente arenista. (JORNAL A TARDE, 8/11/1975, p. 2).

Mostrando-se menos otimista que o Presidente regional da ARENA, embora concordasse que Judélio não soube aproveitar o episódio da cassação e não fazia uma boa administração, o deputado Jairo Azi acreditava na necessidade de empreender alguma luta para conseguir a vitória em Alagoinha; ainda assim, no seu prognóstico, dos grandes municípios baianos, seria lá que o partido do governo teria maiores possibilidades de êxito. Na sua avaliação, ele, Murilo Cavalcanti e Judélio Carmo estavam igualmente desgastados e o MDB de Alagoinhas continuava tendo um eleitorado forte, independentemente dos nomes que fossem lançados e, por isso, a Arena teria que se empenhar bastante na luta política, apelando, inclusive, para a sub-legenda (JORNAL A TARDE, 1/12/1975, p.2).

---

<sup>52</sup> As eleições de 1972 na Bahia merecem estudos; teria o MDB alçado à condição de oposição escolhida nos principais colégios eleitorais naquele ano? Houve similaridades entre as candidaturas e os seus apoiadores?

Os resultados eleitorais de 1976 mostraram que os prognósticos dos emedebistas foram mais realistas: no mês de maio, o líder do MDB na Assembleia legislativa, Archimedes Pedreira Franco, já via dificuldades nas eleições em Alagoinhas e Jequié (Jornal A Tarde, 2/05/1975, p.2). E de fato perderam nesses dois importantes colégios eleitorais<sup>53</sup>, mas, em compensação, as previsões de vitória em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna (JORNAL A TARDE, 6/12/1975, p.2) se confirmaram e, ainda, venceram na capital do Estado, fato minimizado pelo governador Roberto Santos, sob o argumento de que o importante era o resultado geral e o apoio recebido pelo Presidente Geisel, apontado por ele como o verdadeiro vitorioso por ter dinamizado as eleições e contado com o respaldo popular (JORNAL A TARDE, 23/11/1976, p. 1).

O argumento do governador não condizia com a realidade, tanto que, para desfazer a vantagem obtida pelo MDB nos principais colégios eleitorais do país, foram editados os Decretos nº. 1.540 e 1.543 de 14 de abril de 1977, assegurando a cada Câmara indicar um delegado e mais um por 200.000 habitantes, sendo que nenhuma seria representada no Colégio Eleitoral para escolher o governador por menos de dois delegados (JORNAL A TARDE, 24/10/1977, p.5), o que favoreceu os menores municípios onde sequer o MDB existia, porque todos os “chefes políticos”, mesmo pertencendo a grupos inconciliáveis, se encontravam filiados à ARENA (JORNAL A TARDE, 6/12/1975, p.2).

Como resultado, em 1978, o governo da Bahia permaneceu sob o comando da ARENA, com o retorno de Antonio Carlos Magalhães, e em Alagoinhas confirmou-se o prognóstico de Jairo Azi quanto à força do eleitorado do MDB: Marco Antunes se elegeu deputado estadual e, quatro anos depois, Judélio Carmo voltou à Prefeitura. Os arenistas Azi e Cavalcanti se reelegeram deputados estaduais.

Ainda em 1978, ACM dizia: “venci incompreensões e ganhei desafetos, mas o que importa é que o pólo petroquímico está aí”, provocando “uma revolução” na área econômica da Bahia (PARANHOS, 2011, p 88-9). Alagoinhas, que já havia se beneficiado com o aumento do fluxo migratório, distribuição dos royalties, remunerações, venda de “algum material de construção, alimentos, medicamentos (...) e outros artigos miúdos” (BRITO, 2008, p.134), a partir da instalação da Petrobrás no recôncavo, sofreria também as influências dos Complexos petroquímicos da Bahia (COPEB)<sup>54</sup> e o de Camaçari (COPEC). A Petrobrás e as indústrias petroquímicas não provocaram apenas uma “revolução” econômica, seus efeitos se

---

<sup>53</sup> Em Alagoinhas/BA a ARENA obteve 15.850 contra os 7.848 do MDB. E, em Jequié, o partido governista venceu com uma margem menor: 13.972 votos, enquanto o da oposição conquistou 9.420.

<sup>54</sup> Atualmente o antigo COPEB constitui a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN) da Petrobrás.

estenderam para as áreas social, cultural e política; as operações da Companhia no Recôncavo Baiano potencializaram o início do processo de crescimento urbano em ritmo acelerado e de seus possíveis desdobramentos na Região de Produção da Bahia (RPBA).

Dos 12 municípios do Recôncavo Baiano, cujas respectivas cidades registraram aumento de população acima de 50%, apenas três: Conceição do Almeida (94,6%), Cruz das Almas (80,4%) e Sapeaçu (74,8%) não se localizam na RPBA; os outros nove municípios tiveram aumento entre 60% e 150%, entre eles, Alagoinhas teve a população na sede aumentada em 79,7% (BRITO, 2008, p. 130).

Essa população urbana buscava garantir a sua subsistência nos setores de serviços e industrial, sendo esse último o mais cobiçado devido aos salários pagos, principalmente nas indústrias do petróleo e petroquímica, que exigia uma mão de obra qualificada, o que certamente modificou não só a feição do operariado, como também a do movimento sindical baiano, conforme discutido no próximo tópico.

#### **4.2. TROCANDO O BONÉ PELO CAPACETE.**

Na Bahia, predominava a indústria tradicional de pequeno porte, uma unidade dispersa por quase todo o território baiano, em geral, com uma tecnologia gerencialmente atrasada e uma absorção mínima de mão de obra, com exceção das fábricas têxteis, usinas açucareiras, curtumes etc., onde era empregado grande número de assalariados de baixa qualificação e remuneração, perfazendo cerca de 80% da classe trabalhadora (JORNAL A Tarde, 7/05/1975, p.5). A implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari propiciou a ampliação de um outro tipo de indústria, com um grande número de operários melhores qualificados e remunerados.

Ao longo dos anos 1970, houve várias publicações no jornal A Tarde de processos seletivos para ingressar na Petrobrás, inclusive nas suas subsidiárias na área petroquímica. Nas áreas administrativas exigia-se o ginásio e nas de produção, a formação técnica ou profissional (JORNAL A TARDE, 30/07/1975, p.10; 1/12/1975, p.2). Muitos desses novos contratados, além do grau de conhecimento que tinham, já haviam experimentado o movimento estudantil, onde organizações como a AP, POLOP, MR8 e o próprio PCdoB – através da “Viração” – captavam militantes que, ao ingressarem no mundo do trabalho, passaram a disputar a hegemonia do movimento sindical com o PCB.

Os quadros históricos não podiam participar porque eram inelegíveis. Históricos que eu digo, que tinham cinco, seis anos, né? Não podiam participar porque eram inelegíveis. (...) Houve uma omissão profunda por parte do PCB é...no sentido de construir o sindicato. Houve uma omissão profunda, uma omissão, inclusive, consciente de dizer o seguinte...algumas abordagens no sentido de direcionar a política sindical, prá política do PCB, evidentemente já tinha acabado o tempo, em que tinha, você tinha militantes dentro da organização sindical que davam os motes. Agora você tinha que tratar era com gente de base que não tava disposta, e com muita razão, a ouvir ordem sem questionar não é? Então existe o que? A[H] não, isso tem que ser assim. Ai, não era encaminhado assim, Isto tem que ser assado, não era encaminhado assado. Não! Vamos deixar esses caras ai quebrar a cara, por eles mesmos. Pá! Não sabem construir sindicato? Deixa eles construir. Eles vão construir o negocio deles, né? E a gente volta pra base, pra arrumar pra puxar dentro de três anos (CRH/UFBA. 02/05/86. p. 91-2).

O ingresso desses jovens com disposição de participar do sindicalismo petroleiro e petroquímico exigiu do PCB respostas que ele não soube ou não pôde dar<sup>55</sup>, sendo assim, algumas dessas novas lideranças, em formação no próprio sindicato (CRH/UFBA. 02/05/86. p. 91-2), acabaram se identificando com o projeto de criação do PT, mesmo tendo sido captadas no movimento estudantil pelo PCdoB ou outros agrupamentos políticos (CRH/UFBA. 02/05/86. p. 91-2).

“Fui estudar no Colégio Central em 75... e nesse meio... conheci algumas pessoas que já militava no movimento secundarista... tudo começou a partir daí” logo, “o movimento estudantil começou a crescer... capitalizado pelo partido... pelo PC do B e outros partidos que viviam na clandestinidade” (...) “em 79 fui trabalhar no Pólo com um propósito político de organizar o movimento sindical... esse era o direcionamento das pessoas que militavam no movimento estudantil que passariam a trabalhar no Pólo com esse propósito... entrar no Pólo pra organizar a classe trabalhadora... criar comissões de fábrica... eu tinha uma aproximação muito com o PC do B, na verdade o PC do B era uma organização que ele capitalizava... ele aglutinava essas pessoas que surgiam no movimento estudantil pra poder consolidar seu grupo... e conduzir a luta nesse sentido de organização das entidades de classe... no sentido de consolidar o sindicato dentro da empresa”. Este militante informou que tinha participado “inclusive das primeiras reuniões da criação do Partido dos Trabalhadores lá no cine Roma” (SENA, 2011, p. 96).

Em 1978, o SINDIQUÍMICA elegeu a sua primeira diretoria; segundo o presidente eleito, “a esquerda toda estaria lá presente, tava o pessoal do PT, tava o MR8, tava o Partidão”. Nesse mesmo ano, num evento realizado em Salvador/BA, a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores foi apresentada pela primeira vez e, no primeiro de maio de 1979, a

<sup>55</sup> Isso não pode ser automaticamente atribuído ao regime partidário, a repressão impôs ao PCB a perda dos seus melhores quadros no movimento sindical, isso lhe pesou desfavoravelmente na disputa por essas novas lideranças.

Carta de princípios do partido foi divulgada nas grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará (KECK, 2010, p. 102), provavelmente petroleiros e petroquímicos contribuíram para que esse documento chegasse aos baianos.

Ao chegar à Bahia, J.R.S procurou emprego numa fábrica de celulose que estava sendo inaugurada no Pólo. A partir daí “em função da minha experiência e da luta do movimento sindical em Minas Gerais... eu acabei participando de toda a campanha salarial dos químicos e petroquímicos de 1979, na verdade, sem ser petroquímico”, e completa enfatizando que “eu era apenas um ativista”. Essa empresa de celulose entrou em crise, esse militante e outros trabalhadores foram demitidos, e dessa forma ele foi empregado numa empresa do ramo químico. Além disso, ele enfatiza que ao chegar à Bahia “eu tive a honra de participar da primeira reunião que Lula veio à Bahia pra tentar fundar o PT... e nós fundamos o PT na Bahia antes do Brasil” (PARANHOS, 2011, p.94).

Os resultados positivos da campanha salarial de 1979, provavelmente contribuíram para a criação do PT na Bahia. Essa campanha reivindicatória se destacou pela “ampla movimentação da categoria” que “surpreendeu tanto os empresários quanto à própria diretoria” (RUBIO, 1994, p.123). Mesmo tendo as lideranças optado pela negociação e terem convencido os operários a não entrarem em greve, considerando que ainda era cedo e inexperientes (CRH/UFBA, 02/05/86, p.47), o patronato mostrou-se intimidado e disposto em manter a “virgindade” do movimento grevista nas indústrias petroquímicas baianas, a ponto de, na mesa de negociação, admitir que cedeu aos operários o que nem eles próprios tinham expectativa de que seriam atendidos (CRH/UFBA. 02/05/86. p.50):

Reconhecimento das comissões de fábrica; escala móvel de salário; abono “Hobin [sic] Wood”, fixo para todos, inclusive os que serviam café, e um reajuste bem superior ao do governo na época. A faixa salarial dos petroquímicos passou a ser bem superior a dos outros ramos industriais (CRH/UFBA, 02/05/86, p.51).

“Pô... que sindicato é esse?” (CRH/UFBA, 02/05/86, p.47). A reação de A. L foi bastante ilustrativa do prestígio do SINDIQUÍMICA que, sem paralisar as suas atividades, conseguiu o reconhecimento das Comissões de fábricas, ponto de honra na campanha salarial dos metalúrgicos do ABC, abandonado depois do segundo dia de greve (PRADES, 1980, p. 18-9). Não por acaso, a 6ª região militar e o Palácio do Planalto se movimentaram para que a decisão final da campanha reivindicatória dos petroquímicos não fosse registrada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT).



O patronato, ou seja, o seu representante mais lúcido... o... Ari Silveira, ele... cochichava o seguinte: Olha a gente não pode deixar essa menina perder a virgindade, porque se for agora, se tiver uma não vai parar nunca mais de ter greve aqui, então essa menina tem que ficar virgem, nem que a gente tenha que fazer concessões muito grandes. Tanto assim que o... embora a campanha tivesse tipo um pique muito grande o... a decisão final da campanha, não foi na mesa de negociação. A decisão final da campanha, ou seja, o... quando o patronato decidiu politicamente ceder e cederam tudo, não é que a gente tinha pedido, cederam mais do que eu a gente tinha pedido, é... foi fora da mesa de negociação (CRH/UFBA, 02/05/86, p.48).

Os petroquímicos baianos se movimentaram no pique das greves do ABC, mas foram muito mais longe nas suas conquistas. Um dos ativistas disse que eles conseguiram “um reajuste bem superior ao do governo na época”. Tomando como referência que lhes foram dado além do reivindicado, o aumento salarial não deve ter sido inferior a 60%, e ainda passaram a trabalhar 40H por semana, haja vista que esses dois itens constavam na pauta de reivindicação do SINDIQUÍMICA (JORNAL A TARDE, 2/08/979, p.3). Na avaliação da diretoria do STIEP/BA, o governo teria sido também condescendente com os petroleiros, a campanha reivindicatória de 1979 seria um “prenúncio de novo relacionamento com a Petrobrás, pois há dez anos não eram mantidos diálogos com os sindicatos para as negociações reivindicatórias” (JORNAL A TARDE, 7/04/1979, p.6).

Essas concessões visavam evitar greves nas indústrias petroleiras e petroquímicas, sobretudo no Pólo petroquímico de Camaçari/BA que estava em fase de implantação, razão pela qual os operários do COPEC conquistaram além do que haviam reivindicado, enquanto os seus co-irmãos petroleiros tiveram que se contentar com a contraproposta apresentada pela Petrobrás, uma verdadeira engenharia monetária, com reajustamento dos níveis 7 ao 50, acréscimo salarial da antecipação de 10% e a concessão de um nível, como resultado das negociações direta.

Segundo Margaret E. Keck, em alguns dos movimentos grevistas, espalhados por quinze Estados, para além do setor metalúrgico, as reivindicações começaram a ir mais além do reajuste salarial, “contestando aspectos da legislação sindical, exigindo a organização da representação sindical ao nível da fábrica”, mas não obtiveram êxito nessa demanda (KECK, 2010, p.101). Keck, provavelmente por desconhecimento, não mencionou que os petroquímicos baianos conquistaram o reconhecimento das comissões de fábrica. Certamente, se tivesse sido um sindicato do Sudeste, principalmente do ABC paulista, a repercussão seria outra, e esse feito obrigatoriamente estaria em todo e qualquer estudo sobre o “novo sindicalismo”.

Embora seja plausível a justificativa da imprensa e dos estudiosos terem dado mais atenção ao ABC paulista por tratar-se do “centro nevrálgico” ou “coração do capitalismo brasileiro” (COELHO, 2012, p. 49), não podemos aceitar que, por causa da importância política e econômica do eixo Rio-São Paulo, ele se torne o “centro definidor de sentido” para a história dos trabalhadores do Brasil (PETERSEN, 1997, p. 86). Há, por exemplo, uma generalização quanto a partir do surgimento do PT ter havido um distanciamento dos “sindicalistas petistas” em relação aos demais subgrupos da gênese do “novo sindicalismo”, que não visualizamos no movimento dos petroquímicos da Bahia, pelo menos até 1984.

Um ano antes da chamada “divisão orgânica”, os participantes do I Congresso, concluíram que havia partidização no movimento sindical (RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO, Abril/1982, p.27) e no seu III Congresso, defenderam a fusão da CUT com a CGT, pois só assim ter-se-ia uma Central Única dos Trabalhadores (RESOLUÇÕES DO III CONGRESSO, 13 a 15/04/84, p.12 e 27), **inclusive, dois diretores, militantes do PT, renunciaram aos cargos na direção da CUT** (grifo nosso).

Numa direção constituída por PCB, PCdoB, MR8, PT, Prestistas e independentes, as resoluções dos seus Congressos não foram a favor dessa ou daquela tendência do sindicalismo brasileiro, seguiram fiéis no enfrentamento ao “pluralismo sindical, divisionismo e imobilismo” (RESOLUÇÕES DO I CONGRESSO, Abril/1982, p.9)<sup>56</sup> e, assim, propagaram pelo Estado a sua posição a favor da greve, do rompimento com o FMI, não pagamento da dívida externa e o socialismo como o remédio definitivo para o Brasil.

Basta de gerais impostos, basta de colégios eleitorais biônicos, basta de mortos votando (como na Bahia), basta de FMI, basta de Delfin, basta de Leis de Segurança Nacional, Lei de Greve, basta de piadas. O povo tem que ir às urnas, escolher o melhor candidato a presidência e forçar a mudança da atual situação (...) A luta pelas eleições diretas para presidência da república, deve se transformar, ao lado da luta contra a fome, a carestia, o desemprego, o latifúndio, os monopólios, numa luta de todo o povo. Contudo, sabemos que não será um presidente eleito o remédio para todos os males. Sabemos que o remédio definitivo para o nosso país tem um só nome – o socialismo (Boletim Semanal - Grave -, 17/01/84).

---

<sup>56</sup> Diferentemente dos petroleiros, os petroquímicos possui um acervo da documentação sindical, inclusive fomos à sua sede na esperança de encontrar algum documento relativo aos petroleiros, mas, infelizmente, após a dissolução da fusão entre os sindicatos, todo o material relativo aos petroleiros foi devolvido ao SINDIPETRO que promete inaugurar o seu memorial, enquanto isso, os historiadores escrevem a história dos petroleiros da Bahia sem conhecer a versão dos sujeitos no momento histórico das suas ações.

Essa matéria do boletim do SINDIQUÍMICA tocou em questões levantadas por Sidney Sérgio F. Sólis, na Mesa redonda promovida e publicada pela revista *Contratempo* (1976)<sup>57</sup>: os liberais seriam incapazes de exercer a liderança do processo capitalista retardatário, pois, provavelmente, recuariam em nome de um novo realinhamento com o bloco do poder, tenderiam a fechar todas as portas possíveis à aglutinação dos setores de massas e das classes dominadas de “venderem o seu peixe”. Por essas razões, Sólis não via a validade das esquerdas estarem nessa frente sem resolver o problema de não apresentarem condições de construir uma “autêntica democracia” e a necessidade de inserção do socialismo (p.13-4).

“ou as classes populares, as classes dominadas, conseguem rapidamente formular, não a questão do socialismo, mas conseguem formular espaços em que esta questão possa ser aprofundada ou, fatalmente, elas não terão condições de sair da órbita liberal e, o que é pior, de uma órbita que não tem nenhuma condição de viabilidade histórica” (CONTRATEMPO, 1976, p. 14-5).

Observando o fragmento do boletim sindical citado e a atuação do SINDIQUÍMICA, ao longo dos anos 1980, defendendo a autonomia sindical, as comissões de fábrica, o índice de reajuste do DIEESE, escolhendo os delegados aos Congressos na frente das fábricas, construindo o primeiro dia do trabalhador na Bahia, após o golpe de 1964 e a greve geral de 1983, concluímos que o movimento dos petroquímicos buscou ter uma personalidade vinculada às bases para “sair da órbita liberal”, conforme sugerido por Sidney Sólis.

Além de registrar a participação de líderes políticos nos eventos do sindicato, o SNI monitorava a participação e o envolvimento do Sindiquímica e de seus diretores em eventos de outras organizações. Como por exemplo, a participação de N. B., presidente do Sindiquímica no período, no 1º Encontro de Negros da Bahia (1º ENEBA) que ocorreu em setembro de 1983 (SNI - agência de Salvador - nº 068/31/ASV/83), sendo que até o seu pronunciamento foi gravado (...) assembleia extraordinária promovida pelo Sindiquímica e pelo Sindipetro em 85 (DPF/SR/BA nº 373/85-01/I/SI/SR/DPF/BA) (...) realização de cursos de liderança sindical organizados pelo Sindiquímica e pelo Sindipetro ao Sindicato dos Eletricitários (MME - divisão de segurança e informações - nº 60/227/81476).

Com essas características, o movimento sindical dos petroleiros e petroquímicos propiciou aos operários desses segmentos viverem experiências que os levariam a concluir

---

<sup>57</sup> Conforme dito pela própria revista, o objetivo da mesa redonda com o tema geral *A crise política e a luta pela democracia* foi o de contribuir para a discussão que se desenvolvia no país e se intensificava à medida que crescia a mobilização de diversos setores da sociedade em torno da luta pelas liberdades democráticas.

pela necessidade de um partido no qual a classe trabalhadora pudesse se aglutinar e “vender o seu peixe”. Esse protagonismo foi noticiado pela imprensa, mas delineando-o no estrito limite da institucionalidade. Na seara político-eleitoral, ele serviu para eleger parlamentares e governadores. Judélio Carmo, um jornalista perspicaz, já em 1979, publicou no jornal *A Tarde* uma matéria alusiva ao primeiro de maio, destacando as lideranças dos estivadores, petroleiros (Mário Lima), bancários, comerciários e trabalhadores rurais, condenando a criminalização do movimento sindical e a sua subordinação à Justiça do Trabalho. Além disso, acenou para as mulheres, reproduzindo a fala da juíza Maria Elizabeth Junqueira Ayres, “favorável a que ela [mulher] ocupe os mais variados cargos, inclusive os limitados por preconceitos” (JORNAL A TARDE, 30/04/1979 - CAD.2 -, p.1).

Segundo o próprio Judélio Carmo, os trabalhadores viviam uma fase de mobilizações em prol da ampliação das suas conquistas. Talvez, nessa conjuntura, tenha detectado que o “sentimento de mudanças” estaria com a classe trabalhadora, ignorada por ele quando atribuiu à sua vitória, em 1972, aos estudantes e à “classe produtora” da cidade. Nos anos 1980, o protagonismo da classe trabalhadora também pôde ser sentido em Alagoinhas, pela criação do Partido dos Trabalhadores, do qual o petroleiro Aloísio Nunes Rodrigues foi escolhido Presidente em 1982 quando, nas páginas do *Alagoinhas Jornal dos Municípios* (AJM), ele apareceu como operário que estava à frente do PT (AJM, maio/1982, p.3).

#### **4.3. A VOZ DO PT ALAGOINHENSE ERA PETROLEIRA.**

O PT baiano está sendo estruturado pelo o que mais existe de radical na política universitária local. Já houve uma reunião promovida numa igreja do subúrbio de Escada, onde muitas palavras se espremidas pingariam sangue. Os meninos botaram pra quebrar em cima das oligarquias militares, dos privilégios do meio empresarial, e falaram até em luta armada. Um pobre operário que foi convidado a comparecer saiu de lá com medo. Lula, o metalúrgico paulista, não teve a intenção de repetir movimentos como MR 8, Var-Palmares, ou coisa que o valha. Lançado recentemente, o PT deseja disputar eleições promover a defesa do trabalhador, contra que nada tem o eleitorado. Talvez um erro de interpretação (JORNAL A TARDE, 13/01/1980).

Na matéria do *Jornal A Tarde* está contida a “narrativa linear”, que não considera os diversos sujeitos empenhados na formação do PT, substituindo assim, “(...) a história real das tensões (...) pela versão do protagonista vencedor.”, ou seja, a “história do PT, rica de tensões e possibilidades cruzadas, [...] deslocada por um discurso heróico e unilateral.” (COELHO, 2005, p.50), cuja legitimidade da fundação do Partido dos Trabalhadores pertenceria a um

determinado grupo ligado a Lula. Assim, a falta de similaridade entre “os meninos” da Bahia e o “metalúrgico paulista”, idealizador do partido, foi utilizada pelo jornalista para indicar que havia um “erro de interpretação” por parte de quem estava estruturando o PT baiano.

Margaret Keck diz que o entusiasmo de alguns criou uma confusão de tal sorte que não se sabia exatamente se estavam organizando o PT ou o próprio partido. A autora claramente definia a vertente política ligada à Lula como a legítima no processo de fundação dessa organização, seguindo a mesma tônica do jornalista do *jornal A Tarde* quando, ao não ver similaridade entre “os meninos” da Bahia e o líder “metalúrgico paulista”, julgou que eram os baianos que estavam se afastando do inicialmente idealizado. Keck ainda sinalizou que no nordeste do Brasil, em muitos casos, a esquerda levou sozinha a proposta do PT, logo, discursos semelhantes aos proferidos em Salvador não devem ter sido exceção. Em nossa opinião, não se tratava de “erro de interpretação”, conforme sugeriu a matéria jornalística, ou de uma “confusão” aludida por Keck. Havia nos movimentos Pró-PT diversas forças disputando a sua hegemonia e direção política, conforme nos mostrou a cientista política Isabel Ribeiro de Oliveira:

Assim, o partido deveria se situar, no espectro ideológico, no lugar do ‘centro-esquerda’, aberto para a classe média e profissionais liberais, em moldes similares ao do Partido Socialista Brasileiro. Mas a proposta vitoriosa foi aquela encaminhada por Benedito Marcílio, então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Em poucas palavras, sua proposta era a de caracterizar o PT como um partido de classe, aberto a todos os trabalhadores e assalariados, excluindo apenas os empregadores (SOUZA, 1988, p. 123).

Mesmo que a “esquerda” reconhecesse Lula como “o líder operário por excelência e que sem ele não haveria Partido dos Trabalhadores” (KECK, 2010, p. 121), isso não autoriza singularizar a criação do PT como tendo sido um ato de um grupo ligado ao “metalúrgico paulista” com um único propósito de disputar as eleições e defender os trabalhadores. Essa “narrativa linear”, denominada de “mito fundador”, não condiz com a realidade dos fatos, pois, segundo Eurelino Coelho, a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora se impôs aos sujeitos que emergiram das mobilizações. Lula e os sindicalistas teriam chegado a essa conclusão *pari passu* aos outros sujeitos nas diversas regiões do país, sendo a história do PT a “dos embates entre estes diferentes setores da classe trabalhadora” (COELHO, 2005, p. 52).

Embora os esforços sistemáticos da esquerda para radicalizar o discurso do partido às vezes criassem conflitos com outros dos seus fundadores, o ativismo dos esquerdistas contribuiu significativamente para a formação do PT. Isto foi especialmente verdadeiro durante o processo de legalização (...), quando o partido teve de criar rapidamente um grande número de organizações locais (KECK, 2010, p.121).

Foi na Bahia, em 1978, num evento dos petroleiros e petroquímicos, que Lula teria encontrado um clima favorável para apresentar pela primeira vez a proposta do PT, nesse mesmo ano, as “lideranças combativas” não conseguiram apresentá-la no Congresso da CNTI, realizado em São Paulo. Embora não existam documentos comprobatórios de quando e onde a proposta do PT foi lançada pela primeira vez, aceita-se como marco da sua fundação os Congressos de Santo André / Lins, provavelmente porque na historiografia brasileira predomina o “mito fundador” do partido criado por metalúrgicos paulistas do ABCD. Assim, não há muito interesse em investigar o porquê, no início das discussões do Partido dos Trabalhadores, essa ideia ter sido lançada primeiro entre os petroleiros e petroquímicos na capital baiana, no mês de julho, ou na posse da diretoria do Sindicato dos petroleiros de Minas Gerais, em novembro de 1978<sup>58</sup>.

Há quem diga que a primeira vez que a idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores apareceu foi em julho de 1978, no Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia. Outros dizem que a decisão de formar o PT foi tomada em janeiro de 1979, no XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizada na cidade de Lins. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003, p.21).

Não podemos atestar ter sido em Salvador/BA que a proposta do PT teria sido formalmente apresentada, mas temos uma matéria publicada no Jornal A Tarde, em 30/05/1978, página 4, informando que ocorreria na capital baiana, entre os dias 10 a 15 de julho, a I Conferência Nacional dos Dirigentes Sindicais da Petrobrás e Petroquímica, sendo patrocinado pelo SINDIPETRO, que não revelou o temário do evento, tendo apenas adiantado que seriam “discutidos temas da maior relevância e atualidade para a classe dos petroleiros”. O Conclave de fato aconteceu, e a resolução de maior impacto político foi destacada na segunda página do Jornal A Tarde, numa matéria, com direito a foto, intitulada: “Petroleiros e Petroquímicos defendem democracia e greve”.

---

<sup>58</sup> Imerson Alves Barbosa (2007), sem citar os jornais, afirmou que a proposta de criação do PT apresentada na posse do sindicato dos petroleiros de Minas Gerais, da qual Olívio Dutra e Lula foram convidados, foi amplamente divulgada pela imprensa.

Nós também queremos a democracia, porém ela não tem o mínimo sentido se não nos for assegurada a liberdade sindical – a ser expressa em uma organização sindical autônoma, livre da tutela do Poder público com liberdade de negociação e pleno exercício de greve”, onde também reivindicaram “que a liberdade sindical, em suas várias expressões, seja uma vez por todas, implantada no país, de modo que possamos defender os nossos próprios interesses com absoluta autonomia (JORNAL A TARDE, 16/07/1978, p.2).

Na matéria não houve nenhuma menção à presença de Lula, ou da apresentação da proposta de criação do PT. Mas são factíveis as suposições de Margaret Keck e Eurelino Coelho acerca disso ter ocorrido em Salvador/BA, não numa Conferência dos petroquímicos, como supôs KECK, ou no Congresso dos petroleiros, sugerido por Coelho, e, sim, no XIV Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, entre 10 a 15 de julho de 1978. A divergência no tocante à categoria organizadora pode ser explicada pelos equívocos dos jornalistas ou da memória. O jornal A Tarde, por exemplo, no dia 30/05, noticiou o evento como “I Conferência Nacional dos Dirigentes Sindicais”, já na publicação do dia 16/07, o retratou como “XIV Encontro Nacional” – uma simples questão semântica poderia ter comprometido a nossa interpretação sobre esse Conclave, pois o significado político do SINDIPETRO/BA patrocinar um evento inédito não é o mesmo que organizar um que já ocorria anualmente em diferentes Estados.

Nesse Encontro, os petroleiros e petroquímicos avaliaram que viviam num “período de exceção, asfixiados pelo arrocho salarial, impedidos de recorrer ao direito de greve, reprimidos em nossa livre manifestação de protesto”. Diante desta realidade, sentiram a necessidade de intervir no processo de redemocratização do país, “marcando-o com o selo de interesses sociais da coletividade”. Para tal, propuseram um amplo debate com os associados ou não para formular uma plataforma de trabalho, visando “um sindicalismo atuante e condizente com a necessidade socioeconômica do trabalhador!”. Após ouvirem as suas bases, deveriam “propor junto a outras categorias idêntico debate que poderia resultar num congresso sindical específico de definir a posição dos trabalhadores diante do processo de redemocratização do país” (JORNAL A TARDE, 16/07/1978, p.2).

Pelo caráter do XIV Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do sistema Petrobrás, realizado em Salvador/BA, e por ter sido patrocinado por um sindicato, apontado por Carlos Lucena como vinculado ao “novo sindicalismo”, as “lideranças combativas” não seriam boicotadas como foram na semana seguinte, no Congresso da CNTI, realizado em São Paulo, quando não conseguiram propor o PT. Vale a pena registrar que, na retomada das grandes mobilizações, provavelmente foi também nesse Encontro Nacional dos Petroleiros e

Petroquímicos que a defesa de um Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) foi apresentada pela primeira vez.

Desse sentimento, pode-se deduzir uma reação ao “mito fundador” que dispensa todas as atenções ao ABCD paulista, ofuscando o protagonismo dos ativistas das demais regiões do país. Isso ainda permanece atualmente: o presidente do PT Alagoinhas/BA, ao nos entregar as Atas do partido, orgulhosamente, disse que o diretório da cidade foi criado primeiro que o nacional. Por certo, essas afirmações revelam o desconhecimento da Lei 6.767/1979 (D.O.U - Seção 1- 20/12/1979, p. 19.463)<sup>59</sup>, mas o que nos interessa aqui é observar o incômodo dos militantes de fora do eixo Rio-São Paulo com a secundarização da sua participação – só nos aproximaremos da verdadeira história nacional do PT abandonando a “narrativa linear e mítica” da sua fundação.

(...) As ligações entre o movimento operário e esses de bairro, forjadas em grande parte pelo papel central neles desempenhado pelos ativistas católicos, foram cruciais na mobilização do apoio local para as greves em 1978 e 1979, revelando-se importantes também para expandir a base de discussão do projeto do PT além dos sindicatos. O ethos desses movimentos de base, enfatizando a autonomia e a auto-organização, encontrava eco na insistência com a qual os organizadores do PT afirmavam que os trabalhadores e os pobres não podiam confiar em setores da elite para defender seus interesses, precisando assim fazer ouvir sua própria voz na política. O movimento estudantil, em cujo meio muitos participantes procuravam uma alternativa aos partidos tradicionais, constituiu outra fonte de recrutamento para o partido (KECK, 2010, p. 117-8).

No Acre, sociedade altamente rural, o PT local foi o primeiro, nacionalmente, a ficar legal na Justiça Eleitoral devido a um forte trabalho de padres e freiras (KECK, 1991). Para Eder Sader (1988), o PT surgiu e se consolidou pelo acúmulo de força política dos principais impulsos de contestação da ordem deste período, nos movimentos sociais, como clube de mães, Pastorais da Igreja Católica, grupos progressistas evangélicos, sindicalistas autênticos e das oposições sindicais, imprensa alternativa, ex-militantes de organizações clandestinas, parlamentares de oposição, trabalhadores rurais, Associação de Moradores, dos movimentos operários, movimentos negros, de mulheres e etc. Em Alagoinhas havia muitos desses impulsos com a criação da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFPA), em 1972, da Diocese, em 1975, e a presença dos operários do moderno parque industrial

---

<sup>59</sup> No Art. 13 da lei que instituiu o fim do bipartidarismo, estavam delineadas as exigências para a fundação de um partido: “realizadas as convenções municipais, regionais e nacional, com a aprovação do manifesto, do estatuto e do programa, e a eleição dos respectivos diretórios e comissões executivas, o diretório nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro do partido”. Ou seja, a regularização do Diretório nacional dependia da existência dos municipais e regionais.



brasileiro – a análise das Atas nos permitiu discutir os elementos constituidores do PT na cidade.

#### **4.3.1 UMA VISÃO DA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA**

(...) Em Salvador, após o encontro municipal que ainda não é a comissão provisória – que tem como objetivo encaminhar a organização das zonais, elegendo as suas Comissões provisórias. No interior – disse ele – “contamos com núcleos formados, ou em formação em 43 cidades, além de contatos ou pessoas do partido em mais de 80 (FEIRA HOJE, 06/09/1980, p. 2).

Segundo Jaime Cunha, Secretário do PT de Feira de Santana, após o Encontro de Salvador, formou-se a Comissão de organização municipal, cujo objetivo era encaminhar a constituição das zonais, elegendo as suas Comissões provisórias. No interior já havia “núcleos formados ou em formação em quarenta e três cidades, além dos contatos ou pessoas do partido em mais de oitenta”. A meta era formar as Comissões provisórias em pelo menos cinquenta e sete dessas cidades para somar às onze zonais de Salvador, atingindo o número legal necessário ao registro do partido (FEIRA HOJE, 06/09/1980, p.2).

Alagoinhas inseriu-se, desde o início, no processo de legalização do Partido dos Trabalhadores no Estado da Bahia. Nas análises das atas a que tivemos acesso, foi possível detectar quais foram os fundadores do Partido na cidade, a que segmentos sociais pertenciam, mas sem poder mensurar os seus posicionamentos políticos, pois não houve anotações das discussões políticas. Os registros realizados foram das reuniões para escolha das Comissões diretivas e das Convenções para definição dos candidatos nas eleições de 1982. Abordamos o perfil político do PT alagoinhense, na sua gênese, e dos seus militantes de maior destaque a partir da repercussão que tiveram na Câmara de vereadores, na imprensa local e na memória de alguns dos seus contemporâneos.

Na ata da reunião da Comissão Diretiva provisória, do dia 27/06/1981, para eleger a Comissão Executiva provisória, realizada na sede provisória do partido, situada na Praça da Bandeira, nº. 102, sala 04, foram registradas as seguintes presenças: Edmilson José Santos Araújo, Egda Maria Borges dos Anjos, Alberto Dantas Schramm de Azevedo, José Araquém Silva Souza, Antonio Schramm de Azevedo e “outros militantes do partido” que, em tendo sido atendido o quórum mínimo necessário, procedeu-se a eleição da Comissão diretiva: presidente - Edmilson José Santos Araújo; vice-presidente - José Araquém Silva Souza; tesoureiro - Alberto Dantas Schramm; delegado - Antonio Schramm de Azevedo.

No dia 15/07/1981, na sede provisória do partido, ocorreu a reunião para escolha da Comissão Executiva Municipal, estando presentes: Aloísio Nunes Rodrigues, Rui de Albuquerque, Egda Maria Borges dos Anjos; Alberto Dantas Schramm; Josefa Maria dos Santos; Maria de Fátima Dantas Schramm; Valdir Bonfim e outros militantes, tendo sido definido para exercer o cargo de presidente: Aloísio Nunes Rodrigues, vice: Alberto Dantas Schramm, secretária: Egda Maria Borges dos Anjos<sup>60</sup>, tesoureiro: José Araquém Silva Souza; líder da bancada do partido na Câmara Municipal: Antonio Araújo Costa<sup>61</sup>; Suplentes: Rui de Albuquerque e Roque Lázaro Xavier da Silva. A ata foi encerrada e no mesmo dia foi lavrada outra, designando, de forma unânime, os delegados: Aloísio Rodrigues, Antonio Schramm e Egda Maria Borges, para representar o partido, em conjunto ou separadamente, perante os juízes da 15ª e 163ª zonas eleitorais.

Como na qualificação dos integrantes das Comissões constou a ocupação e a idade, podemos dizer que predominavam no PT alagoinhense os estudantes<sup>62</sup>. Havia dois operários do sistema Petrobrás, um da indústria do petróleo, outro da petroquímica e um técnico em idiomas. Era um partido de jovens; o petroleiro Aloísio Rodrigues era o mais velho, com 38 anos de idade, o petroquímico Edmilson Araújo, tinha 27 – só para ilustrar que a juventude no partido não era apenas por ser, majoritariamente, constituído por estudantes –. A presença feminina foi significativa, 30% dos denominados nas atas, chamando-nos atenção o fato de duas das quatro mulheres identificadas terem parentesco com militantes do sexo masculino: Jacira Rodrigues, esposa de Aloísio, e Maria de Fátima Schramm, irmã de Alberto Dantas Schramm<sup>63</sup>.

Na memória de Rui de Albuquerque, Jacira Rodrigues era apenas a esposa de Aloísio, militante mesmo, só Egda Borges<sup>64</sup>, Para João Batista de Oliveira (JBO), ambos eram

---

<sup>60</sup> Irmã do petroleiro Germínio Borges da RLAN que, recém-saído do movimento estudantil, interessou-se em fazer um trabalho na área sindical, chegando à direção do SINDIPETRO, em 1979.

<sup>61</sup> O § 1º do art. 55 da Lei nº. 6.767, de 20/12/1979, definia o número dos membros dos partidos, dentre os quais estão incluídos os líderes nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Então, mesmo sem representação na Câmara de Vereadores, os presentes na reunião para escolha da Comissão Executiva Municipal decidiram indicar uma pessoa para ocupar a vaga de líder da bancada do partido, evitando que o Diretório ficasse com um membro a menos, o qual ficaria sem função definida.

<sup>62</sup> Não necessariamente que ainda estivessem estudando, pois era comum qualificar como estudante alguém sem uma ocupação profissional. Na região havia problema de emprego e muitas pessoas viviam na informalidade.

<sup>63</sup> Ela era irmã de Alberto e Antonio Schramm, mas destacamos o nome do primeiro por ser o que figurou na memória sobre a história do PT como fundador do partido. Interessante que, quando há coincidência nos sobrenomes masculinos, via de regra, não causa estranhamentos, mas, no caso feminino, logo sugere-se algum tipo de subordinação. O nosso interesse foi o de nos aproximarmos o máximo possível da forma como o PT foi criado em Alagoinhas/BA.

<sup>64</sup> Irmã de Germínio Borges que estava na direção do SINDIPETRO em 1979.

“companheiros”<sup>65</sup> : ela, “funcionária da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFPA) e facilitadora do Diretório acadêmico”, e ele, “petroleiro, ativista de sindicato e também envolvido na ideia de revolução”. No tocante à caracterização sobre Aloísio Rodrigues, as memórias de Albuquerque e Oliveira são convergentes, tanto no tocante a sua ocupação profissional, quanto ao biótipo: branco, alto, meio forte, calvo e com cavanhaque – João Batista chegou a dizer que ele lembrava Trotsky.

Se aproximaram de mim naturalmente, pela maneira que eu sempre me posicionava nas aulas quando eu sentia a intenção do professor em conservar o sistema existente e também pelo meu envolvimento em várias atividades sociais em Alagoinhas, como na Pastoral da Juventude, por exemplo. Por tudo isso, minha missão no D.A. foi trabalhar na construção do PT, sendo necessário, dessa forma, fazer Lula ficar conhecido.

Na lembrança de João Batista, em 1980, devido as suas atitudes em sala de aula e na sociedade, ambos o procuraram com o intuito de captá-lo. Jacira Rodrigues, na condição de funcionária da faculdade, exercia sua militância facilitando a organização do Diretório acadêmico, no qual Oliveira teria a missão de trabalhar a divulgação do PT, o que para eles, a vinda de Lula à cidade ajudaria a tornar o partido conhecido – voltamos à discussão do Lula como o “autêntico líder operário”, que inspirava os demais trabalhadores a despertar quanto à necessidade de se aglutinarem num partido próprio da sua classe, para poderem “vender o seu peixe”.

Embora Lula não tenha sido o único a sair pelo país defendendo a criação do partido (KECK, 2010, p.114-5), devido a sua condição de “principal porta voz dos autênticos”, a sua presença nos eventos dava-lhes uma maior repercussão. E, mesmo na sua ausência, enaltecê-lo ou valer-se da sua liderança constituiu-se numa tática adotada por parte de muitos dos envolvidos na criação do PT. Segundo João Batista de Oliveira, para trazer Lula a Alagoinhas/BA, foi desenvolvido, “mais ou menos assim”, o seguinte planejamento:

- 1) Angariar recursos financeiros;
- 2) O meio para conseguir;
- 3) Trazer Lula para fazer uma atividade em praça pública;
- 4) A segurança de Lula.

---

<sup>65</sup> No site *Esquerda diário* é dito que essa palavra tem viajado desde as crenças cristãs que consolaram e agruparam os escravos romanos até os primeiros servos dos ateliês medievais, indo parar nas mãos e bocas dos primeiros operários ingleses e franceses que se uniam para protestar contra as exaustivas jornadas de até 16 horas de trabalho e nas dos que marcharam atrás das bandeiras da Comuna de Paris e do Manifesto Comunista. Até o dia de hoje, é utilizada para designar os que sonham em tomar o céu de assalto, os que compartilham o pão da luta – às vezes doce, outras amargo.

A principal tarefa, sem a qual a vinda de Lula estaria inviabilizada, recaiu sobre JBO, que alugaria uma fita de vídeo cassete, contudo, como sua renda não era compatível, recorreu ao contracheque de um amigo da SIBRA para poder alugá-la. A temática do filme foi a busca dos retirantes das regiões secas por melhores condições de vida nos grandes centros – qualquer semelhança com a história de vida do líder operário que visitaria a cidade não seria mera coincidência. A divulgação da sua exibição ocorreu através do boca-a-boca por alguns alunos da faculdade, tendo conseguido arrecadar o dinheiro necessário para pagar as passagens de Lula.

O meu aborrecimento com Aloísio foi por ele ter levado o filme para Salvador para entregá-lo na locadora e não o fez, resultando na visita do oficial de justiça ao amigo que lhe havia disponibilizado o contracheque, que prontamente me cobrou que adotasse as devidas providências – Sufoco! –, mas conseguimos o dinheiro para pagar as passagens de Lula, que parece ter vindo de ônibus.

A acomodação de Lula também ficou a cargo de JBO, que fez uma reserva no Centro Diocesano, mas, no dia da chegada de Luís Inácio, ela foi cancelada pelo Bispo ao saber a quem estaria hospedando. Resultado: “provavelmente” Lula teria ficado na casa de Jacira e Aloísio<sup>66</sup>. Na memória de Rui Albuquerque, quem o hospedou foi Alberto Schramm, em Araçás, e eles teriam passado a noite tomando cachaça – a ênfase à bebida tem muito a ver com as razões do presente. Tê-lo levado a um distrito não parece razoável, pois havia uma preocupação com a sua segurança. Mas, por outro lado, se havia um militante capaz de “promover a autodefesa” de Lula, seria Schramm porque andava armado<sup>67</sup>.

Segundo JBO, Lula teria discursado em cima de um palanque existente na Praça Graciliano de Freitas, denunciando “as armadilhas que o Presidente João Batista Figueiredo havia preparado para a classe trabalhadora”<sup>68</sup>. Havia por parte de JBO muita expectativa quanto a um bom público e interesse da ditadura pelo evento, mas não houve nenhuma das duas coisas – “achei estranho, pois não presenciei nenhuma viatura, nem polícia fardada –

<sup>66</sup> João Batista supôs ter sido na casa do casal Rodrigues porque ela reunia as melhores condições de conforto, haja vista Aloísio ser petroleiro e Jacira, funcionária pública.

<sup>67</sup> Até hoje permanece no imaginário da esquerda alagoanhense a imagem do Alberto Schramm que andava armado para se defender dos grileiros de terras em Araçás.

<sup>68</sup> Possivelmente críticas ao pacote previdenciário, que veremos mais adiante, sendo pronunciado na Câmara de vereadores, quando se discutia justamente a programação do 1<sup>a</sup> de maio, divulgada pelo PT local, e, posteriormente, o presidente da Comissão da Promoção e Paz da Diocese se manifestando pela inconstitucionalidade da reforma da previdência.

deveriam estar à paisana, ou aquela questão de Romeu Tuma Junior: Lula era um informante, nós seríamos os bois de piranha!”

João Batista de Oliveira tem certeza do ano em que ingressou na Faculdade, mas não está convicto quanto à data da visita de Lula; assegura que foi durante o governo João Batista Figueiredo. Não encontramos nenhum registro escrito dessa passagem do líder metalúrgico por Alagoinhas, as outras memórias também são confusas e imprecisas, mas há indícios de que esse episódio trazido por JBO tenha acontecido no primeiro de maio de 1982 porque, na véspera do dia do trabalhador, foi lida na Câmara de vereadores a programação da atividade política a ser realizada na cidade por um novo “partido”.

O vereador Jamim Nascimento, professor da FFPA, leu em plenário a programação distribuída para o dia 1º de maio, elaborada por um partido novo em nossa cidade, concluindo que seria mesmo um panavueiro. O vereador João Bosco de Farias perguntou ao orador se ele era a favor dos temas da programação lida. O interpelado respondeu positivamente, à exceção do relacionado à Previdência social, pois ainda não havia estudado o assunto. Bosco disse que “o trabalhador hoje se preocupa com os problemas maiores” (ACMA, 30/04/1982).

Como a programação do evento lida no plenário da Câmara não foi transcrita na Ata, não podemos dizer se houve a divulgação da vinda de Lula à cidade. Mas, pela repercussão obtida no Legislativo municipal, com o temor de ser um “panavueiro”, e, posteriormente, o vereador Antonio Edson exigir que a Câmara apurasse as arbitrariedades cometidas por membros do PT na Praça Graciliano de Freitas (ACMA, 18/05/1982), é factível que o ato político rememorado por JBO tenha sido esse. Contudo, não descartamos a possibilidade de ter sido em qualquer outra data entre 1980 e 1982, pois, como dito pelo próprio JBO, as autoridades constituídas não demonstraram muito interesse pela visita do líder metalúrgico, logo, ela pode ter ocorrido e passado despercebida dos vereadores e da imprensa – Lula esteve em Feira de Santana, em 1978, sem muita repercussão, mas, em 1981, com grande comoção, inclusive com a cobertura do Jornal Feira Hoje, e, mesmo assim, nenhuma menção foi feita pelos vereadores de Alagoinhas.

Eu sempre ouvi dizer que o trabalhador baiano não participava das coisas porque ele é conservador, porque ele não se interessava em discutir seus problemas” e disse que estava contente com as participações massivas que viu na Bahia e sobre o prognóstico futuro do PT no nordeste: “estando legalizado em 17 Estados e esperando em fevereiro, no mais tardar, com todos os 22 Estados tendo Comissões legalizadas e preparadas para concorrer às eleições de 1982. Nós achamos também que a questão da

dificuldade ou não da eleição é um negócio muito místico, é um negócio que a burguesia tende a dificultar, porque nenhum partido na história desse país, teve um material humano disponível, e que trabalha gratuitamente, que tem o Partido dos Trabalhadores hoje. E esse número de pessoas tende a crescer na medida em que o Partido vá crescendo. Então nós chegaremos nas eleições de 1982 com uma base bastante sólida e tranquilamente em condições de ganhar as eleições dos pseudos-líderes que ficam por aí se intitulando de chefes políticos de uma nação, como coisa que a classe trabalhadora precisa ser tratada como um animal irracional que não pensa e precisa ter um chefe (FEIRA HOJE, 29/11/1981, p.2).

Poder-se-ia sugerir que, tendo Lula ido a uma cidade próxima, poderia ter vindo também a Alagoinhas, mas JBO não fez nenhuma menção a isso. Valendo-nos do convênio entre o jornal A Tarde e a Biblioteca Central da Bahia, que disponibiliza, digitalmente, os exemplares desse periódico, fizemos buscas pela presença de Lula na Bahia e em Alagoinhas, mas nada encontramos – as visitas de Lula à Bahia durante esse período precisam ser melhor estudadas, inclusive a atuação da imprensa baiana na sua divulgação ou no seu mascaramento.

Não obstante a cobrança do vereador Antonio Edson para que as “arbitrariedades” cometidas na Praça Graciliano de Freitas fossem apuradas, João Batista de Oliveira atestou ter tudo ocorrido de forma mais tranquila que o esperado pelos próprios organizadores. Então, o vereador se referiu a quais atos arbitrários? Às críticas ao Presidente João Batista Figueiredo? Infelizmente, não dispomos das fontes para precisar essa questão da primeira visita de Lula a Alagoinhas. Acreditamos ter sido anteriormente a 1983, pois, a partir desse ano, ao que tudo indica, Aloísio Rodrigues não estava mais militando em Alagoinhas. Antes disso, havia perdido a sua condição de membro do Diretório municipal por imposição do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Aos dezesseis dias do mês de julho de 1982, realizou-se uma reunião para retificação do Diretório municipal de Alagoinhas. Os presentes foram: Edmilson José Santos Araújo, Josefa Maria dos Santos, Alberto Dantas Schramm de Azevedo, Darlene Santos Araújo, Antonio Schramm de Azevedo, Jacira Chaves Rodrigues e José Araquém Silva Souza. Edmilson Araújo, escolhido para presidir a reunião que foi secretariada por Josefa Maria dos Santos, justificou a necessidade de efetivar correções na composição da Comissão Municipal desta forma:

Devido à redução do número de componentes do diretório municipal de 15 para 9, feito pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o companheiro Aloísio Nunes Rodrigues, escolhido por votação anterior para Comissão Executiva Municipal deixou de pertencer ao diretório, determinando, por consequência,

a vacância do cargo. Diante disto, se impunha a escolha de outra Executiva municipal (ADMPTA, 16/07/1982).

Prestados os devidos esclarecimentos, procedeu-se a votação em escrutínio secreto, tendo sido eleito presidente, Alberto Dantas Schramm; vice: Edmilson José dos Santos Araújo; secretária: Josefa Maria dos Santos; tesoureiro: José Araquém Silva Souza; vogal e suplente: Antonio Schramm de Azevedo. Desconhecemos os critérios utilizados pelo TRE para definir quem permaneceria como integrante do Diretório Municipal e quem deveria sair. Mas, por tudo que acompanhamos, o mais provável seria Edmilson Araújo substituir Aloísio Rodrigues, no entanto, o estudante Alberto Schramm foi o escolhido.

Não dispomos de elementos para entender o porquê da presidência do partido ter ficado nas mãos de um estudante e não do operário, mas possivelmente esse afastamento de Aloísio Rodrigues da Comissão Executiva e posteriormente sua saída e a de Edmilson Araújo da cidade contribuíram para o esquecimento por parte de muitos militantes da influência do movimento dos petroleiros e petroquímicos na criação do PT local, inclusive noticiada no Alagoinhas Jornal dos Municípios (AJM).

A quem interessa esta indefinição? Aos partidos oposicionistas que já tem definidos os seus candidatos e que aproveitam para ir conquistando a confiança do eleitorado, mesmo não tendo muita fé de que farão o próximo prefeito. Primeiramente porque os seus adeptos são poucos. É o caso do **PT, que tem à frente o operário Aloísio Rodrigues**, ou porque sentem que o PDS está suficientemente forte para derrotá-los, como é o caso do PMDB (AJM -2ª quinzena de maio -, 1982, p.3) – grifo nosso.

Esse periódico foi fundado em 1981, no ano seguinte tornou-se o jornal oficial do município (ACMA, 01/10/1982), mas não se limitava a divulgar as ações da gestão, havia também discussões diversas, inclusive política, na Coluna Ponto a Ponto escrita por Nelson Amaral, que era assessor jurídico da Prefeitura e professor da FFPA. Com essas características, tanto do jornal, quanto do colunista, as análises políticas precisariam ser vistas com ressalvas. Mas, como a rivalidade do prefeito era com o PMDB que efetivamente reunia as condições de derrotá-lo, no caso do PT, pela sua inexpressividade eleitoral, apontada pelo próprio Amaral, acreditamos que as avaliações sobre essa agremiação foram menos parciais.

O PT, quando da publicação dos comentários políticos do colunista Nelson Amaral, ainda não havia formalmente definido o seu candidato a prefeito e a vice. Possivelmente o nome já fosse conhecido do público externo, principalmente de Amaral, que trabalhava na mesma instituição de ensino que Jacira Rodrigues. A Convenção para escolha dos candidatos

ocorreu no dia 04/08/1982, tendo sido devidamente divulgada por meio do edital datado de 26/07/1982, sendo a chapa petista escolhida para concorrer às eleições de quinze de novembro constituída da seguinte forma:

Prefeito: Edmilson José dos Santos Araújo; vice: José Araquém Silva Souza. Vereadores: Alberto Dantas Schramm - 3602; Aloísio Rodrigues - 3609; Srta Divanete Santana dos Santos - 3605; Honorato Bispo dos Santos - 3608; Jonas Carneiro da Silva - 3601; Josué Alves Soares - 3606; Sr<sup>a</sup> Luciara Paim de Araújo - 3607; Miguel Arcanjo de Lima - 3603; Roque Lázaro Xavier da Silva - 3604. Foram designados como delegados do partido perante a Justiça eleitoral: Aloísio Rodrigues, Alberto Dantas Schramm e Josué Alves Soares – o sorteio do número dos candidatos ocorreu na reunião do dia nove de setembro de 1982, que foi devidamente divulgada pelo edital do dia primeiro do mesmo ano (ADMPTA, 09/09/1982).

Na Bahia, segundo Igor Gomes, o PT não elegeu ninguém nas eleições de 1982. No entanto, seis vereadores foram eleitos no interior (PEREIRA, et al., 1984, p. 96), provavelmente em nenhum grande colégio eleitoral, tanto que os petistas feirenses se frustraram com os resultados obtidos (GOMES, 2007, p.115). No ABC paulista, palco da retomada das grandes mobilizações da classe trabalhadora, e, até mesmo em Feira de Santana, devido à forma como Lula foi recepcionado em 1981 e às contribuições coletadas nos pedágios da cidade para fortalecer o fundo de greve dos metalúrgicos paulistas em 1980, compreende-se a expectativa quanto a um melhor resultado eleitoral (JORNAL FEIRA HOJE, 15/04/1980, p.3)<sup>69</sup>. Mas, como nada disso aconteceu em Alagoinhas, acreditamos que os dirigentes e militantes na cidade não discordaram da previsão feita por Nelson Amaral quanto à inexpressividade eleitoral do partido naquele pleito.

Luciara Paim, quando se referiu a essa eleição, falou com o entusiasmo de quem combateu o bom combate, ciente das suas limitações ou até mesmo as da institucionalidade, pois se reivindicava revolucionária, integrante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Eventualmente, os petistas de Alagoinhas poderiam ter criado alguma expectativa quanto aos resultados eleitorais, pois lançaram uma chapa com operários e mulheres num cenário de mudanças, no qual, aparentemente, “os trabalhadores queriam algo maior” e as mulheres aumentavam significativamente a sua participação no mercado de trabalho – não à toa, em 1979, o ex-prefeito Judélio Carmo ter acenado à classe trabalhadora

---

<sup>69</sup> Na capa foi destacado que em três pedágios havia sido coletada a quantia de quatro mil cruzeiros. E que os militantes petistas portavam faixas anunciando a construção do PT, denunciando a carestia, opressão, declinando apoio à justa greve dos metalúrgicos, no que contaram com a adesão do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos.



sublinhando a inserção das mulheres, e, em 1982, o prefeito do PDS também ter feito o mesmo, mas ressaltando o seu caráter pacífico e ordeiro (AJM - 2ª quinzena -, 1982, p.2).

A presença feminina na chapa eleitoral do PT de Alagoinhas, em 1982, foi significativa: dos nove candidatos ao Legislativo, havia duas mulheres, uma “senhorita” e uma “senhora”, faltou uma para representarem 30% do total, e havia mais quatro “companheiras” participando das reuniões partidárias. Essa significativa presença das mulheres no Partido dos Trabalhadores local não destoou do observado por Judélio Carmo, no primeiro de maio de 1979, quanto às mulheres exercerem, fundamentalmente, a função de secretária no mercado de trabalho, pois nas Comissões Executivas do PT esse também foi o cargo ocupado por elas – ao menos Egda Borges foi indicada também como delegada do partido perante a Justiça eleitoral.

A mera presença feminina no mercado de trabalho e na política partidária não significa, necessariamente, o fim do machismo. Torna-se necessário, conforme observado pela Juíza Maria Elizabeth Junqueira Ayres, citada por Judélio Carmo, permitir que elas ocupem os cargos mais variados, inclusive os “limitados por preconceitos” (JORNAL A TARDE - CAD. 2 -, 30/04/1979, p.1).

Vimos bandeiras do feminismo em vários espaços sociais: na Petrobrás, uma indústria marcada pelo machismo, o movimento sindical incluiu na pauta de reivindicações creches para as mães solteiras (JORNAL A TARDE, 7/08/1978, p.2); a FFPA discutiu essa temática; a própria imprensa, deu a sua contribuição, a exemplo do Alagoinhas Jornal dos Municípios, divulgando frases como essa da deputada estadual, Aurênia Torres, pelo PDS: “a mulher imprime novo tempo em sua vida”, (AJM - 2ª quinzena de outubro -, 1982, p. 4), mostrando que houve também por parte da direita a absorção de pautas feministas, mas, obviamente, que o gênero unia as mulheres, porém a classe as dividia (TOLEDO, 2008).

Das mulheres candidatas pelo PT, temos informações sobre Luciara Paim: funcionária da delegacia sindical do STIEP em Alagoinhas, da qual o seu pai, Manoel Oliveira Paim, foi delegado e chegou até a compor a diretoria desse sindicato – provavelmente por isso conseguiu esse emprego, onde conviveu com pensamentos políticos diversos, inclusive acabou aderindo a uma corrente tida por seu pai como dos “baderneiros”<sup>70</sup>. As atividades acadêmicas, a exemplo da I Semana de Estudos Sociais, coordenada pela professora Maria

---

<sup>70</sup> Quando lhe perguntei se ele ouvia falar sobre os metalúrgicos do ABC paulista, a sua resposta foi que sim, mas disse ser um sindicalismo de baderna. Foi quando, orgulhosamente, falou do certificado concedido pela empresa reconhecendo a prática de um sindicalismo sério. Inclusive, na condição de delegado sindical, resolveu os problemas dos operários que lhe procurava, sem precisar acionar um diretor do sindicato. Segundo ele, isso causou ciúmes em alguns dos dirigentes.

Glória Borges, que teve como conferencistas os professores Joviano Soares de Carvalho Neto, Maria Hilda Paraíso Barqueiro, Nelson Preto, Zahidé Machado Neto e José Sérgio Gabrielli (AJM - 1ª quinzena de julho -, 1982, p.11), também serviam de estímulo à participação na vida política – a abordagem da professora e feminista, Zahidé Machado Neto, a partir da sua militância político-profissional sobre a situação da mulher, propiciou instantes de acirramentos, provavelmente pela dificuldade de muitos em reconhecer determinadas práticas como discriminatórias, mas desses embates surgem estímulos à luta.

Tendo como conferencistas: Hilda Paraíso, tratando da questão do índio, em especial o baiano; partidos políticos, com o professor Joviano Neto, agradou aos universitários presentes, ensejando um número significativo de questões que revelaram, via de regra, o conhecimento ainda limitado dos jovens eleitores no que concerne a nova sistemática eleitoral. A situação da mulher foi retratada pela professora Zahidé Machado Neto, líder feminista cujas informações coletadas ao longo da militância político profissional propiciaram instantes de acirramentos. Os dados apresentados pela pesquisadora revelam um trabalho paciente e cuidadoso sobre a condição feminina e as desigualdades de oportunidade com que a mulher é obrigada a conviver; A curta x licenciatura plena foi apresentada pelo professor Nelson Preto, de Física, da UFBA, contrário à licenciatura curta. E o último assunto discutido foi considerado por alguns professores o mais interessante, talvez por ter sido aquele que se acha inserido, dolorosamente, no cotidiano de todos os presentes – o problema econômico –, apresentado pelo professor Sérgio Gabrielli, desfilando os argumentos da área econômica, ora combatidos, ora fortalecidos através de exemplos concretos do noticiário jornalístico, em que a inflação mereceu destaque (AJM - 2ª quinzena de julho -, 1982, p.4).

Na descrição da colunista Maria Denise Gurgel Nascimento, do Alagoíneas Jornal dos Municípios, os estudantes presentes ao evento da FFPA demonstraram mais interesse pela temática partido político, provavelmente porque muitos deles participavam da vida partidária, a exemplo de Luciara Paim e Miguel Arcanjo que disputaram as eleições de 1982 pelo PT. Além da Faculdade, outras instituições sociais, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Comissão de Justiça e Paz da Diocese, também exerciam o ativismo social: o Presidente da subseção de Alagoíneas da OAB, Antonio Rezende, manifestou-se no jornal local, considerando inconstitucional o “pacote da previdência” (AJM - 2ª quinzena de abril -, 1982, p. 10). Meses depois, a Comissão de justiça e paz enviou nota de desagravo à denúncia feita no programa da TV Itapoan contra Rezende. Dentre os assinantes dessa mensagem de apoio, “um líder operário”. Integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) visitaram a Usina Aliança e constaram a prática de trabalho semi-escravo – JBO fez parte dessa comitiva.

Apesar do Bispo Dom José Florisberto Cornelis, em 1975, quando perguntado sobre o impeachment de Judélio Carmo, ter dito que “só se interessava pelas palavras de Deus”, a “prioridade absoluta à formação dos agentes pastorais, através de uma pastoral vocacional bela refletida”, conforme asseverou o Bispo Diocesano, quando do anúncio da fundação da Diocese em Alagoinhas (JORNAL A Tarde, 1/02/1975), surtiu efeito, surgindo líderes nos vários setores da promoção humana, incomodando o status quo: o vereador Newton Pimentel solicitou que a Câmara levasse ao conhecimento do Bispo “a conduta do padre Tiago por fazer política e beber nas pontas de rua” (ACMA, 23/05/1979); o padre Geraldo defendeu os posseiros do povoado do Catuzinho (ACMA, 09/11/1979) e a Pastoral da Saúde encaminhou ofício ao Legislativo municipal (ACMA, 31/07/1981). Havia também vereadores apoiadores das ações dos setores da “promoção humana”.

O vereador Claudionor Bispo de Souza registra o Encontro realizado pela Promoção Justiça e Paz, que não teve a devida divulgação. No 1º dia: orçamento municipal; no 2º: o mercado de trabalho no município; no 3º: a classe média falou sobre saúde; 4º: educação no município; 5º: urbanização da cidade e a participação da comunidade na política (ACMA, 08/03/1982).

O vereador comunista Antonio Fernando Xavier dos Santos (Aranha)<sup>71</sup>, eleito pelo PMDB, complementou o seu colega, sugerindo que Encontros como o da promoção de Justiça e Paz fossem reeditados, pois “numa casa onde os interesses são de procedência popular, existem divergências, porém o Estado democrático propicia divergências, principalmente, numa sociedade em evolução como a nossa” (ACMA, 08/03/1982). Nesse discurso, o militante do PCdoB define o contexto político brasileiro como de transição à democracia, exigindo, inclusive, um posicionamento democrático do Poder Legislativo local. Mas, na sessão de 01/11/1983, felicitando aos argentinos por lhes terem sido devolvido o poder, alegou ter a ditadura brasileira matado mais do que a Argentina – ao que foi aparteado pelos vereadores João Cardoso e Dimas Campos; o primeiro o acusou de estar sendo injusto, e o segundo, de ter sido infeliz, “pois, se vivêssemos num regime de ditadura, ele não teria o direito de usar essa tribuna”. Aranha explicou que “o regime se formaliza entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, mas na realidade a forma é outra”. Exemplificou a sua afirmação, declarando ele próprio “vítima dessa ditadura militar”.

No mês de dezembro, voltou a criticar a ditadura, descrevendo as crises vividas pelo país, em 1983, com as greves, fome, desemprego, etc. Frisou também os escândalos de

---

<sup>71</sup> Coursou história na UFBA, participou do movimento estudantil e foi preso pela ditadura

corrupção nos altos escalões da Presidência da República. Ainda provocou os militares, lembrando que derrubaram João Goulart para exterminar a inflação, a corrupção e o comunismo, entretanto, vinte anos depois, continuavam “todos estes tipos de defeitos e erros”. Concluiu, seguindo a política do PCdoB, registrando que os “políticos dos vários partidos estão hoje mais conscientes, fazendo-se reconhecer os defeitos de cada partido, a coragem que tiveram em recuperar as prerrogativas no Congresso e no Senado” (ACMA, 23/12/1983). Ou seja, a defesa da frente ampla pela democracia, tão criticada por alguns dos participantes da já mencionada Mesa redonda da revista *Contratempo*, realizada em 1977.

Assim, em Alagoinhas, os que queriam construir um caminho próprio para a classe trabalhadora, a exemplo de João Batista, se identificavam com a postura dos militantes petistas, a exemplo de Aloísio Rodrigues que, além de atuar no sindicato, falava em revolução. O ativismo de setores da igreja católica ligados à teologia da libertação tinha como referência o marxismo – embora o PT não pudesse ser definido como marxista, não havia divergências entre os seus fundadores quanto à necessidade da independência de classes, assumida até mesmo por Lula:

Quem sabe a gente não pode fazer um negócio menos clássico e mais realista (...) sem roupagens ideológicas (...)”, mas para enfrentar os problemas reais da classe trabalhadora”, pois, “até agora todos os partidos brasileiros foram partidos classistas, a única coisa é que eram de outra classe (SOUZA, 1988, p. 125-6).

Nessas circunstâncias, o acirramento entre os PC's e o PT seria inevitável, e Alagoinhas não passou incólume a ele: o vereador Antonio Fernando, na Tribuna da Câmara de vereadores, no sexagésimo primeiro aniversário do PCdoB, rememorou a origem do seu partido, num discurso no qual lembrou que desde 1922 a classe trabalhadora brasileira já tinha o seu Partido.

Há 65 anos, empregados, intelectuais resolveram em Niterói, pois era a época da industrialização do país, fundar um partido representante da classe operária, dos fracos, dos oprimidos, o Partido Comunista, que não deixou de representar a classe operária. De lá pra cá tiveram perseguições, prisões de seus integrantes, porém prestou serviços relevantes ao país. Presta homenagens aos patriotas que combateram e combatem na clandestinidade. Percebemos mudanças no militarismo, com casuísmos, leis forjadas em laboratórios norte americanos (...). A abertura proclamada pelo governo não tem respaldo legal. Apenas o povo vai garantir espaço às eleições conquistadas, dando cunho legítimo, exigindo ao Palácio do Planalto a legalização do Partido Comunista. No Brasil legalizaram outros partidos e só

acredita na democracia se for ampla, com todos os partidos agindo (ACMA, 25/03/1983, p. 133-4)<sup>72</sup>.

No discurso, os comunistas apostavam que “só o povo iria garantir o espaço às eleições legítimas, exigindo do Palácio do Planalto a legalização do Partido Comunista, pois só acreditava na democracia, se fosse ampla, com todos os partidos agindo”. Mas, na prática, apoiaram a transição democrática negociada com os militares, criticando os “combativos” pelo aumento do número de greves em 1983, por considerá-las como um ato de “cutucar a onça com vara curta”. Autores, a exemplo de Vitto Giannotti, relacionam a greve dos petroleiros à criação da CUT, outro ponto de divergência com os “sindicalistas petistas”, acusados de estarem dividindo a classe trabalhadora – em Alagoinhas, houve um Encontro dos trabalhadores, cuja palestra de abertura foi realizada pelo dirigente da “Unidade sindical” na Bahia (AJM, agosto de 1983, p.3).

A crítica dos comunistas ao casuísmo governamental fazia sentido, pois, levando-se em considerando o previsto na Lei 6.767 de 20 de dezembro de 1979, no seu artigo 5º, parágrafo 3º: “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe”, o Partido dos Trabalhadores não poderia ter o deferimento do seu registro. Logo, havia lógica na argumentação de que a ditadura teria reconhecido o direito do PT existir legalmente para poder enfraquecer o setor sindical do PMDB.

Em Alagoinhas, na disputa pela hegemonia da classe trabalhadora, o PCdoB tinha a seu favor o mandato do vereador Antonio Fernando, enquanto o PT perdeu as suas duas lideranças operárias, oriundas do movimento dos petroleiros e petroquímicos que contribuía com a consolidação do partido, tanto que, no regresso de Theodomiro Romeiro dos Santos a Salvador, o mesmo participou de uma passeata organizada pelo SINDIQUÍMICA.

Em 07/09/1985, participou de passeata organizada pelo SINDIQUÍMICA; em 09/09/1985, participou do programa Câmera Cinco, veiculado pela TV Itapoan, o qual visava diminuir os efeitos de uma entrevista anteriormente concedida pelo mesmo. As declarações precipitadas de TRS sobre luta armada e a reação contrária da imprensa impediram que o PT/BA capitalizasse politicamente o seu ingresso na agremiação. Os militantes do PCdoB ficaram contrariados com a decisão de TRS de ingressar no PT/BA (DPF BA, ACE A0523136, 09/10/1985, p.6).

---

<sup>72</sup> Ou na transcrição do discurso ou na própria empolgação da fala foram acrescentados quatro anos à existência do Partido Comunista do Brasil. O vereador era militante do PCdoB, mas reivindicava a origem de 1922.

Na ata da reunião do dia vinte de novembro de 1983 para a escolha da Executiva municipal não constaram os nomes de Aloísio Rodrigues e Edmilson Araújo; dentre os membros do Diretório: Alberto Dantas Schramm, Josué Silva Soares, Iolanda Correia de Araújo, José Araquém Silva Souza, Divanete Santana dos Santos, Miguel Arcanjo e Antonio Magno Dantas Schramm (ACMA, 20/11/1983) – nessa reunião foram eleitos e empossados os membros da Comissão Executiva e o líder do partido na Câmara municipal, mas não foi possível identificá-los, pois não recebemos a foto da página subsequente desta referida Ata.

Não sabemos as razões da saída deles, as informações obtidas dão conta de eles terem ido para Aracaju/SE. Suspeitamos que a transferência de Aloísio Rodrigues estivesse relacionada à greve de 1983. A falta de fontes nos impossibilitou descrever melhor as trajetórias desses dois personagens, que, por não estarem presentes na transição entre a geração dos fundadores e a mais prodigiosa do PT, no aspecto dos resultados eleitorais, acabaram sendo esquecidos.

Edmilson Araújo teve o seu legado resgatado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1996, quando se lançou candidato a vereador, e na sua campanha exaltou-se o fato dele ter sido o primeiro candidato a prefeito pelo PT na cidade, surpreendendo muitos petistas que acreditavam ter sido o Promotor de Justiça, Dr. Péricles Magalhães, em 1988. Já Aloísio Rodrigues permanece desconhecido da maioria dos integrantes do Partido – segundo Radiovaldo Costa, dirigente do Sindipetro e da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e ex-vereador pelo PT, só ouviu falar em Aloísio Rodrigues ao ter sido identificado como alagoinhense em Paulínia/SP, no evento alusivo aos trinta anos da greve de 1983.

Ter tido uma candidatura operária ao cargo de prefeito, em 1982, e seis anos depois, o candidato ser um Promotor de Justiça, pode indicar uma mudança do perfil do partido a ser investigada, caso as fontes apareçam. Infelizmente, não houve o cuidado por parte dos militantes alagoinhenses em preservar os documentos. O sindicato dos petroleiros diz possuir um acervo, mas indisponível, à espera da inauguração do seu memorial – o nosso temor é que, quando ele estiver pronto, já não existam mais os documentos. O Partido dos Trabalhadores ao menos possui o livro das reuniões para escolha das Comissões diretivas, mas as fotos que nos foram enviadas estavam fora da ordem e faltando algumas páginas. Além disso, não vimos a Ata da reunião de fundação do partido.

Embora reconheçamos a suscetibilidade em disponibilizar o livro de Ata das reuniões de um partido em pleno funcionamento, principalmente estando ele vivendo um momento sensível, com todo um discurso de ódio contra si, tentamos ter acesso ao mesmo, mas não

tivemos êxito porque a pessoa responsável pelo documento estava hospitalizada. Diante de tantas dificuldades, nos esforçamos para, minimamente, descrever a influência do movimento dos petroleiros e petroquímicos na fundação do PT em Alagoinhas, sem poder aprofundar muito no seu perfil partidário ou explicar o porquê da geração que chegou ao Poder Executivo municipal, em 2001, não ter as lideranças petroleiras como referência. Parafraseando Peter Burke, exercemos a nossa função de historiador, não de relembrar, necessariamente, o que os militantes e dirigentes petistas locais quiseram esquecer, e sim seguir o caminho de construção desse partido na cidade, para que o leitor possa fazer o uso que lhe prouver.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar as experiências dos operários das indústrias do petróleo e petroquímica na Bahia, compreendendo as totalidades das relações da qual elas são um momento simultaneamente determinado e ativo, sem deixar de reconhecer as suas singularidades, nos permitiu pensar a reorganização de um segmento da classe trabalhadora ocorrida fora do eixo sudeste-sul, sem a noção preconcebida de ela ter sido satélite dos movimentos ocorridos nos centros economicamente mais desenvolvidos.

Reconhecemos que a importância dos movimentos é definida pelo seu poder de influenciar nos destinos da história do país, portanto o ABCD paulista se constituía num centro nevrálgico para o capitalismo brasileiro porque lá, desde os anos 1950, foi escolhido como local privilegiado para o desenvolvimento industrial do país. Logo, o impacto das suas mobilizações inegavelmente é maior do que em outras regiões do país, o que, segundo o historiador Eurelino Coelho, justifica a maior atenção dada pela imprensa e os estudiosos.

Contudo, não descartamos a possibilidade dos pesquisadores se interessarem mais pelos centros industriais por acreditarem que, devido ao trabalho dos operários resultar num produto, eles estariam mais propensos a reconhecerem a sua condição de explorados, constituindo-se nos “sujeitos sociais da revolução”. Logo, o lugar mais indicado para o surgimento do Partido dos Trabalhadores seria São Paulo, e a categoria profissional capaz de propô-lo, a dos metalúrgicos paulistas.

Mas, ao estudarmos o processo de constituição do PT encontramos algumas evidências que nos levaram a questionar esse destino manifesto: as “lideranças autênticas” não terem conseguido apresentar a proposta de criação do partido para a classe trabalhadora no Congresso da CNTI realizado em São Paulo, em 1978, sendo que a menos de quinze dias a havia formulado no XIV Encontro nacional dos petroleiros e petroquímicos, em Salvador/BA. Não teriam conseguido apresentar no congresso da CNTI apenas por causa das artimanhas do Presidente da CNTI? Qual o significado da esquerda, em muitos dos casos, estar sozinha à frente da criação do PT no norte e nordeste do país, regiões atrasadas industrialmente?

O nosso objetivo com esse estudo não foi o de responder a tais indagações e sim, a partir do estudo de um movimento específico da classe trabalhadora, localizado fora das áreas mais industrializadas do país, ver as suas especificidades para mostrar o quanto o todo é diverso, não podendo ser singularizado a história de uma região, por mais importante que ela seja.



O presente trabalho não se limitou a provocar uma parte da historiografia que apresenta os eventos do sudeste como nacional, enquanto vê os das demais regiões como locais ou regionais. O valor dele pode ser também medido por reconstituir uma parte da trajetória das lutas dos petroleiros da Bahia ainda não escrita, somando-se ao estudo realizado por Alex Ivo, que trata do pioneirismo deste movimento e dos impactos sofridos com o golpe de 1964.

Entendemos que é preciso dar acesso e estimular a sociedade a consumir as produções acadêmicas para que, sobretudo os explorados, possam fazer as devidas problematizações. Essa é uma forma de se opor à hegemonia da classe dominante sobre os “meios de produção espiritual”. Assim, as lutas dos trabalhadores e suas conquistas não seriam silenciadas, e a ideia da Petrobrás ser a empresa nacional que melhor tratava os seus empregados ou a de que os metalúrgicos de São Paulo não teriam motivos do que reclamar, não seria mais tomada como verdade sem que se fizessem antes as devidas reflexões.

Vito Giannotti, em vida, insistiu para que os sindicatos construíssem os seus próprios elementos de superestrutura contra-hegemônicos, se reportando especificamente aos boletins, defendia que tivessem uma boa diagramação e uma linguagem simples, acessível a todos trabalhadores. Também defendia a contratação de profissional da área e se promovesse a sua devida valorização. Durante a pesquisa, pude perceber que a maioria das entidades da classe trabalhadora não está dando a devida atenção à preservação da sua história, inclusive detectei em alguns dos seus sites que, quando se propuseram a fazê-la, publicaram informações erradas. Então, sugeri a um diretor da FUP que defendesse junto aos sindicatos dos petroleiros a necessidade de contratação de um historiador para cuidar da preservação da memória histórica do movimento petroleiro para, em parceria com o departamento de jornalismo, torná-la de conhecimento dos próprios operários e da sociedade.

Quem sabe, quando houver uma extensão universitária mais efetiva e as lideranças sindicais compreenderem o valor do conhecimento histórico, a maior parte da sociedade, ao ouvir a música *abafabanca* – “(...) em 1961, só quem tinha geladeira era petroleiro (...), então o peão virou burguês....” – reaja, dizendo que os petroleiros puderam ter esse eletrodoméstico inacessível à maioria dos trabalhadores porque fizeram greve um ano antes, assimilando que “só a luta muda a vida!”. Demos a nossa singela contribuição, enquanto mestrando, reconstituindo parte da história do movimento dos petroleiros da Bahia entre 1974 a 1984, à qual pretendo disponibilizar uma cópia ao grupo “Força do Trabalhador” de Alagoinhas/BA, constituído por entidades sindicais, estudantis e partidárias.

**FONTES****IMPRESSAS:****JORNAIS:****A TARDE:**

Jornal A Tarde, 18/08/1951.

Jornal A Tarde, 10/02/1972.

Jornal A Tarde, 12/10/1972.

Jornal A Tarde, 16/10/1972.

Jornal A Tarde, 21/10/1972.

Jornal A Tarde, 25/01/1973.

Jornal A Tarde, 02/02/1973.

Jornal A Tarde, 20/03/1973.

Jornal A Tarde, 08/06/1973.

Jornal A Tarde, 30/07/1973.

Jornal A Tarde, 23/08/1973.

Jornal A Tarde, 29/03/1973.

Jornal A Tarde, 28/05/1974.

Jornal A Tarde, 24/07/1974.

Jornal A Tarde, 24/08/1974.

Jornal A Tarde, 28/08/1974.

Jornal A Tarde, 26/09/1974.

Jornal A Tarde, 30/09/1974.

Jornal A Tarde, 15/10/1974.

Jornal A Tarde, 30/10/1974.

Jornal A Tarde, 01/11/1974.

Jornal A Tarde, 11/11/1974.

Jornal A Tarde, 19/11/1974.

Jornal A Tarde, 28/11/1974.

Jornal A Tarde, 14/12/1974.

Jornal A Tarde, 01/02/1975.

Jornal A Tarde, 07/02/1975.

Jornal A Tarde, 07/05/1975  
Jornal A Tarde, 19/05/1975.  
Jornal A Tarde, 28/05/1975.  
Jornal A Tarde, 22/05/1975.  
Jornal A Tarde, 31/05/1975.  
Jornal A Tarde, 21/06/1975.  
Jornal A Tarde, 06/06/1975.  
Jornal A Tarde, 09/06/1975.  
Jornal A Tarde, 16/06/1975.  
Jornal A Tarde, 18/06/1975.  
Jornal A Tarde, 24/07/1975.  
Jornal A Tarde, 30/07/1975.  
Jornal A Tarde, 04/08/1975.  
Jornal A Tarde, 25/08/1975.  
Jornal A Tarde, 05/09/1975.  
Jornal A Tarde, 23/09/1975.  
Jornal A Tarde, 24/10/1975.  
Jornal A Tarde, 13/10/1975.  
Jornal A Tarde, 08/11/1975.  
Jornal A Tarde, 10/11/1975.  
Jornal A Tarde, 01/12/1975.  
Jornal A Tarde, 06/12/1975  
Jornal A Tarde, 09/12/1975.  
Jornal A Tarde, 18/12/1975.  
Jornal A Tarde, 07/02/1976.  
Jornal A Tarde, 26/02/1976.  
Jornal A Tarde, 05/04/1976.  
Jornal A Tarde, 09/06/1976.  
Jornal A Tarde, 27/07/1976.  
Jornal A Tarde, 23/11/1976.  
Jornal A Tarde, 10/08/1977.  
Jornal A Tarde, 24/10/1977.  
Jornal A Tarde, 31/12/1977.  
Jornal A Tarde, 11/01/1978.

Jornal A Tarde, 27/01/1978.  
Jornal A Tarde, 18/04/1978.  
Jornal A Tarde, 16/07/1978.  
Jornal A Tarde, 25/07/1978.  
Jornal A Tarde, 02/08/1978.  
Jornal A Tarde, 07/08/1978.  
Jornal A Tarde, 23/08/1978.  
Jornal A Tarde, 01/11/1978.  
Jornal A Tarde, 17/01/1979.  
Jornal A Tarde, 21/01/1979.  
Jornal A Tarde, 11/02/1979.  
Jornal A Tarde, 21/02/1979.  
Jornal A Tarde, 24/02/1979.  
Jornal A Tarde, 07/04/1979.  
Jornal A Tarde, 30/04/1979.  
Jornal A Tarde, 02/05/1979.  
Jornal A Tarde, 23/05/1979.  
Jornal A Tarde, 18/06/1979.  
Jornal A Tarde, 30/04/1979.  
Jornal A Tarde, 02/08/1979.  
Jornal A Tarde, 20/08/1979.  
Jornal A Tarde, 22/09/1979.  
Jornal A Tarde, 17/12/1979.  
Jornal A Tarde, 11/01/1980.  
Jornal A Tarde, 13/01/1980.  
Jornal A Tarde, 15/01/1980.  
Jornal A Tarde, 22/02/1980.  
Jornal A Tarde, 01/03/1980.  
Jornal A Tarde, 17/03/1980.  
Jornal A Tarde, 28/03/1980.  
Jornal A Tarde, 18/04/1980.  
Jornal A Tarde, 12/05/1980.  
Jornal A Tarde, 25/05/1980.  
Jornal A Tarde, 25/07/1980.

Jornal A Tarde, 26/08/1980.

Jornal A Tarde, 06/09/1980.

Jornal A Tarde, 05/01/1981.

Jornal A Tarde, 11/03/1981.

Jornal A Tarde, 29/09/1981.

Jornal A Tarde, 24/07/1981.

Jornal A Tarde, 03/09/1981.

Jornal A Tarde, 19/01/1984

Jornal A Tarde, 15/10/1984.

Jornal A Tarde, 09/02/1984.

Jornal A Tarde, 02/05/1985.

**Da BAHIA:**

Jornal da Bahia, 07/10/1960.

Jornal da Bahia, 08/10/1960.

**FOLHA DE SÃO PAULO:**

Jornal Folha de São Paulo, 01/01/1974.

Jornal Folha de São Paulo, 02/03/1974.

Jornal Folha de São Paulo, 30/08/1974.

Jornal Folha de São Paulo, 27/06/1978.

Jornal Folha de São Paulo, 24/06/2002.

**DO SENADO:**

Jornal do Senado, 19/11/2014.

**FEIRA HOJE:**

Jornal Feira Hoje, 15/04/1980.

Jornal Feira Hoje, 06/09/1980.

**ALAGOINHAS JORNAL DOS MUNÍCIPIOS (AJM):**

AJM, 2ª quinzena de julho, 1982.

AJM, 1ª quinzena de julho, 1982.

AJM, 2ª quinzena de abril, 1982.

AJM, 2ª quinzena de outubro, 1982.

AJM, 2ª agosto, 1983.

### **REVISTAS:**

Revista Contratempo, 1976.

Revista visão, 05/08/1974.

### **SINDICAIS:**

Boletim FUP, 05/07/2013.

Boletim semanal - Grave -, 04/07/1983.

Boletim semanal - Grave -, 17/01/1984.

Resoluções do I Congresso dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia. Abril/1982.

Resoluções do II congresso dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia. 15 a 17/04/83.

Resoluções do III congresso dos trabalhadores químicos e petroquímicos da Bahia. 13 a 15/04/84.

Documentos transcritos no projeto “o movimento operário e sindical petroquímico da Bahia (02/05/1986)” do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (CRH/UFBA).

### **DO PT / ALAGOINHAS/BA.**

Atas das reuniões do Diretório Municipal (ADMPA).

ADMPA, 27/06/1981.

ADMPA, 15/07/1981.

ADMPA, 16/07/1982.

ADMPA, 26/07/1982.

ADMPA, 04/08/1982.

ADMPA, 09/09/1982.

### **DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS/BA.**

Atas das sessões (ACMA).

ACMA, 26/11/1974.

ACMA, 29/11/1974.

ACMA, 23/05/1979.

ACMA, 09/11/1979.

ACMA, 31/07/1981.

ACMA, 03/03/1982.

ACMA, 01/10/1982.

ACMA, 25/03/1983.

ACMA, 20/11/1983.

ACMA, 23/12/1983.

### **DOCUMENTOS DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR:**

Informe nº 068/31/ASV/83.

Departamento da Polícia Federal: superintendência regional no Estado da Bahia. Serviço de Informações. Informe nº 706/83/-SI/SP/DPF/BA, Informe nº 02340/01/I/82CI/DPF, Informe nº 373/85-01/I/SI/SR/DPF/BA.

SNI/Salvador/ Informações nº. 0264/15/ASV/75.

(SNI) de nº 026/115/ASV/75, fl. 2.

SR/DPF/BA, Data da emissão 24/11/1977/ Sigilo C /Nº. do ACE P0028540/ Ano do ACE 1982/ Redifusão ABA P002854 0 82/ Identificação da Agência A2.

SNIG/ 16 ASV/ 10/09/1982/ C / P0046383 / 1982 / ABA P004638 3 82 AC. P00463 3 82 / A2.

DPF/SR/BA nº. 373/85-01/I/SI/SR.

MME – Divisão de Segurança e Informações – Nº. 60/227/81476

### **OUTROS DOCUMENTOS:**

Diário de Notícias, 06/10/1960.

Diário Oficial, 18/07/1979.

Diário Oficial, 30/10/1979.

Diário Oficial, 20/12/1979.

Diário Oficial, 06/05/1980.

Diário Oficial, 06/09/1980.

Diário Oficial, 11/12/1980.

Diário Oficial, 16/07/1981.

Diário Oficial, 26/01/1983.

Diário Oficial, 29/06/1983.

Diário Oficial, 14/07/1983.

Diário Oficial, 16/09/1983.

Diário Oficial, 24/10/1983.

Diário Oficial, 28/10/1983.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos; eleições municipais de 1972. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral. v. 10, 1988.

### **LIVROS DE MEMÓRIA:**

COSTA, Eunápio Cavalcanti. No rio dos papagaios: histórias, casos e causos Mataripenses. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1990.

PETROBRÁS, Petróleo Brasileiro S/A. Almanaque memória dos trabalhadores da Petrobrás. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2003.

PINTO NETO, Pedro Marcelino. Alagoinhas: o que a memória guarda. Alagoinhas (BA): Ed. FIGAM, 2015.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU (Org.) *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2006.

ANDRADE, Tânia. *MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?* Estudo técnico, Câmara dos Deputados. 2016.

ARAÚJO, Genice Batista de. et al., In: CASTRO, Nadya Araújo (Org.); colaboradores TEIXEIRA, Ana Maria Freitas et al., *IDEOLOGIA E PRÁTICA SINDICAL: Estudo de Caso com Trabalhadores do Refino do Petróleo*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Sociologia: Centro Editorial e Didático, 1995.

AZEVEDO, Thales. O advento da Petrobrás no Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BARBOSA, Imerson Alves. *A ESQUERDA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO PT* (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. MARÍLIA - SP Agosto/2007.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: GENETTE, Gérard et al. *Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes: 1972.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BRITO, C. *A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano* [online]. Salvador: EDUFBA, ISBN 978-85-232-0542-3, 2008.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

\_\_\_\_\_. 50 anos depois: Discursos de memória e Reconstruções históricas sobre o Golpe de 1964 e a Ditadura Brasileira. In: LOFF, Manuel; SOUTELO, Luciana; PIEDADE, Filipe (Org.). *Ditaduras e Revolução. Democracia e políticas da memória*. v.1 Coimbra: ALMEDINA, 2015.

CARVALHO, Lívio. Políticas salariais brasileiras no período 1964-81. *Revista Brasileira de Economia*, RJ, pg. 70, jan/mar. 1982.

CHAGAS, Juary. *Nem classe trabalhadora, nem socialismo: O PT das origens aos dias atuais*. São Paulo: Editora Sundermann, 2014.

COELHO, Eurelino T. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979- 1998)*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, 2005.

\_\_\_\_\_. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2012.

COSTA, Edmilson Silva. *A política salarial no Brasil, 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação pré-datória*. Campinas, SP: [s.n.], 1996.

CRUZ, Rossine. *A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, CD-Rom.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

FERNANDES, Luiz Carlos e STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda. *Estudos Linguísticos XXXVI(3)*, setembro-dezembro, 2007.

FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEREDO, Miriam Collares. *Da Memória dos Trabalhadores à Memória Petrobras: a história de um projeto*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais. Rio de Janeiro, Março de 2009.

FISHLOW, Albert. *A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84*. Pesquisa e Planejamento Econômico. 16 (3), dezembro 1986.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984 – A reconstrução*. Vol. 3 – Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991.

GARCIA, Ciro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2ª edição revista – Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIANNOTTI, Vito. *Central Única dos Trabalhadores: por dentro e por fora*. Rio de Janeiro, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2000.

IVO, Alex de S. *Uma História em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do Petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, 2008.

KECK, Margaret E. *A Lógica da Diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da Democracia Brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010

KUCINSKI, Bernardo in: [http://kucinski.com.br/visualiza\\_noticia.php?id\\_noticia=400](http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=400). Acessado em 19/01/2019, as 09:51H.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

LUCA, Tânia de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCENA, Carlos, et al. SEIS DE JULHO: A GREVE DOS PETROLEIROS DE 1983 CONTRA O GOVERNO FIGUEIREDO E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL in: *Revista HISTEDBR (On-line)*, Campinas, nº 56, p. 234-251, – ISSN: 1676-2584. Maio/2014.

\_\_\_\_\_. *O Mito de Caronte: A greve dos Petroleiros de 1983, o governo Figueiredo e o FMI*. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. UFPB – João Pessoa – Anais eletrônicos (ISBN 978-85-7745-551-5), – 31/07 a 03/08/2012.

MACIEL, Suellen Neto Pires. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade: In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Ed. São Paulo: Ensaio. 1990.

MARTINS, Heloísa H. de Souza. *O Estado e a Burocratização do Sindicato*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1979.

MATTOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)*. Ed. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, Ricardo. *Os Trabalhadores e os Partidos*. São Paulo: Ed. Semente, 1981.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Trad. Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. 2ª Ed. Lisboa: Avante, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Silvio Donizete Chagas). São Paulo: Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Meszáros, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MCLLROY, Jonh. O inverno do Sindicalismo. In: ANTUNES, Ricardo, et al. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. 2ed. São Paulo: Boitempo. 2002.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. Nasce o Sindiquimica: A Fundação da ASPETRO e sua inserção na Conjuntura 1963-64 (Parte I). *Cadernos do CEAS* (Salvador). , v.1, 1990.

OLIVEIRA JR., Franklin O. *A usina dos sonhos: Sindicalismo petroleiro na Bahia (1954-1964)*. Salvador: EGBA, 1996.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista, 1961-1977*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Araraquara. Orientação da Profª. Drª. Maria Orlanda Pinassi. Araraquara, 2007.

PARANHOS, Darliton de Sena. *EXPERIÊNCIAS DE LUTA E CONFLITOS DE CLASSE: A Trajetória dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos Baianos e suas Organizações (1963-1997)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (mestrado)em História Social, sob a orientação do Professor Doutor Eurelino Coelho. Feira de Santana, 2011.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontro e Congressos do Partido dos Trabalhadores. 1979 – 1998*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

PEREIRA, Raimundo, et al. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo: Global, 1984.

PETERSEN, Silva R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais a História operária. In: Araújo, Ângela M. C (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania. Um balanço da História Social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. Tradução Monique Augras. *Estudos Históricos*. [S.l.], v. 5, n. 10.

POMAR, Wladimir. *Brasil, crise internacional e projetos de sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PRADES, Maria Dolores; REGO, Maria Aparecida P. “O dia a dia das Greves”. *Escrita/Ensaio*, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Modernização e concentração: a imprensa carioca nos 1950-1970*. In: NEVES, Lúcia Maria B. P. et al (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. RJ: DP&A; FAPERJ, 2006.

RODRIGUES, Leôncio M. *Destino do Sindicalismo*. 2ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

RUBIO, Fanny, do Ceas entrevista Carlos Martins, do Sindiquímica. In: GUIMARÃES, Antônio S. A. et al. *Repensando uma década: A construção da CUT na Bahia nos anos oitenta*. Ed. Salvador: CEPAS. 1994.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Oficinas da história; 3v.), 2002.

RODRIGUES, Iram J (Org.). *O novo Sindicalismo vinte anos depois*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1999

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. O “NOVO” E O “VELHO” SINDICALISMO: ANÁLISE DE UM DEBATE. In: *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* N° 10/11: 19-35 1998.

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e trajetória do PT de Feira de Santana/BA (1979-2000)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Contemporânea. Orientação da Profª. Drª. Virgínia Fontes. Niterói, 2007.

SOUZA, Isabel Ribeiro de Oliveira Gómez de. *Trabalho e Política: As origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. Brasiliense, São Paulo, 1983.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.